



STJ

**ANOS DO TRIBUNAL
DA CIDADANIA
YEARS OF
CITIZENSHIP COURT**



STJ 30 ANOS DO TRIBUNAL
DA CIDADANIA
YEARS OF
CITIZENSHIP COURT

COORDENAÇÃO

Erika Branco
Tiago Salles

DIREÇÃO DE ARTE

Bruno Ventura

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Daniel Ventura
Renan Salotto
Carine Ferreira

MANIPULAÇÃO E TRATAMENTO DE IMAGENS

Diogo Tomaz

PESQUISA E REDAÇÃO

Ada Caperuto
Mariana Benevides

APOIO À REDAÇÃO

Rafael Rodrigues

VERSÃO PARA O INGLÊS

Carla Branco

APOIO

Secretaria de Comunicação Social do STJ

REALIZAÇÃO

Editora JC
Avenida Rio Branco, 14, 18º andar – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20090-000

STJ

30

ANOS DO TRIBUNAL
DA CIDADANIA
YEARS OF
CITIZENSHIP COURT

JC
EDITORA

30 ANOS

STJ
SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA





SUMÁRIO INDEX

18

APRESENTAÇÃO PRESENTATION

O TRIBUNAL MAIS EFICIENTE DO PAÍS

THE MOST EFFICIENT COURT IN THE COUNTRY

24

30 ANOS DO STJ EM NÚMEROS E RESULTADOS 30 YEARS OF STJ IN NUMBERS AND RESULTS

- 25 Eficiência operacional / Operational efficiency
- 27 Cumprimento de metas / Achieving goals
- 29 Movimentação processual / Procedural movement
- 32 Medidas de aprimoramento / Improvement measures

36

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PODER JUDICIÁRIO JUDICIAL POWER HISTORICAL BACKGROUND

- 37 A Constituição de 1891 / The 1891 Constitution
- 41 A Constituição de 1934 / The 1934 Constitution
- 43 A Constituição de 1937 / The 1937 Constitution
- 44 A Constituição de 1946 / The 1946 Constitution
- 47 A Constituição e suas Emendas no período do Regime Militar /
The Constitution and its amendments in the period of
Military Regime
- 48 Redemocratização: mudanças constitucionais /
Re-democratization: Constitutional changes
- 50 A criação do STJ / The STJ creation

66

A ATUAL ESTRUTURA DO STJ THE CURRENT STRUCTURE OF THE STJ

- 69 Mesa Diretora e órgãos julgadores /
Board of Directors and Judging Entities
- 69 Presidência / Presidency
- 70 Conselho da Justiça Federal / Federal Justice Council
- 73 Plenário / Plenary
- 73 Conselho de Administração / Administrative Council
- 73 Comissões / Commissions of Ministers
- 74 Gabinete do Ministro Diretor da Revista /
Office of the Minister Director of the Journal
- 77 Ministros / Ministers
- 79 Corte Especial / Special Court
- 79 Turmas / Classes
- 81 Seções / Sections
- 81 Ações de relacionamento / Relationship Actions
- 81 Assessoria de Relações Internacionais /
International Relations Office

- 84 Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas /
Ceremonial and Public Relations Advisory
- 84 Secretaria de Comunicação Social /
Department of Social Communication
- 88 Ouvidoria / Ombudsman
- 91 **Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos /**
Center of Admissibility and Repetitive Appeals
- 92 **Núcleo de Gerenciamento de Precedentes /**
Precedence Management Center
- 93 **Secretarias do Tribunal /** Office of the Court
- 95 **Gestão de Pessoas /** People management
- 102 **Escola Corporativa do STJ /** STJ Corporate School
- 105 **Gestão estratégica /** Strategic Management
- 107 Metodologia / Methodology
- 108 Governança Institucional / Institutional Governance
- 108 Monitoramento / Monitoring
- 109 Gerenciamento de Projetos / Project Management
- 110 Planejamento Estratégico – Linha do tempo /
Strategic planning – Timeline
- 112 **Modernização /** Modernization

122

CIDADANIA, INCLUSÃO, CONHECIMENTO E SUSTENTABILIDADE CITIZENSHIP, INCLUSION, KNOWLEDGE AND SUSTAINABILITY

- 127 Informações aos cidadãos /
Information to citizens
- 127 Inclusão social e acessibilidade /
Social inclusion and accessibility
- 131 **Projetos socioeducativos /**
Socio-educational projects
- 135 **Responsabilidade socioambiental /**
**Social and environmental
responsibility**

142

EDUCAÇÃO E CULTURA EDUCATION AND CULTURE

- 143 **O STJ nos caminhos da Educação e da Arte /**
STJ in Education and Art paths
- 146 **Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
de Magistrados (Enfam) /** National School for
Training and Improving Judges
- 153 **Biblioteca Ministro Oscar Saraiva /**
Minister Oscar Saraiva Library
- 156 Biblioteca Digital Jurídica / Legal Digital Library
- 158 **Arte no Tribunal /** Art in the Court
- 159 Acervo artístico / Artistic collection
- 167 **Museu do STJ /** Museum of the Superior
Court of Justice

176

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EX-PRESIDENTES FORMER PRESIDENTS

EVANDRO GUEIROS LEITE

1987/1989

WASHINGTON BOLÍVAR DE BRITO

1989/1991

ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

1991/1993

WILLIAM ANDRADE PATTERSON

1993/1995

ROMILDO BUENO DE SOUZA

1995/1997

AMÉRICO LUZ

1997/1998

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO

1998/2000

PAULO ROBERTO SARAIVA DA COSTA LEITE

2000/2002

NILSON VITAL NAVES

2002/2004

EDSON CARVALHO VIDIGAL

2004/2006

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO

2006/2008

HUMBERTO GOMES DE BARROS

2008/2008

FRANCISCO CESAR ASFOR ROCHA

2008/2010

ARI PARGENDLER

2010/2012

FELIX FISCHER

2012/2014

FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO NETO

2014/2016

LAURITA HILÁRIO VAZ

2016/2018

COMPOSIÇÃO COMPLETA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA FULL COMPOSITION OF THE SUPERIOR COURT OF JUSTICE



JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Nascimento: 30 de agosto de 1956

Naturalidade: Três Corações (MG)

Ministro do STJ desde 3 de dezembro de 2002

Birth: 30th August 1956

Hometown: Três Corações (MG)

STJ Minister since 3rd December 2002



MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA

Nascimento: 14 de outubro de 1956

Naturalidade: São Paulo (SP)

Ministra do STJ desde 9 de agosto de 2006

Birth: 14th October 1956

Hometown: São Paulo (SP)

STJ Minister since 9th August 2006



FELIX FISCHER

Nascimento: 30 de agosto de 1947

Naturalidade: Hamburgo (Alemanha), naturalizado brasileiro

Ministro do STJ desde 17 de dezembro de 1996

Birth: 30th August 1947

Hometown: Hamburg (Germany), naturalized as a Brazilian citizen

STJ Minister since 17th December 1996



FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO NETO

Nascimento: 30 de maio de 1952

Naturalidade: Recife (PE)

Ministro do STJ desde 30 de junho de 1999

Birth: 30th May 1952

Hometown: Recife (PE)

STJ Minister since 30th June 1999



FÁTIMA NANCY ANDRIGHI

Nascimento: 27 de outubro de 1952

Naturalidade: Soledade (RS)

Ministra do STJ desde 27 de outubro de 1999

Birth: 27th October 1952

Hometown: Soledade (RS)

STJ Minister since 27th October 1999



LAURITA HILÁRIO VAZ

Nascimento: 21 de outubro de 1948

Naturalidade: Anicuns (GO)

Ministra do STJ desde 26 de junho de 2001

Birth: 21st October 1948

Hometown: Anicuns (GO)

STJ Minister since 26th June 2001



HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS

Nascimento: 07 de outubro de 1956

Naturalidade: Maceió (AL)

Ministro do STJ desde 14 de junho de 2006

Birth: 7th October 1956

Hometown: Maceió (AL)

STJ Minister since 14th June 2006



ANTONIO HERMAN DE VASCONCELLOS E BENJAMIN

Nascimento: 13 de novembro de 1957

Naturalidade: Catolé do Rocha (PB)

Ministro do STJ desde 06 de setembro de 2006

Birth: 13th November 1957

Hometown: Catolé do Rocha (PB)

STJ Minister since 6th September 2006



NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

Nascimento: 30 de dezembro de 1945

Naturalidade: Limoeiro do Norte (CE)

Ministro do STJ desde 23 de maio de 2007

Birth: 30th December 1945

Hometown: Limoeiro do Norte (CE)

STJ Minister since 23rd May 2007



JORGE MUSSI

Nascimento: 8 de março de 1952

Naturalidade: Florianópolis (SC)

Ministro do STJ desde 12 de dezembro de 2007

Birth: 8th March 1952

Hometown: Florianópolis (SC)

STJ Minister since 12th December 2007



GERALDO OG NICÉAS MARQUES FERNANDES

Nascimento: 26 de novembro de 1951

Naturalidade: Recife (PE)

Ministro do STJ desde 17 de junho de 2008

Birth: 26th November 1951

Hometown: Recife (PE)

STJ Minister since 17th June 2008



LUIS FELIPE SALOMÃO

Nascimento: 8 de março de 1963

Naturalidade: Salvador (BA)

Ministro do STJ desde 17 de junho de 2008

Birth: 8th March 1963

Hometown: Salvador (BA)

STJ Minister since 17th June 2008



MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES

Nascimento: 9 de outubro de 1963

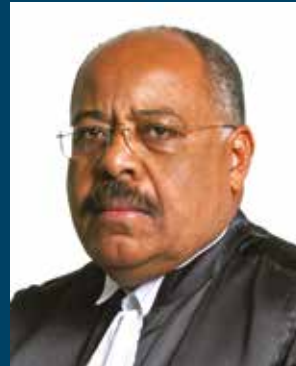
Naturalidade: Manaus (AM)

Ministro do STJ desde 17 de junho de 2008

Birth: 9th October 1963

Hometown: Manaus (AM)

STJ Minister since 17th June 2008



BENEDITO GONÇALVES

Nascimento: 30 de janeiro de 1954

Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)

Ministro do STJ desde 17 de setembro de 2008

Birth: 30th January 1954

Hometown: Rio de Janeiro (RJ)

STJ Minister since 17th September 2008



RAUL ARAÚJO FILHO

Nascimento: 10 de maio de 1959

Naturalidade: Fortaleza (CE)

Ministro do STJ desde 12 de maio de 2010

Birth: 10th May 1959

Hometown: Fortaleza (CE)

STJ Minister since 12th May 2010



PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO

Nascimento: 16 de junho de 1959

Naturalidade: Porto Alegre (RS)

Ministro do STJ desde 10 de agosto de 2010

Birth: 16th June 1959

Hometown: Porto Alegre (RS)

STJ Minister since 10th August 2010



MARIA ISABEL DINIZ GALLOTTI RODRIGUES

Nascimento: 28 de julho de 1963

Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)

Ministra do STJ desde 10 de agosto de 2010

Birth: 28th July 1963

Hometown: Rio de Janeiro (RJ)

STJ Minister since 10th August 2010



ANTONIO CARLOS FERREIRA

Nascimento: 10 de março de 1957

Naturalidade: São Paulo (SP)

Ministro do STJ desde 13 de junho de 2011

Birth: 10th March 1957

Hometown: São Paulo (SP)

STJ Minister since 13th June 2011



RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Nascimento: 28 de maio de 1962

Naturalidade: São Paulo (SP)

Ministro do STJ desde 13 de junho de 2011

Birth: 28th May 1962

Hometown: São Paulo (SP)

STJ Minister since 13th June 2011



SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR

Nascimento: 4 de janeiro de 1965

Naturalidade: Belo Horizonte (MG)

Ministro do STJ desde 13 de junho de 2011

Birth: 4th January de 1965

Hometown: Belo Horizonte (MG)

STJ Minister since 13th June 2011



MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI

Nascimento: 04 de fevereiro de 1958

Naturalidade: Timbó (SC)

Ministro do STJ desde 5 de setembro de 2011

Birth: 4th February 1958

Hometown: Timbó (SC)

STJ Minister since 5th September 2011



MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA

Nascimento: 4 de janeiro de 1964

Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)

Ministro do STJ desde 5 de setembro de 2011

Birth: 4th January 1964

Hometown: Rio de Janeiro (RJ)

STJ Minister since 5th September 2011



ASSUETE DUMONT REIS MAGALHÃES

Nascimento: 18 de janeiro de 1949

Naturalidade: Serro (MG)

Ministra do STJ desde 21 de agosto de 2012

Birth: 18th January 1949

Hometown: Serro (MG)

STJ Minister since 21st August 2012



SÉRGIO LUÍZ KUKINA

Nascimento: 13 de julho de 1959

Naturalidade: Curitiba (PR)

Ministro do STJ desde 6 de fevereiro de 2013

Birth: 13th July 1959

Hometown: Curitiba (PR)

STJ Minister since 6th February 2013



PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO

Nascimento: 28 de setembro de 1953
Naturalidade: Santos (SP)
Ministro do STJ desde 28 de agosto de 2013
Birth: 28th September 1953
Hometown: Santos (SP)
STJ Minister since 28th August 2013



REGINA HELENA COSTA

Nascimento: 25 de agosto de 1961
Naturalidade: São Paulo (SP)
Ministra do STJ desde 28 de agosto de 2013
Birth: 25th August 1961
Hometown: São Paulo (SP)
STJ Minister since 28th August 2013



ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ

Nascimento: 26 de junho de 1962
Naturalidade: Juiz de Fora (MG)
Ministro do STJ desde 28 de agosto de 2013
Birth: 26th June 1962
Hometown: Juiz de Fora (MG)
STJ Minister since 28th August 2013



NEFI CORDEIRO

Nascimento: 18 de outubro de 1963
Naturalidade: Curitiba (PR)
Ministro do STJ desde 3 de abril de 2014
Birth: 18th October 1963
Hometown: Curitiba (PR)
STJ Minister since 3rd April 2014



LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

Nascimento: 08 de julho de 1969

Naturalidade: Recife (PE)

Ministro do STJ desde 9 de setembro de 2014

Birth: 8th July 1969

Hometown: Recife (PE)

STJ Minister since 9th September 2014



REYNALDO SOARES DA FONSECA

Nascimento: 28 de novembro de 1963

Naturalidade: São Luís (MA)

Ministro do STJ desde 26 de maio de 2015

Birth: 28th November 1963

Hometown: São Luís (MA)

STJ Minister since 26th May 2015



MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS

Nascimento: 20 de janeiro de 1963

Naturalidade: Natal (RN)

Ministro do STJ desde 30 de setembro de 2015

Birth: 20th January 1963

Hometown: Natal (RN)

STJ Minister since 30th September 2015



ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Nascimento: 24 de abril de 1951

Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)

Ministro do STJ desde 6 de abril de 2016

Birth: 24th April 1951

Hometown: Rio de Janeiro (RJ)

STJ Minister since 6th April 2016



JOEL ILAN PACIORNIK

Nascimento: 30 de janeiro de 1965

Naturalidade: Curitiba (PR)

Ministro do STJ desde 6 de abril de 2016

Birth: 30th January 1965

Hometown: Curitiba (PR)

STJ Minister since 6th April 2016

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

O TRIBUNAL MAIS EFICIENTE DO PAÍS

Em 30 anos de existência o Superior Tribunal de Justiça viu seu acervo de processos crescer de pouco mais de 3.700 processos para cerca de 500 mil julgados – montante alcançado no encerramento de 2018. No entanto, trinta anos parece um tempo demasiado curto se observarmos a sólida estrutura que o Tribunal se tornou. E mais surpreendente ainda quando refletimos que, em abril 1989, o então presidente desta Corte, Ministro Evandro Gueiros Leite, abraçou o desafio de criar uma estrutura preparada para cumprir os desígnios da Constituição Federal promulgada apenas cinco meses antes.

A materialização de tal hercúlea tarefa pode ser traduzida nos números grandiosos já mencionados. Tal realização também se expressa no sólido concreto que se projeta da belíssima obra arquitetônica assinada por Niemeyer, onde está localizada a atual sede do STJ. Porém, o Tribunal se mostra tanto mais verdadeiro e magnífico em suas realizações quando refletimos sobre a cidadania que está por trás do concreto e dos números da movimentação processual.

Se, no início, havia muitas dúvidas sobre a abrangência de atuação do STJ e sobre os mecanismos de julgamento da Corte, nos dias de hoje, o Tribunal merece pleno reconhecimento por sua vocação constitucional de uniformizar a jurisprudência e de interpretar as normas infraconstitucionais. O STJ é a Corte responsável por uma dinâmica e marcante evolução da jurisprudência, com a definição de teses de grande relevância para a sociedade brasileira. O Tribunal é, na atualidade, a principal referência dos cidadãos no momento de estabelecer suas relações jurídicas. Ao longo dessas três décadas de aplicação da Justiça, a Corte evoluiu acompanhando

THE MOST EFFICIENT COURT IN THE COUNTRY

In 30 years of existence, the Superior Court of Justice has seen its collection of cases grow from just over 3,700 lawsuits to around 500,000 judgments - an amount reached at the end of 2018. However, thirty years seems too short a time if we observe the solid structure that the Court has built. It is even more surprising when we reflect that in April 1989, the then president of this Court, Minister Evandro Gueiros Leite, embraced the challenge of creating a well-done structure prepared to fulfill the purposes of the Federal Constitution promulgated just five months earlier.

The materialization of such a Herculean task can be translated into the grand figures already mentioned. This accomplishment is also expressed by the solid concrete projected from the beautiful architectural work signed by Niemeyer, where the current STJ headquarters is located. However, the Court becomes truer and more magnificent in its achievements when we reflect on the citizenship that is behind the construction and the procedural movement numbers.

If, at the outset, there were many doubts about the STJ scope and on the Court's judgment mechanisms, the Court deserves full recognition for its constitutional vocation to standardize jurisprudence and interpret infraconstitutional rules. The STJ is the Court responsible for a dynamic and remarkable evolution of jurisprudence, with thesis' definition of great relevance for Brazilian society. The Court is, at the moment, the main reference for the citizens in the moment of establishing their legal relations. Throughout these three decades of judicial application, the Court has evolved by following constitutional changes. The most



as mudanças constitucionais. Por aqui tramitaram as mais complexas demandas judiciais, uma miríade de temas que sequer poderíamos imaginar que um dia seriam alvo das decisões dos Ministros que compõem esta Corte.

O STJ liderou a implantação do processo eletrônico no Brasil e continua a investir neste âmbito para aumentar sua eficiência. A Tecnologia da Informação será, cada vez mais, nos dias futuros, o principal caminho para ampliar esta efetividade. No entanto, não podemos deixar de mencionar o imenso valor do capital humano que, com suas habilidades e competências únicas, vem contribuindo para aperfeiçoar a gestão do Tribunal. Este é um exercício diário que servidores e magistrados desta Corte realizam para aproximar e incluir todos os jurisdicionados que depositam aqui suas esperanças. Cumpre-se, assim, a missão desta Corte de ser o Tribunal da Cidadania.

Estamos preparando o STJ para os próximos anos e, nos novos tempos que se avizinham, seguimos buscando a superação de nosso principal desafio: reduzir o tempo de tramitação do processo, produzindo decisões de mérito de qualidade, de modo a oferecer à população a segurança jurídica que todos buscam. Tudo o que realizamos nesses trinta anos teve uma única motivação: atender os cidadãos brasileiros que buscam por Justiça. E assim será nas próximas décadas, com todas as nossas ações convergindo para atender o jurisdicionado em suas expectativas.

É desta maneira que o Superior Tribunal de Justiça caminha, com plena certeza e confiança, para se transformar no Tribunal mais eficiente do Brasil.

complex lawsuits have been processed here, a myriad of issues that we could not even imagine would one day be the decisions target of the Ministers who make up this Court.

The STJ led the implementation of the electronic procedure in Brazil and continues to invest in this field to increase its efficiency. Information Technology will increasingly be, in future, the main way to improve its effectiveness. However, we cannot fail to mention the immense value of human capital, which, with its unique skills and competences, has contributed to improving the Court management. This is a daily exercise that servants and magistrates of this Court carry out to unite and promote the inclusion of all the jurisdictions that place their hopes here. The mission of this Court is thus to be the Court of Citizenship.

We are preparing the STJ for the coming years and, in the new times ahead, we continue to seek to overcome our main challenge: reducing the working time of the process, producing decisions of quality merit, in order to offer the population legal certainty that everyone seeks. All we have accomplished these thirty years has had a single motivation: to serve Brazilian citizens who seek justice. And so it will be in the coming decades, with all our actions converging to meet the jurisdiction in their expectations.

This is how the Superior Court of Justice goes ahead, fully certain and confident, to become the most efficient Court in Brazil.

Ministro João Otávio de Noronha
Presidente do Superior Tribunal de Justiça





30 ANOS DO STJ EM
NÚMEROS E RESULTADOS

30 YEARS OF STJ IN
NUMBERS AND RESULTS

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Para cumprir sua missão com excelência, o STJ persegue a meta de se tornar o Tribunal mais eficiente do País. Para tanto, busca aperfeiçoar de modo continuado sua estrutura interna, o que necessariamente envolve mudanças comportamentais e culturais dos servidores, ações de desburocratização e simplificação de serviços, e, sobretudo, investimentos em Tecnologia da Informação. Sempre com o objetivo de fazer avançar todas as operações do Tribunal, incluindo o aperfeiçoamento das técnicas de julgamento, publicação e divulgação das decisões – o que, ao final, se alinha à meta de alcançar a duração razoável do processo e a redução de seu estoque.

O STJ liderou a implantação do processo judicial eletrônico no Brasil, um esforço que contribuiu para mudar radicalmente a rotina do Judiciário nos últimos dez anos. Nas próximas décadas, a tecnologia, por sua rápida evolução, continuará a ser a grande aliada do Judiciário para otimizar a gestão dos processos, aperfeiçoando a sistemática aplicada às demandas de massa, em particular aos recursos repetitivos. Instituído poucos meses após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Tribunal tem a missão de uniformizar a

OPERATIONAL EFFICIENCY

In order to fulfill its mission with excellence, the STJ pursues the goal of becoming the most efficient Court in the country. To do so, it seeks to continuously improve its internal structure, which necessarily involves behavioral and cultural changes of the servants, actions to reduce bureaucracy and simplification of services, and, above all, investments in Information Technology. All of that without losing the focus on making all the Court's operations advance, including the improvement of trial techniques, publication and decisions dissemination - which, in the end, aligns with the goal of achieving reasonable duration of the process and reduction of its stock.

The STJ led the implementation of the electronic judicial process in Brazil, an effort that has contributed to radically changing the routine of the Judiciary in the last ten years. In the coming decades, technology, due to its rapid evolution, will continue to be a great ally of the Judiciary to optimize the management of the processes, improving the systems applied to the mass demands, in particular to the repetitive resources. Established a few months after the promulgation of the Federal

**Para cumprir sua missão com excelência,
o STJ persegue a meta de continuar a ser
o Tribunal mais eficiente do País.
In order to fulfill its mission with excellence,
the STJ pursues the goal of becoming the
most efficient Court in the country.**

interpretação da lei federal. Este continua a ser o principal papel do STJ, no sentido de manter a disciplina jurídica, para reduzir o número de recursos e acelerar o trâmite processual. O respeito à jurisprudência emanada dos órgãos superiores representa, ainda, economia processual e segurança jurídica.

Cumprir este papel é ainda mais desafiador diante das mudanças das legislações infraconstitucionais e das emendas que modificaram o texto original da Carta Magna. Entre outubro de 1988 e setembro de 2018 foram feitas 99 emendas, que trataram de temas variados, como reeleição de presidentes, governadores e prefeitos (1997); reforma do Judiciário (2004); fim do voto secreto para análise de perda de mandato de deputados e senadores (2013); direitos dos empregados domésticos (2013); imposição de limite de 20 anos aos gastos públicos (2016), entre outros. Até o início de 2019, quase 1.200 outras Propostas de Emenda Constitucional (PECs) tramitavam na Câmara dos Deputados.

A heterogeneidade dos processos que o STJ tem de julgar decorre do fato de que ele foi incumbido pela Constituição de lidar com os litígios relacionados à aplicação de leis federais, como, por exemplo, o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor e o Código Tributário Nacional. Em 2016, entrou em vigor o novo Código de Processo Civil, cujas alterações, apesar de importantes, também não foram capazes de reduzir o número de recursos levados ao STJ.

Seus 33 ministros têm de lidar com os complexos conflitos que afetam a economia, relativos a questões contratuais e tributárias. Ademais, ainda que seja uma corte superior, o STJ acaba por julgar recursos relativos a litígios triviais da vida cotidiana dos cidadãos, casos de menor relevância, que poderiam ser encerrados na segunda instância. Se, por um lado, a Corte vai além de seu papel central, de atuar como um “tribunal de precedentes”, que uniformiza a interpretação das leis federais e forma jurisprudência, por outro recebe a distinção de funcionar como o “Tribunal da Cidadania”.

Constitution of 1988, the Court has the mission to standardize the interpretation of the federal law. That continues as its main challenge, in order to maintain legal discipline, to reduce the number of appeals and to speed up the procedure. Respect for the jurisprudence emanating from superior entities also means procedural economy and legal certainty.

Fulfilling this role is even more challenging given the changes in infra-constitutional legislation and the amendments that have modified the original text of the Constitution. Between October 1988 and September 2018, 99 amendments were made, which dealt with various topics, such as reelection of presidents, governors and mayors (1997); reform of the judicial system (2004); end of secret ballot for analysis of the loss of office of deputies and senators (2013); rights of domestic employees (2013); imposition of a 20-year limit on public spending (2016), among others. By the beginning of 2019, nearly 1,200 other Constitutional Amendment Proposals (PECs) had been processed in the Chamber of Deputies.

The heterogeneity of the processes that the STJ has to judge stems from the fact that it was mandated by the Constitution to deal with disputes related to the application of federal laws, such as the Civil Code, the Consumer Defense Code and the National Tax Code. In 2016, the new Code of Civil Procedure came into force, whose changes, although important, were also not able to reduce the number of appeals brought to the STJ.

Its 33 ministers have to deal with the complex conflicts affecting the economy, relating to contractual and tax issues. In addition, even though it is a higher court, the STJ also deems appeals related to trivial litigation in the daily life of citizens, cases of lesser importance that could be closed in the second instance. If, on the one hand, the Court goes beyond its central role, acting as a “tribunal of precedents”, which standardizes the interpretation of federal laws and form jurisprudence, on the other, it receives the distinction of working as the “Citizenship Court”.



Prêmio Metas Nacionais, concedido aos Ministros do STJ pelo alcance às metas do CNJ

National Goals Award, granted to the STJ Ministers for achieving the CNJ targets

Cumprimento de metas

Ainda que exista este desafiador contexto, o Tribunal vem se superando no que se refere ao cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário, que são definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça. Em dezembro de 2018, o STJ conquistou o Selo Diamante, distinção máxima do Relatório Justiça em Números do CNJ, por ter superado as Metas definidas para o ano.

Em termos de redução da quantidade de processos em tramitação (Meta 1), o STJ conseguiu julgar um número 20% maior que o total de novos feitos ingressados na Corte. Na Meta 4 – julgar 90% das ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública – o Tribunal registrou 100% de cumprimento. Na Meta 6, o percentual alcançado foi de 113%, uma vez que o STJ julgou mais que o percentual originalmente estipulado (70%) de ações coletivas distribuídas. Na Meta 7, referente à gestão dos recursos repetitivos, o índice atingido foi de 140%.

Achieving goals

Although this challenging situation has been reassured, the Court has been overcoming in regard to the fulfillment of the National Judicial Goals, which are determined annually by the National Council of Justice. In December 2018, the STJ got the Diamond Seal award, the highest distinction of Justice and Numbers Report of CNJ, for having exceeded the established goals for the year.

In terms of reducing the number of lawsuits in process (Goal 1), STJ was able to judge a number 20% higher than the total number of new cases brought to Court. Regarding Goal 4 - to judge 90% of administrative misconduct and crimes against public administration - the Court recorded a 100% fulfillment. For the Goal 6, the percentage reached 113%, since STJ judged more than the originally stipulated percentage (70%) of collective actions distributed. Finally, considering Goal 7, which is associated to the management of repetitive resources, the reached index was 140%.

Análise de matéria repetitiva antes da virtualização

Repetitive matter analysis before virtualization



Movimentação processual

Ao longo de três décadas, o STJ registrou uma movimentação crescente no número de processos de seu acervo. Quando foi instituído, em abril de 1989, o Tribunal possuía um acervo de 6.103 processos. Em dezembro daquele ano, cerca de 60% desse total havia sido julgado (3.711). Ao final de uma década de atividade, em dezembro de 1999, o Tribunal registrava um montante de 118.977 processos distribuídos, sendo que o total de julgados ultrapassou este número em quase 8% (128.042). Nos anos seguintes, com raríssimas exceções, o Tribunal conseguiu realizar julgamentos em número superior ao total de processos distribuídos. Em dezembro de 2009, o ano em que completou 20 anos de atividade, o STJ registrou um total de 328.718 julgados. Vale destacar que, deste montante, 71.470 eram recursos especiais.

Cabe registrar alguns momentos importantes desse histórico de movimentação processual do STJ. Em dezembro de 2012, por exemplo, foi alcançada a marca de um milhão de processos eletrônicos recebidos desde o início da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), em 2009. O número reflete os investimentos em modernização do trâmite processual na Corte e a integração com os 27 TJs e os cinco TRFs.

Em 2013, importante ação para acelerar a produção de julgados foi o Projeto Recursos Repetitivos, que deu criação ao Núcleo de Repercussão Geral e Processos Repetidos (Nurer)⁵. O Projeto foi concluído no ano seguinte com importantes entregas, tais como o mapeamento de processos de trabalho; a realização de eventos acerca dos recursos repetitivos, com participação de magistrados e assessores de diversos tribunais e a aprovação de normativos sobre os Recursos Repetitivos. Além da estruturação do Nurer, foi criado um fórum

⁵ Nos termos da Portaria CNJ nº 160.

Procedural movement

During three decades, the STJ registered an increasing movement in number of legal proceedings of its collection. When it was established in April 1989, the Court had a collection of 6,103 cases. In December of that year, about 60% of this total had been judged (3,711). At the end of a decade of activity, in December 1999, the Court recorded an amount of 118,977 cases distributed, and the total number of judged people exceeded this number by almost 8% (128,042). In the following years, with very few exceptions, the Court was able to make judgments in a number greater than the total number of cases distributed. In December 2009, the year in which it completed 20 years of activity, STJ registered a total of 328,718 judged. Of this amount, 71,470 were special resources.

It is worth to highlight some important moments of this history of procedural movement of STJ. In December 2012, for example, the figure of one million electronic processes received since the beginning of the implementation of the Electronic Judicial Process (PJe) in 2009 was reached. The number reflects the investment in modernization of the procedural process in the Court and the integration with the 27 TJs and the five TRFs.

In 2013, the Repetitive Resources Project was an important action to accelerate the production of judgments. It also created the Nucleus of General Repercussion and Repeated Processes (Nurer⁵). The Project was completed the following year with important deliverables, such as the mapping of work processes; the holding of events about repetitive appeals, with the participation of magistrates and advisors from various courts and the approval of regulations on Repetitive Resources. In addition to the structuring of Nurer,

⁵ Regarding CNJ Ordinance n. 160.

virtual dos recursos repetitivos e de sistemas de informação, com página na Internet para fins de consultas e serviços diversos, bem como alimentação de dados do CNJ.

Ao longo dos anos, o Tribunal vem conseguindo fazer frente aos desafios que lhe são impostos. Ainda em 2014, levantamento revelou que o prazo médio que um processo recursal levava para ser distribuído era de dez dias. Para efeito de comparação, em 2008 esse prazo se aproximava a 100 dias. O mesmo se deu em relação às petições, que passaram a ser processadas em apenas 20 minutos, quando, antes, o prazo para tal procedimento ultrapassava 48 horas.

Naquele mesmo ano, mais exatamente em fevereiro de 2014, o Tribunal iniciou o procedimento de triagem dos processos recursais das classes REsp e AREsp (Agravo em Recurso Especial), com vistas a detectar, ainda na primeira fase do trâmite, vícios processuais atrelados aos pressupostos de admissibilidade de aferição objetiva, tais como tempestividade, exaurimento de instância, preparo e representação processual. Graças a essa iniciativa, os feitos que apresentam esses vícios processuais são identificados antes do momento da distribuição e encaminhados ao Nurer para apreciação sumária dos óbices⁶.

Ainda com foco na triagem processual, iniciou-se, também em 2014, o projeto denominado “AREsp – admissibilidade cotejada” que consiste na implantação de mais um sistema de filtro no fluxo dos processos recursais, voltado a enfrentar os desafios verificados na classe processual AREsp, responsável por 60% de toda a demanda recebida pelo STJ. A atividade compreende a análise dos agravos com vistas a identificar o óbice contido no artigo 544, § 4º, I do CPC, que exige para conhecimento do recurso o ataque específico dos fundamentos da decisão agravada.

6 Conforme estabelecido pela Resolução nº 17, de 4 de setembro de 2013.

a virtual forum for repetitive resources and information systems was created, with a webpage for consultation and many services, as well as data feed from CNJ.

Over the years, the Court has been able to meet the challenges imposed on it. Still in 2014, a survey revealed that the average term that an appeal process took to be distributed was ten days. For comparison purposes, in 2008 this period was close to 100 days. The same was true regarding legal petitions, which began to be processed in only 20 minutes, opposed to over 48 hours previously.

In that same year, more precisely in February 2014, the Court began the process of sorting the appeals processes of REsp and AREsp classes (Special Appeal against the Grievance), intending to detect, in the first stage of the process, procedural defects linked to the assumptions of admissibility of objective assessment, such as timing, length of proceedings, preparation and procedural representation. Thanks to that initiative, the acts that present those procedural defects are identified before the moment of distribution and sent to Nurer for summary appreciation of the obstacles⁶.

Also focusing on procedural screening, equally started in 2014, the project called “AREsp - admissibility collated”, which consists in the implementation of another filter system in the flow of appeals processes, aimed at addressing the challenges in the AREsp procedural class, responsible for 60% of all demand received by STJ. The activity comprises the analysis of grievance in order to identify the obstacle contained in article 544, §4º, I from CPC, which requires for knowing the appeal the specific offensive from the grievance decision grounds.

In December 2018, for the first time in its history, the STJ judged more than half a million cases during a year. A total of 346,300 cases were received - 4% more than in the previous

6 Regarding Resolution n. 17, from 2013, September 4th.

Em dezembro de 2018, pela primeira vez em sua história, o STJ julgou mais de meio milhão de processos durante um ano
In December 2018, for the first time in its history, the STJ judged more than half a million cases during a year

Em dezembro de 2018, pela primeira vez em sua história, o STJ julgou mais de meio milhão de processos durante um ano. Foram recebidos 346,3 mil processos – 4% a mais que no ano anterior – e julgados 511.761, uma redução recorde no estoque que dá a clara dimensão do nível de produtividade e eficiência do Tribunal – uma média de 15.508 para cada um dos 33 ministros, ou 1.402 julgamentos por dia, ou ainda 58 por hora.

Ao longo do ano, 338.711 novos processos chegaram ao Tribunal, enquanto 377.574 foram baixados definitivamente. Em 2016, o STJ tinha mais de 370 mil processos em tramitação. No ano seguinte, houve redução recorde de 11% no acervo, e 2017 chegou ao fim com 330 mil processos em tramitação. O ano de 2018 marcou novo recorde, com redução de 11,1%, levando o estoque ao patamar de 293.375 processos. No mesmo período, as decisões da Presidência passaram de 126.784 para 157.080, aumento de 23,9%. Ao longo do exercício, o Tribunal julgou ainda 39 temas em recursos repetitivos, totalizando 786 desde o julgamento do primeiro, em agosto de 2008. Os números apresentados mostram que o Tribunal está no rumo certo para entregar à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

O ano de 2018 também registra dois marcos importantes para o sistema dos precedentes judiciais e, em especial, para a

year - and 511,761 were tried, a record reduction in inventory that gives the Court a clear measure of productivity and efficiency - an average of 15,508 for each of the 33 ministers, or 1,402 trials per day, or 58 per hour.

Throughout the year, 338,711 new cases reached the Court, while 377,574 were definitively dropped. By 2016, the STJ had more than 370 thousand cases in process. The following year, there was a record reduction of 11% in the collection, and 2017 came to an end with 330 thousand lawsuits being processed. The year of 2018 set a new record, with a reduction of 11.1%, taking inventory to the level of 293,375 cases. In the same period, the Presidency's decisions rose from 126,784 to 157,080, an increase of 23.9%. Over the course of the year, the Court also adjudicated 39 subjects in repetitive appeals, summing up 786 since the first trial in August 2008. The figures show that the Court is on the right track to deliver a faster and more effective judicial service to society.

The year 2018 also has two important milestones for the system of judicial precedents and, in particular, for the system of repetitive special appealing: in August, the Law on Repetitive Appealing, which established the procedure for the trial of mass claims in the STJ, completed ten

O STJ tem investido na modernização dos procedimentos jurisdicionais e administrativos relacionados aos recursos repetitivos

The STJ has invested in the modernization of jurisdictional and administrative procedures related to repetitive remedies

sistemática dos recursos especiais repetitivos: em agosto, a Lei dos Recursos Repetitivos, que estabeleceu o procedimento para o julgamento de demandas de massa no STJ completou dez anos. Em novembro, ao decidir pela afetação do REsp 1.763.462, o STJ chegou à marca de mil temas cadastrados no sistema de repetitivos. Desde o primeiro julgamento de recurso repetitivo, em setembro de 2008, o Tribunal já decidiu 778 temas, contando atualmente com 50 temas pendentes de julgamento (172 foram cancelados). Apenas nos casos mais impactantes do ponto de vista numérico – a exemplo da definição sobre a TR como índice de atualização das contas do FGTS e da decisão sobre a contribuição previdenciária de servidores de Minas Gerais – mais de meio milhão de ações puderam ser solucionadas nas instâncias ordinárias após a fixação das teses pelo STJ.

Medidas de aprimoramento

Especialmente após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil em 2015, o STJ tem investido na modernização dos procedimentos jurisdicionais e administrativos relacionados aos recursos repetitivos. Uma das principais medidas foi a Emenda Regimental 24/2016, que regulamentou todas

years. In November, when deciding on the assignment of REsp 1,763,462, the STJ reached the figure of a thousand topics registered in the repetitive system. Since the first repetitive appeal trial, in September 2008, the Court has already decided 778 issues, currently counting on 50 pending trial items (172 were canceled). Only in the most numerically shocking cases - such as the definition of TR as an index for updating the FGTS accounts and the decision on the social security contribution of Minas Gerais civil servants - more than half a million legal actions could be resolved in the ordinary instances after thesis setting by the STJ.

Improvement measures

Especialmente after the implementation of the new Code of Civil Procedure in 2015, the STJ has invested in the modernization of jurisdictional and administrative procedures related to repetitive remedies. One of the main measures was Regimental Amendment 24/2016, which regulated all phases of the processing of appeals, from the indication of the controversy representative processes by the original courts

as fases do processamento dos recursos, desde a indicação dos processos representativos da controvérsia pelos tribunais de origem (e também pelo STJ) até a revisão da tese.

Entre as medidas que representaram enorme avanço para a gestão dos precedentes qualificados no STJ, podem ser destacadas ainda a criação de comissão de ministros para auxiliar na gestão dos repetitivos, a organização das questões jurídicas por meio de temas, a especial atenção dada aos recursos indicados pelos tribunais de origem na condição de representativos da controvérsia, a extensa atualização regimental da matéria e a instituição do plenário virtual na Corte.

O Sistema Eletrônico de Afetação de Recursos Repetitivos – outra ferramenta criada pela emenda regimental – entrou em funcionamento em outubro de 2017. Até o momento, já possibilitou a afetação de 22 temas. Por sua vez, a Comissão Gestora de Precedentes, tem entre suas funções o acompanhamento de processos suspensos no STJ, a sugestão de medidas para aperfeiçoamento da formação e divulgação dos precedentes qualificados e o desenvolvimento de trabalho conjunto com o CNJ, os TRFs e os TJs.

Além da página de repetitivos do STJ, é possível consultar informações sobre processos sobrestados por temas repetitivos no Banco Nacional de Precedentes do CNJ. Formado por dados de diversos tribunais brasileiros, o Banco também permite a checagem de dados sobre Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidentes de Assunção de Competência (IAC) nas cortes de todo o País.

Em fevereiro de 2018, o Gabinete da Revista do STJ lançou a primeira edição da Revista de Recursos Repetitivos. Disponível em formato digital, a obra apresenta os julgamentos realizados sob o rito de demandas de massa. Um dos objetivos da Revista é auxiliar os tribunais na consulta dos recursos repetitivos já analisados, facilitando a aplicação das teses fixadas aos julgamentos locais.

of (and also by the STJ) until the revision of the thesis.

Among the measures that have represented great advance in managing the qualified precedents in the STJ, the creation of a commission of ministers to assist in the management of repetitive appeals, the organization of legal issues through themes, the special attention given to the indicated appeals by the original courts as representative of the controversy, the extensive procedural updating of the matter and the establishment of the virtual plenary in the Court.

The Electronic System for Affecting Repetitive Appeals – another tool created by the regimental amendment – went into operation in October 2017. To date, it has already enabled the allocation of 22 themes. In its turn, the Management Committee of Precedence has among its functions the monitoring of cases suspended in the STJ, the suggestion of measures to improve the training and dissemination of qualified precedents and the development of joint work with the CNJ, TRFs and JWs.

In addition to the repetitive appeals page of the STJ, it is possible to consult information about processes that are overwritten by repetitive themes in the National Bank of Precedents of the CNJ. Comprised of data from several Brazilian courts, the Bank also allows the verification of data on Repetitive Claims Incidents (IRDR) and Competency Assumption Incidents (IAC) in courts throughout the country.

In February 2018, the STJ Journal's Office launched the first edition of the Journal of Repetitive Appealing. Available in digital format, the work presents the judgments performed under the rite of mass demands. One of the goals of the Journal is to assist the courts in the consultation of the already analyzed repetitive appeals, facilitating the application of the theses fixed to the local trials.





2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS
DO PODER JUDICIÁRIO

JUDICIAL POWER HISTORICAL
BACKGROUND

A CONSTITUIÇÃO DE 1891

Após a proclamação da República, em novembro de 1889, o Brasil ganhou sua primeira Constituição Federal⁷. Pouco antes desse marco histórico, no entanto, ocorreu sensível transformação no âmbito do Judiciário, em que sobressai a criação, em 1890, da Justiça Federal e a do Supremo Tribunal Federal. Os decretos nº 848, de 11 de novembro, e nº 1.030, de 14 de novembro, tiveram como finalidade, respectivamente, organizar a Justiça Federal e a Justiça do Distrito Federal; ambos consagraram a existência de jurisdições federal e locais, ou seja, a dualidade de jurisdições. O principal idealizador da implantação da estrutura federativa foi o jurista Rui Barbosa, a partir do modelo de federalismo dos Estados Unidos.

A Carta Magna de 1891, promulgada em 24 de fevereiro, instituiu o modelo federativo de estados – as antigas províncias – o que garantiria a conquista da autonomia por essas entidades da Federação Republicana, ainda que, na prática, o presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, tivesse fechado o Congresso, o que tornava certo que almejava a centralização e o fortalecimento do Poder Executivo. A conjuntura político-econômica de um país que tentava se reorganizar depois de profunda onda de mudanças não era de simples equacionamento. A crise de governabilidade provocou a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891. Ao seu lugar foi alçado o militar de igual patente Floriano Peixoto, apoiado pelas oligarquias e por parte do Exército. A estrutura política ainda não estava pacificada, mas o cenário começaria a se transformar na virada

⁷ A primeira Constituição Federal brasileira data de 1824. Na Carta do período imperial optou-se pela monarquia constitucional como modelo de arquitetura para a nova organização administrativa. Adotou-se, na época, a divisão política em quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judicial e Moderador (artigos 3º e 9º da Constituição de 1824), que deveriam guardar harmonia entre si como “princípio conservador dos direitos dos cidadãos” (art. 9º).

THE 1891 CONSTITUTION

After the proclamation of the Republic, in November 1889, Brazil won a new Federal Constitution⁷. Shortly before that historical milestone, however, there was a significant transformation in the scope of the judicial Power, in which the creation of the Federal Court and the Federal Supreme Court in 1890 stand out. Decrees 848 of November 11 and 1,030 of November 14 aimed to organize the Federal Justice and Justice of the Federal District, respectively; both consecrated the existence of federal and local jurisdictions, that is, the duality of jurisdictions. The main idealizer of the implantation of the federative structure was the jurist Rui Barbosa, inspired by the model of federalism of the United States.

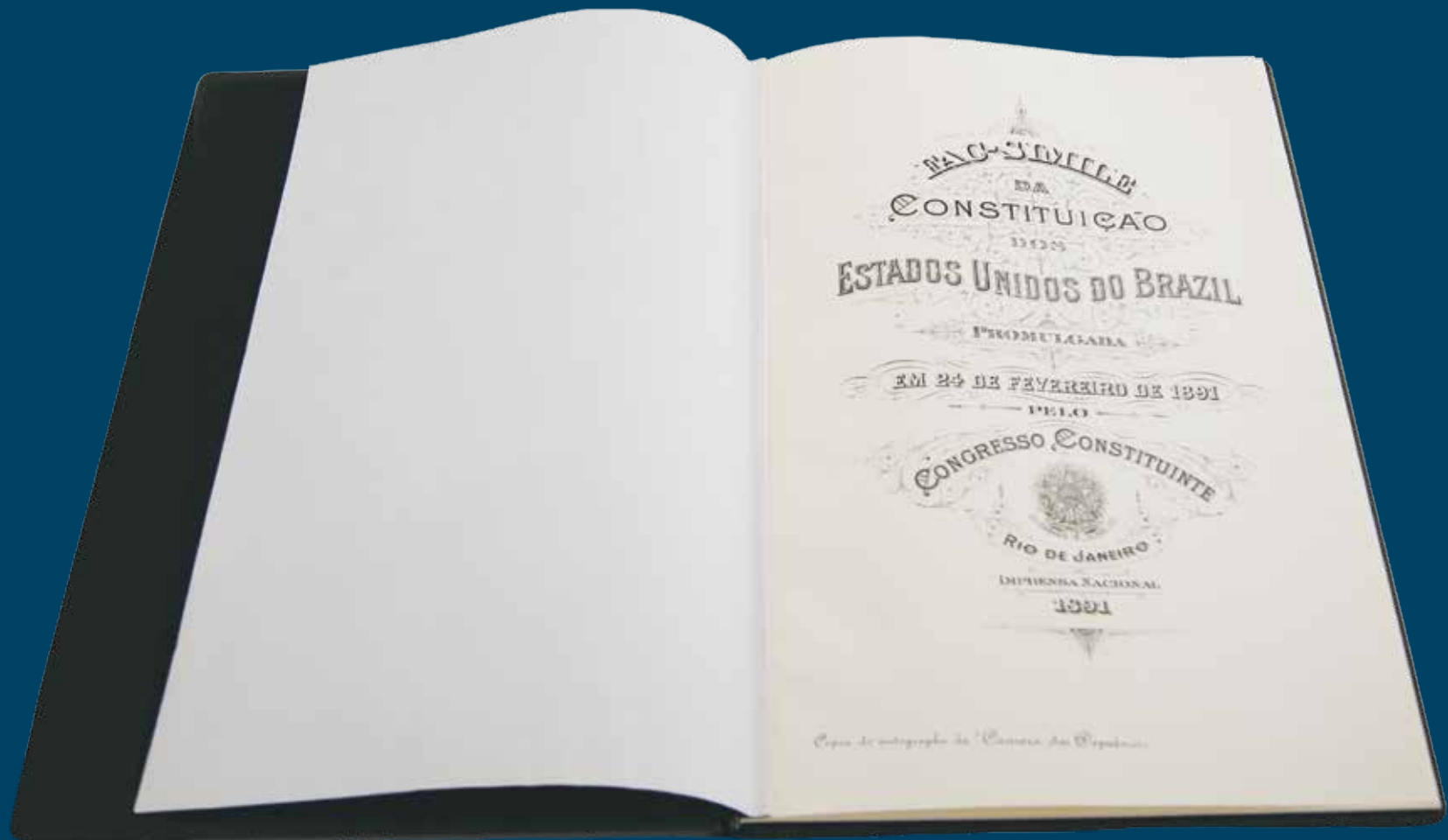
The Constitution of 1891, promulgated on February 24, instituted the federative model of states - the old provinces - which would guarantee the conquest of autonomy by these entities of the Republican Federation, although, in practice, the President of the Republic, Marechal Deodoro of Fonseca, had closed the Congress, which made sure that he wanted the centralization and strengthening of the executive Power. The political-economic conjuncture of a country that was trying to reorganize after a deep wave of change was not a simple matter. The crisis of governability caused the resignation of Deodoro da Fonseca on November 23, 1891. In his place, was raised the military of the same patent Floriano Peixoto, supported by the oligarchies and by the Army. The political structure had not yet been pacified, but the scenario would begin to change from the turn of the

⁷ The first Brazilian Federal Constitution dates back to 1824. In the imperial period, the constitutional monarchy was chosen like the design model for the new administrative organization. At that time, the political division was adopted in four branches: Legislative, Executive, Judicial and Moderator (articles 3rd and 9th of the 1824 Constitution), which should keep harmony among themselves as a “conservative principle of citizens’ rights” (article 9th).



Marechal Deodoro da Fonseca

Marshal Deodoro da Fonseca



Primeira página da Constituição Federal brasileira de 1891

First page of the Brazilian Federal Constitution of 1891



Getúlio Vargas

do Século XIX para o Século XX, quando o Brasil deu passos importantes para mudar a condução de sua economia ao reforçar cada vez mais os incentivos à industrialização.

A Constituição de 1891 vigorou por 40 anos. Em sua vigência, o Poder Judiciário (que deixou de ser denominado Poder Judicial) conquistou, enfim, sua independência, posto que o Poder Executivo não era mais autorizado a suspender os juízes, conforme preceituava a Constituição anterior. Foi criada a Justiça Estadual e, como já mencionado, instituída a Justiça Federal, composta pelo Supremo Tribunal Federal e pelos juízes federais. Estes últimos julgavam causas fundadas na Constituição, as de interesse da União, os crimes políticos e os contra a União, bem como as causas de direito marítimo, as de estrangeiros fundadas em contrato com a União ou em tratados internacionais. Por sua vez, ao Supremo cabia o julgamento dos crimes comuns do presidente da República ou de quaisquer dos ministros, dos crimes cometidos pelos ministros diplomáticos, das causas entre União e estados, ou entre estados, entre a União ou estados e nações estrangeiras, dos conflitos entre juízes federais ou entre estes e os estaduais.

A CONSTITUIÇÃO DE 1934

A terceira Constituição brasileira resultou de radical ato político, quando, em 1930, Getúlio Dornelles Vargas tomou o poder, colocando ponto demarcatório entre a velha e a nova República. Vargas convocou a Assembleia Constituinte em 1933 e promulgou a nova Carta Magna no ano seguinte. No tocante ao Judiciário, continuaram a existir as Justiças Federal e Estadual, a estrutura, porém foi expandida com a criação das Justiças Eleitoral, Militar e do Tribunal Especial.

Estabeleceu a Constituição de 1934 (artigos 78 e 79) a delegação à lei ordinária para a criação de Tribunais Federais,

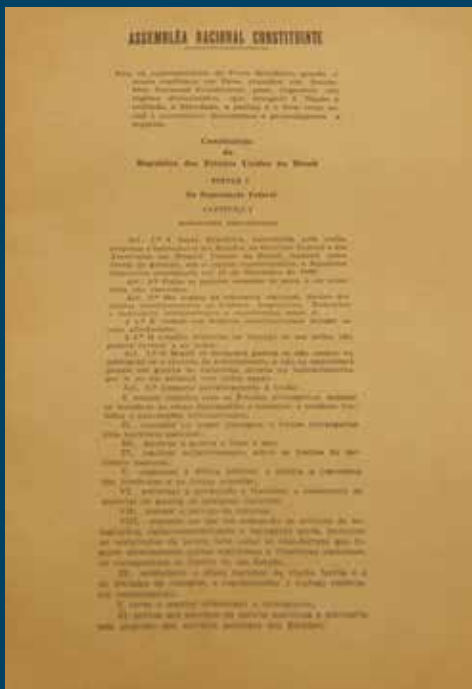
nineteenth century to the twentieth century, when Brazil took important steps to change the direction of its economy by increasingly reinforcing incentives to industrialization.

The Constitution of 1891 was in force for 40 years. During its term, the Judiciary Power (which ceased to be called the Judicial Power) finally won its independence, since the Executive Branch was no longer authorized to suspend the judges, as required by the previous Constitution. The State Justice was created and, as already mentioned, established the Federal Court, composed of the Federal Supreme Court and federal judges. The latter judged cases founded on the Constitution, those of interest to the Union, political crimes and those against the Union, as well as causes of maritime law, those of foreigners based on a contract with the Union or in international treaties. In turn, the Supreme Court was responsible for the common crimes of the President of the Republic or any of the ministers, crimes committed by the diplomatic ministers, the causes between the Union and states, or between states, between the Union or foreign states and nations, conflicts between federal judges or between federal judges and state judges.

THE 1934 CONSTITUTION

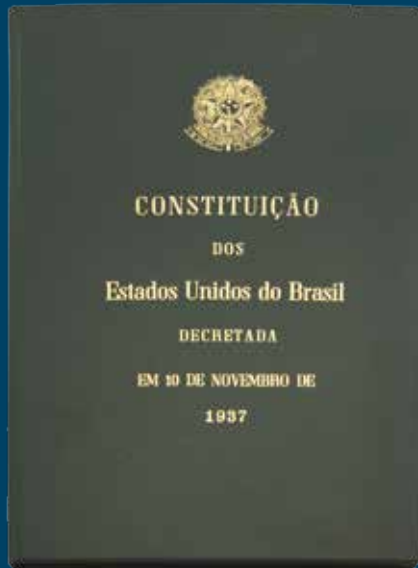
The third Brazilian constitution resulted from a radical political act, when, in 1930, Getulio Dornelles Vargas took power, placing a demarcation point between the old and the new Republic. Vargas called the Constituent Assembly in 1933 and promulgated the new Magna Carta the following year. Regarding the Judiciary, the Federal and State Justices continued to exist, but the structure was expanded with the creation of the Electoral, Military and Special Court Justices.

The Constitution of 1934 (articles 78 and 79) established the delegation to the ordinary law for the creation of Federal



Constituição de 1934

Constitution of 1934



Constituição de 1937

Constitution of 1937



Constituição de 1946

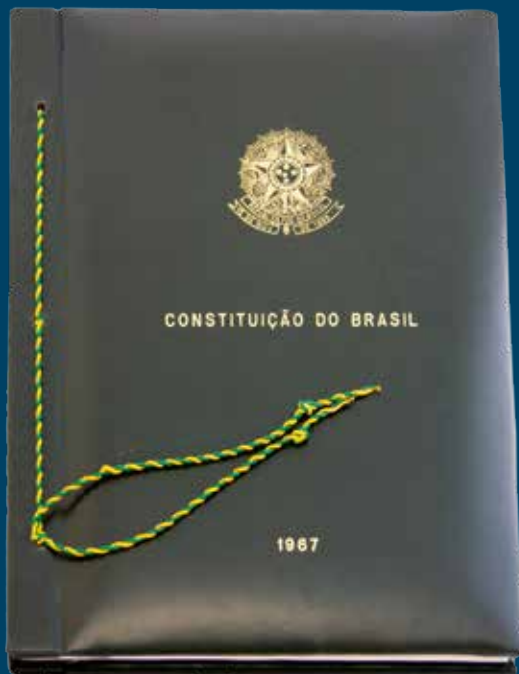
Constitution of 1946

conforme o interesse da Justiça; criou também um tribunal com denominação e organização dadas pela lei, com competência privativa e definitiva, salvo recurso voluntário à Corte Suprema, para julgar espécies que envolvam matéria constitucional. Já as constituições estaduais deveriam respeitar os princípios do Poder Judiciário e do Ministério Público.

O Supremo Tribunal Federal era chamado de Corte Suprema, e os seus membros eram nomeados pelo presidente da República, com aprovação do Senado. Por sua vez, o Tribunal Especial (art. 58, § 7º) tinha competência para julgar os crimes de responsabilidade do presidente da República, dos ministros da Suprema Corte, e dos ministros de Estado, quando em conexão com os do presidente da República. Tal Corte era composta pelo presidente da Suprema Corte, que era o presidente do Tribunal Especial, e mais nove juízes, três da Suprema Corte, três senadores e três deputados.

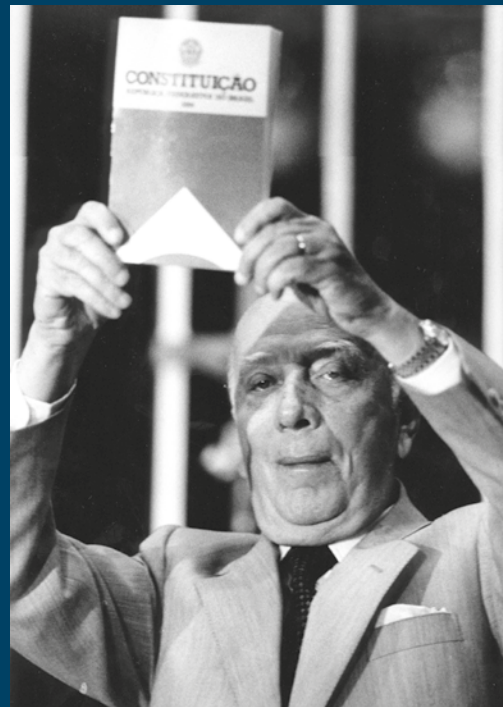
Courts, in the interest of Justice; also created a court with denomination and organization given by law, with exclusive and definitive jurisdiction, except by voluntary appeal to the Supreme Court, to judge species involving constitutional matter. The state constitutions should respect the principles of the Judiciary and the Public Prosecution Service.

The Supreme Court members were appointed by the President of the Republic, with Senate approval. In turn, the Special Court (article 58, paragraph 7) was competent to try the crimes of responsibility of the President of the Republic, of the ministers of the Supreme Court, and of the ministers of state when in connection with those of the President of the Republic. Such a Court was composed of the President of the Supreme Court, who was the President of the Special Court, and nine more judges, three of the Supreme Court, three senators and three deputies.



Constituição de 1967

Constitution of 1967



Constituição de 1988

Constitution of 1988

A CONSTITUIÇÃO DE 1937

Fim trágico teve a Constituição de 1934, que foi substituída bruscamente por nova Carta Magna, em 10 de novembro de 1937, em decorrência do golpe de Getúlio Vargas, que instituiu o Estado Novo. Também conhecida como “Polaca”, por se basear na Constituição Polonesa de 1935, a nova Carta Magna fortaleceu o Poder Executivo, concedendo ao presidente da República o poder de adiar as sessões do Parlamento e dissolver o Legislativo.

Alvo de críticas dos juristas – e de controvérsias históricas que não cabem no contexto deste relato – a Constituição de 1937 manteve as garantias da magistratura em relação à vitaliciedade, à inamovibilidade e à irredutibilidade de vencimentos. Os ministros do Supremo Tribunal Federal eram nomeados pelo presidente da República, com aprovação do Conselho Federal, dentre

THE 1937 CONSTITUTION

Tragic end had the 1934 Constitution, which was replaced abruptly by new Magna Carta, on November 10, 1937, as a result of the coup of Getúlio Vargas, who instituted the Estado Novo. Also known as “Polish”, because it was based on the Polish Constitution of 1935, the new Magna Carta strengthened the Executive Power, granting the President of the Republic the power to postpone parliamentary sessions and dissolve the Legislative.

Aimed at the criticism of jurists - and of historical controversies that do not fit in the context of this report - the 1937 Constitution maintained the guarantees of the magistracy in relation to the vitality, the irremovability and the irreducibility of salaries. The ministers of the Federal Supreme Court were appointed by the President of the Republic, with the approval

brasileiros natos de notável saber jurídico e reputação ilibada, com idade mínima de 35 anos e máxima de 58 anos. Por sua vez, os ministros da Corte Suprema, também nomeados pelo presidente da República, eram aprovados pelo Senado e deveriam ter idade máxima de 65 anos.

Fato marcante é que a Constituição de 1937 não trouxe referências à Justiça Eleitoral – algo que somente seria considerado em 1945, quando um decreto estabeleceria os órgãos dos serviços eleitorais. Outro fato digno de nota: não havia, dentre os órgãos do Poder Judiciário, um que detivesse competência para julgar os crimes cometidos pelo presidente da República, ainda que o art. 85 definisse quais eram os crimes de responsabilidade do chefe da nação, e que o art. 86 submetesse o presidente a processo e julgamento pelo Conselho Federal, caso a acusação fosse considerada procedente pela Câmara dos Deputados.

A CONSTITUIÇÃO DE 1946

Com o fim do Estado Novo, em janeiro de 1946, e já sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra, a nova Constituição Federal foi promulgada em 18 de setembro daquele ano. Não por acaso, a nova Carta recebeu influências do texto de 1934 pois, afinal, 30 constituintes que haviam participado de sua redação tomaram parte na Assembleia de 1946.

Pode-se dizer que a nova Constituição pretendia atender, em seus dispositivos, todas as demandas nacionais daquele momento, em que o Brasil se preparava para iniciar novo ciclo desenvolvimentista, ainda mais por se tratar de período imediatamente subsequente ao fim da II Guerra Mundial (1939-1945). No conjunto de elementos que a nova Carta visava amparar por via das leis, estavam presentes: proteção aos trabalhadores, à ordem econômica, à educação e à família; relações federativas mais equilibradas; criação de sistema capaz

of the Federal Council, among Brazilians born of notable legal knowledge and unblemished reputation, with a minimum age of 35 years old and a maximum of 58. In turn, the ministers of the Supreme Court, also appointed by the president of the Republic, were approved by the Senate and should have a maximum age of 65 years old.

A striking fact is that the 1937 Constitution did not bring references to the Electoral Justice - something that would only be considered in 1945, when a decree would establish the electoral services entities. Another fact worthy of note: there was, among the organizations of the Judiciary, one that had competence to judge the crimes committed by the President of the Republic, although art. 85 defined which were the crimes of responsibility of the head of the nation, and that art. 86 submitted the case to the Federal Council, if the charge was deemed appropriate by the Chamber of Deputies.

THE 1946 CONSTITUTION

With the end of Estado Novo (the New State), in January 1946, and already under the presidency of Eurico Gaspar Dutra, the new Federal Constitution was promulgated on September 18 of that year. It was not by chance that the new Carta was influenced by the 1934 text because, after all, 30 constituents who had participated in its writing took part in the 1946 Assembly.

It could be said that the new Constitution intended to meet, in its provisions, all the national demands of that moment, in which Brazil was preparing to start a new developmental cycle, especially since it was a period immediately following the end of World War II (1939-1945). In the set of elements that the new Carta was intended to protect by laws, were present: protection



Primeira sede do Tribunal Federal de Recursos

First Federal Court of Appeals headquarters

de contribuir para elevar o nível de riqueza nos estados industrializados; melhoria das condições dos municípios; resgate do homem do campo, especialmente as populações de regiões abandonadas e entregues às endemias, ao analfabetismo, à lavoura de subsistência e a outras misérias.

Tendo sobrevivido às inúmeras instabilidades políticas que a colocaram em risco nos anos seguintes, a Constituição de 1946 desenhou para o Judiciário um cenário favorável, em especial para a Justiça Eleitoral, por ter definido com maior exatidão e amplitude a competência desta especialidade. Com o retorno do federalismo, foram retomadas as eleições para os cargos executivos e legislativos das unidades da federação e dos municípios. Foram incorporados: o sistema de voto secreto, o regime de partidos, a representação proporcional, a instituição da suplência, a validade dos diplomas e a atribuição para o julgamento de todas as fases dos pleitos.

Não menos importantes foram as mudanças na composição dos Tribunais Eleitorais: o sistema de sorteio foi substituído pela eleição dos representantes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Apelação dos Estados; dos dois lugares no Tribunal Superior destinados aos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, um deles foi confiado ao Tribunal Federal de Recursos, criados pela Constituição de 1946. Também foram acrescentados ao sistema os juízes e Tribunais do Trabalho, a aprovação dos membros do Supremo Tribunal Federal passou a ser feita pelo Senado, e os crimes comuns cometidos pelo presidente da República passaram a ser processados e julgados originalmente pelo Supremo Tribunal Federal.

to workers, economic order, education and family; more balanced federal relations; creation of a system capable of contributing to raise the level of wealth in the industrialized states; improvement of the conditions of municipalities; rescue of the rural man, especially the populations of regions abandoned and given to endemics, illiteracy, subsistence farming and other miseries.

Having survived the numerous political instabilities that put it at risk in the following years, the 1946 Constitution designed a favorable scenario for the Judiciary, especially for the Electoral Justice, for having defined with greater accuracy and breadth the competence of this specialty. With the return of federalism, the elections for the executive and legislative positions of the federation units and the municipalities were resumed. The system of secret ballot, party system, proportional representation, the institution of substitution, the validity of the diplomas and the adjudication of all phases of the lawsuits were incorporated.

Also important were the changes in the composition of the Electoral Courts: the sorting system was replaced by the election of the representatives of the Federal Supreme Court and the Appeals Courts of the States; of the two seats in the High Court for the judges of the Federal District Court of Justice, one of them was entrusted to the Federal Court of Appeals created by the 1946 Constitution. Judges and Labor Courts were also added to the system, the members approval of the Federal Supreme Court became a Senate responsibility, and the common crimes committed by the President of the Republic began to be prosecuted and tried by the Federal Supreme Court.

A CONSTITUIÇÃO E SUAS EMENDAS NO PERÍODO DO REGIME MILITAR

Em 31 de março de 1964, o Brasil foi abalado por outra radical mudança em seus rumos políticos, quando os militares depuseram o presidente João Goulart e tomaram o poder. O fato pode ser considerado uma consequência do período de instabilidade político-econômica, que se avolumava desde o final do ciclo de investimentos do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Quase três anos depois de instituída a ditadura militar, em 24 de fevereiro de 1967, foi promulgada a nova Constituição Federal, que era naturalmente conservadora.

Na Carta, o Poder Executivo ganhou destaque em relação aos demais Poderes, dado o fortalecimento da sua competência de legislar, ter a iniciativa da formulação de leis, bem como da limitação de tempo para aprovação pelo Congresso dos projetos do Governo, da delegação legislativa, da restrição a emendas aos projetos governamentais e da faculdade atribuída ao presidente para expedir decretos-leis.

Em relação ao Poder Judiciário, cabe registrar as mudanças mais sensíveis, como a criação do Conselho Nacional da Magistratura (CNM), com sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional, composto por sete ministros do Supremo Tribunal Federal; e da figura do procurador-geral da República.

A composição do Tribunal Federal de Recursos foi ampliada para 27 ministros vitalícios, assim como foram ampliadas suas atribuições, cabendo-lhe, entre outras atribuições, processar e julgar originariamente os juízes federais, os juízes do trabalho e os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como dos Tribunais de Contas

THE CONSTITUTION AND ITS AMENDMENTS IN THE PERIOD OF MILITARY REGIME

On March 31, 1964, Brazil was shaken by another radical change in its political course, when the military deposed President Joao Goulart and seized power. This fact can be considered a consequence of the period of political-economic instability, which has been increasing since the end of the investment cycle of the Juscelino Kubitschek Government (1956-1961). Almost three years after the establishment of the military dictatorship, on February 24, 1967, the new Federal Constitution was promulgated, which was naturally conservative.

In the Carta, the executive Power gained prominence in relation to the other ones, given its strengthening to legislate, to initiate the formulation of laws, as well as the limitation of time for approval by the Congress of Government projects, legislative delegation, from restriction on amendments to government projects and from the authority assigned to the President to issue decrees-laws.

Regarding the Judiciary, it is worth recording the most sensitive changes, such as the creation of the National Council of Magistracy (CNM), based in the Federal Capital and with jurisdiction throughout the national territory, composed of seven ministers of the Federal Supreme Court; and the figure of the Attorney General of the Republic.

The composition of the Federal Court of Appeals has been extended to 27 life-long ministers, as well as the extension of its duties, and it is incumbent upon it, among other duties, to prosecute and originally judge federal judges, labor judges and members of the Regional Labor Courts, as well as the Courts of Accounts of the states and the Federal

dos estados e do Distrito Federal e os do Ministério Público da União, nos crimes comuns e nos de responsabilidade. Foram alteradas as composições e as jurisdições dos tribunais eleitorais. Os Territórios Federais do Amapá, Roraima, Rondônia e Fernando de Noronha passaram à jurisdição, respectivamente, dos Tribunais Regionais Eleitorais do Pará, Amazonas, Acre e Pernambuco.

A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, alterou muitos artigos da Constituição de 1967. O Conselho Nacional da Magistratura não integrava o Poder Judiciário, mas voltou a compô-lo com a edição da emenda nº 7, de 13 de abril de 1977. A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, não se referia à vitaliciedade dos magistrados na primeira instância, o que foi estabelecido pela emenda nº 7. O Tribunal Federal de Recursos, com a Emenda Constitucional nº 18, estabeleceu sua composição em 27 Ministros vitalícios, nomeados pelo presidente da República, sendo 15 dentre juízes federais, indicados em lista tríplice pelo próprio Tribunal; quatro dentre membros do Ministério Público Federal, quatro dentre magistrados ou membros do Ministério Público dos estados, Distrito Federal e territórios, e quatro dentre advogados.

REDEMOCRATIZAÇÃO: MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS

Novos ares de liberdade sopraram sobre o Brasil em meados da década de 1980, quando teve início o processo de redemocratização do País, que culminou no movimento “Diretas Já”, que exigia eleições diretas para os cargos de presidente da República e governadores de Estado. A Assembleia Nacional Constituinte foi convocada em 1985, pelo então presidente da

District and those of the Public Prosecutor’s Office of the Union, in common crimes and those of responsibility. The composition and the jurisdictions of the electoral courts have been changed. The Federal Territories of Amapá, Roraima, Rondônia and Fernando de Noronha, respectively, had as jurisdictions the Regional Electoral Courts of Pará, Amazonas, Acre and Pernambuco.

Constitutional Amendment 1, dated October 17, 1969, amended many articles of the 1967 Constitution. The National Judicial Council was not part of the Judiciary Branch, but re-composed it with the edition of Amendment 7, dated April 13 of 1977. Constitutional Amendment 1 of 1969 did not refer to the vitality of the magistrates in the first instance, which was established by amendment 7. The Federal Court of Appeals, with Constitutional Amendment 18, established its composition in 27 Ministers for life, appointed by the President of the Republic, 15 of whom as federal judges, indicated in a triple list by the Court itself; four chosen among members of the Federal Public Ministry, four from magistrates or members of the Public Prosecutor’s Office of the states, Federal District and territories, and four from lawyers.

RE-DEMOCRATIZATION: CONSTITUTIONAL CHANGES

New airs of freedom blew up over Brazil in the mid-1980s, when the country’s re-democratization process began, culminating in the “Diretas já” movement, which demanded direct elections for the posts of President of the Republic and state governors. The National Constituent Assembly was convened in 1985 by the then President of the Republic, José

República José Sarney, e marcou oficialmente o fim do regime militar. Sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães e relatoria-geral do deputado Bernardo Cabral, os trabalhos começaram em 1º de fevereiro de 1987, com a participação de 487 deputados federais e 72 senadores, que se dividiam entre as funções constituintes e regulares do Congresso. Além das propostas dos parlamentares, foram apresentadas 122 emendas populares, muitas delas incluídas na Carta Magna, como a possibilidade de plebiscitos e referendos. Todo esse conteúdo foi debatido em oito comissões temáticas, desdobradas em 24 subcomissões, ao longo de 20 meses.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal continha 245 disposições permanentes (hoje são 250), divididas em nove títulos, que trazem princípios fundamentais, direitos e garantias, organização do Estado e dos Poderes, defesa e soberania, questões econômicas e de ordem social. Entre as definições do texto estão direitos trabalhistas – como a jornada de trabalho de 44 horas e a garantia do direito de greve – a liberação do voto para jovens a partir dos 16 anos de idade, o sistema pluripartidário e a previsão de leis de iniciativa popular.

A Carta contava com 70 disposições transitórias (hoje são 114), com regras para a transição entre o antigo e o novo regime. Entre os pontos mais relevantes estavam a definição de um plebiscito em 1993 para definir a forma e o sistema de governo, a revisão constitucional após cinco anos da promulgação, a elaboração de Constituições estaduais, a criação de órgãos do Judiciário, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ), e a incorporação de servidores públicos sem concurso.

A Constituição Cidadã é a sétima Carta Magna brasileira. O documento é assim conhecido em razão de ter sido formatada após a ditadura militar, período em que houve forte restrição de direitos civis e políticos. Tal motivo fez com que

Sarney, and officially marked the end of the military regime. Under the chairmanship of Deputy Ulysses Guimarães and the general rapporteur of Deputy Bernardo Cabral, work began on February 1st, 1987, with the participation of 487 federal deputies and 72 senators, who were divided between the constituent and regular functions of Congress. In addition to the proposals of parliamentarians, 122 popular amendments were presented, many of them included in the Magna Carta, such as the possibility of plebiscites and referendums. All of this content was discussed in eight thematic commissions, which were deployed in 24 subcommittees over 20 months.

Enacted on October 5, 1988, the Federal Constitution contained 245 permanent provisions (now 250), divided into nine titles, which include fundamental principles, rights and guarantees, State and Powers organization, defense and sovereignty, economic and social order issues. Among the definitions of the text are labor rights – such as the 44-hour working week and the guarantee of the right to strike –, the release of the vote for young people from the age of 16, the multi-party system and the forecast of laws of popular initiative.

The Carta had 70 transitional provisions (114 today), with rules for the transition between the old and the new regime. Among the most relevant points were the definition of a plebiscite in 1993 to define the form and the system of government, the constitutional revision after five years of the promulgation, the elaboration of state constitutions, the creation of entities of the Judiciary, such as the Superior Court of Justice (STJ), and the incorporation of public servants without public tender.

The Citizen Constitution is the seventh Brazilian Magna Carta. The document is thus known because it was formatted after the military dictatorship, a period in which there was a strong restriction of civil and political rights. This led

fossem incluídos no texto diversos direitos fundamentais e garantias individuais, buscando, a partir de extenso detalhamento, evitar eventuais retrocessos institucionais.

Quando passou a vigorar, o texto tinha 382 dispositivos (termo genérico usado para se referir aos artigos e parágrafos que compõem a Carta) que careciam de leis específicas. Estas leis definiriam a maneira como diretrizes previstas na Constituição seriam colocadas em prática. Desde então, 263 foram regulamentados, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor.

No que diz respeito ao Poder Judiciário, a Constituição de 1988 prevê a independência deste em relação ao Executivo e ao Legislativo. O Judiciário é hoje um verdadeiro agente transformador da sociedade, que exerce influência nas decisões dos governos e no destino da nação. Sua estrutura passou por profundas mudanças, como a criação de cinco Tribunais Regionais Federais, órgãos de segunda instância da Justiça Federal, bem como do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao qual são atribuídas várias competências originárias ou recursais antes sob a responsabilidade do extinto Tribunal Federal de Recursos ou do Supremo Tribunal Federal (STF).

A CRIAÇÃO DO STJ

Em um período de apenas cinco meses imediatamente posterior à promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988, o Ministro Evandro Gueiros Leite, então presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), assumiu a tarefa dada pela Assembleia Nacional Constituinte: coordenar a estruturação da Justiça Federal e instalar o STJ. O desafio principal de Gueiros Leite, presidente no novo Tribunal pelo biênio 1987-1989 e também do Conselho da Justiça Federal (CJF), foi criar toda a estrutura de um tribunal superior – além dos cinco Tribunais

to the inclusion in the text of several fundamental rights and individual guarantees, seeking, from wide detailing, to avoid possible institutional setbacks.

When it came into force, the text had 382 devices (the generic term used to refer to the articles and paragraphs that make up the Carta) that lacked specific laws. Those laws would define how the guidelines provided in the Constitution would be put into practice. Since then, 263 have been regulated, such as the Child and Adolescent Statute and the Consumer Defense Code.

With regard to the Judiciary, the Constitution of 1988 provides for its independence in relation to the Executive and Legislative. The Judiciary is today a true transforming agent of society, which influences the decisions of governments and the destiny of the nation. Its structure has undergone profound changes, such as the creation of five Federal Regional Courts, second instance courts of the federal court, as well as the Superior Court of Justice (STJ), to which a number of original or appealing competencies are attribute. Before, they were under the responsibility of the deceased Federal Court of Appeals or the Federal Supreme Court (STF).

THE STJ CREATION

In a period of just five months immediately following the promulgation of the Federal Constitution, in October 1988, Minister Evandro Gueiros Leite, then president of the Federal Court of Appeals (TFR), assumed the task assigned by the National Constituent Assembly: to coordinate the structuring of Federal Justice and install the STJ. Gueiros Leite, president in the new Tribunal for the 1987-1989 biennium and also of the Federal Justice Council (CJF), main challenge was to create the entire structure of a higher court - in addition to



Supremo Tribunal Federal

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Aos sete dias do mês de abril de 1989, o Supremo Tribunal Federal reuniu-se em Sessão Solene, especialmente convocada para a instalação do Superior Tribunal de Justiça, na forma do art. 27, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro José Néri da Silveira, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros José Carlos Moreira Alves, Aldir Guimarães Passarinho, Sydney Sanches, Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti, Carlos Alberto Madeira, Célvio de Oliveira Borja e Paulo Brossard de Souza Pinto, o Procurador-Geral da República, Doutor José Paulo Sepúlveda Pertence, e, ainda, os Excelentíssimos Senhores Ministros do Tribunal Federal de Recursos. Aberta a Sessão, o Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente após proferir palavras alusivas ao evento, registrando o seu alto significado, declarou, em nome do Supremo Tribunal Federal, solenemente instalado o Superior Tribunal de Justiça, composto, nesta data, na forma do art. 27, § 19, inciso I, do ADCT, pelos seguintes membros: Ministros Armando Leite Rollemberg, José Fernandes Dantas, Evandro Gueiros Leite, Washington Bolívar de Brito, Antônio Torreão Braz, Carlos Mário da Silva Velloso, William Andrade Patterson, Romildo Bueno de Souza, Miguel Jerônimo Ferrante, José Cândido de Carvalho Filho, Pedro da Rocha Acioli, Américo Luz, Antônio de Pádua Ribeiro, Cid Flaquer Scarcezini, Jesus Costa Lima, Geraldo Barreto Sobral, Carlos Augusto Thi bau Guimarães, Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, Nilson Vital Neves, Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira, Iomar Nascimento Galvão, Francisco Dias Trindade, José de Jesus Filho, Francisco de Assis Toledo, Edson Carvalho Vidigal e Jacy Garcia Vieira. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente, pelos demais Ministros, pelos Ministros do Tribunal instalado, pelo Procurador-Geral da República e por mim

Francisco Sarauha Guimarães Diretor-Geral da Secretaria.

José Néri da Silveira
NÉRI DA SILVEIRA - Presidente

José Carlos Moreira Alves
MOREIRA ALVES

Aldir Guimarães Passarinho
ALDIR PASSARINHO

Sydney Sanches
SYDNEY SANCHES

Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti
OCTÁVIO GALLOTTI

Carlos Alberto Madeira
CARLOS MADEIRA

Luiz Octávio Borja
CÉLVIO BORJA

Ata da sessão de instalação do STJ

Minutes of the STJ installation session

Regionais Federais, que substituíram o TFR como cortes de segunda instância da Justiça Federal – tendo em mãos apenas uma norma legal explicitada em documento oficial.

É importante mencionar que existem antecedentes sobre a criação do Superior Tribunal de Justiça. O STJ foi estruturado nos moldes da Corte de Cassação da Itália, visando atender dois tópicos essenciais para o legislador constitucional de 1988: facilitar o acesso do povo à Justiça e tornar mais rápida a entrega da prestação jurisdicional. Cabe ainda ressaltar que a intenção de criar a Corte havia surgido ainda em 1965, quando foi realizada concorrida mesa redonda para discutir a proposta apresentada pelo professor Miguel Reale. Passaram-se dez anos sem que o projeto fosse levado adiante, até que o Ministro Aliomar Baleeiro, em vias de aposentar-se do Supremo Tribunal Federal, voltou a falar sobre o assunto para garantir que ele não fosse esquecido. Tanto que no ano seguinte, 1976, o Tribunal Federal de Recursos encaminhou ao Congresso Nacional um anteprojeto de “Reforma do Judiciário”, cuja proposta principal era a descentralização da Justiça Federal com a criação dos Tribunais Regionais Federais, ao tempo em que era destacada a imprescindível criação de um órgão uniformizador do Direito Federal, neste caso o Superior Tribunal de Justiça.

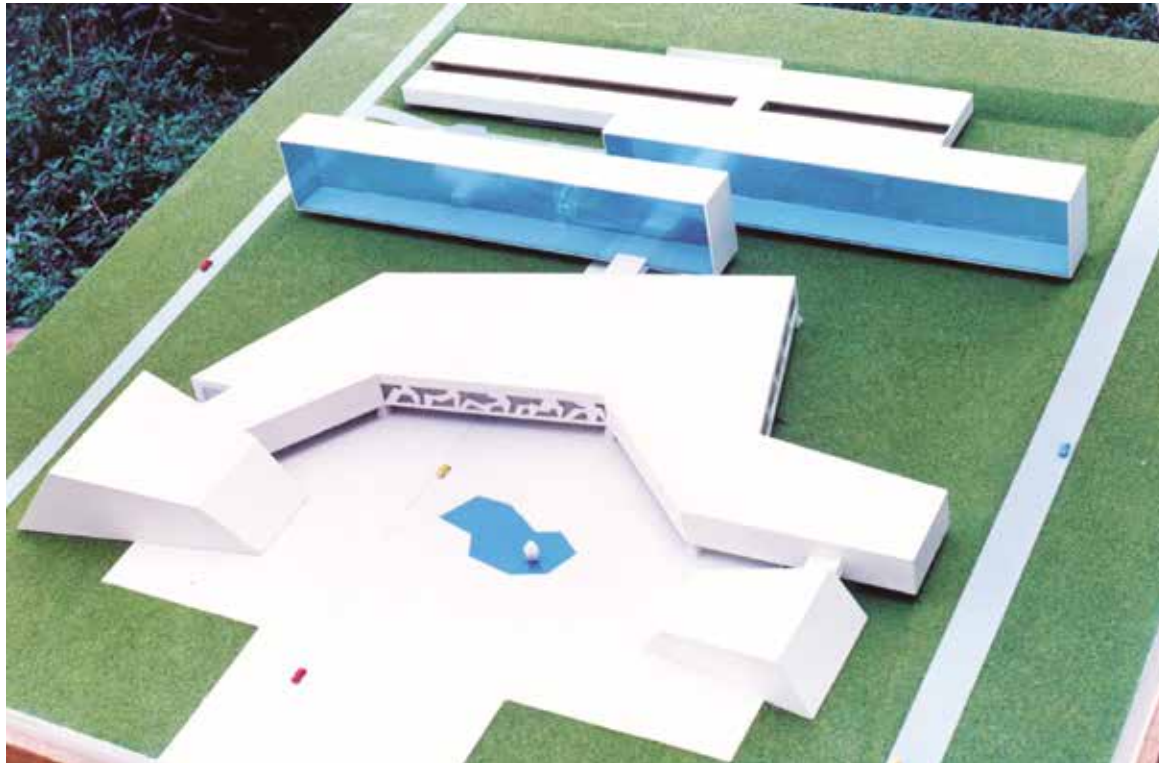
Quando, enfim, o projeto se tornou realidade, a primeira sede do STJ precisava ser definida. Para aquele momento, no entanto, estaria adequado o mesmo local onde antes funcionava o TFR. Os TRFs, a serem instalados no Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco também teriam suas “casas” em prédios públicos desativados, definidos pelos governadores de cada uma dessas unidades federativas. Faltava buscar o local ideal para o STJ, o que aconteceu em abril de 1989, quando o governo do Distrito Federal destinou a área em Brasília na qual viria a ser construído a sede do Tribunal.

Quando recebeu a incumbência, o Ministro Gueiros Leite

the five Federal Regional Courts, which replaced the TFR as courts of second instance of the Federal Justice - having in hand only a legal norm stated in an official document.

It is important to mention that there are antecedents about the creation of the Superior Court of Justice. The STJ was structured along the lines of the Court of Cassation of Italy, aiming to address two essential topics for the 1988 constitutional legislator: to facilitate the people’s access to justice and to expedite the delivery of judicial services. It should also be noted that the intention to create the Court had arisen in 1965, when Getulio Vargas Foundation held a roundtable discussion to discuss the proposal presented by Professor Miguel Reale. Ten years passed without the project being carried forward, until Minister Aliomar Baleeiro, in the process of retiring from the Federal Supreme Court, spoke again on the subject to ensure that it was not forgotten. So that in the following year, 1976, the Federal Court of Appeals forwarded to the National Congress a preliminary “Reform of the Judiciary”, whose main proposal was the decentralization of the Federal Justice with the creation of the Federal Regional Courts, at the time when it was essential to create a standardizing institution of Federal Law, in that case the Superior Court of Justice.

When, finally, the project came true, the STJ’s first headquarters needed to be defined. For that moment, however, the same place where the TFR used to work would be appropriate. The TRFs to be installed in the Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul and Pernambuco would also have their “houses” in public buildings deactivated, defined by the governors of each one of these federative units. The ideal place for the STJ was missing, which happened in April 1989, when the Federal District government assigned the area in Brasília where the Court’s headquarters would be built.



não tinha apenas desafios estruturais a vencer. Em paralelo havia as demandas humanas. Os ministros que atuavam no TFR passaram a compor inicialmente o STJ (art. 27, § 2º, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988). Com a divisão de competências entre o STF e o STJ, também os recursos excepcionais foram repartidos entre as duas cortes, cabendo ao STJ, responsável pela última palavra em matérias infraconstitucionais não especializadas, a análise de nova classe processual: o Recurso Especial (REsp).

A gestão seguinte coube ao Ministro Washington Bolívar de Brito (1989-1991). Sob sua presidência que teve início a construção da sede definitiva do STJ, em dezembro de 1989, a partir de projeto do célebre arquiteto Oscar Niemeyer. A obra seria concluída e inaugurada seis anos depois, em 1995.

O presidente do STJ no biênio 1991-1993 foi o Ministro Antônio Torreão Braz que, além de seguir com as obras da sede, implantou o serviço de assistência à saúde do servidor (Pró-Ser). Em sua gestão, no período de 1993 a 1995, o Ministro Willian Patterson fortaleceu e valorizou o corpo funcional do STJ. Seus sucessores, o Ministro Romildo Bueno de Souza (1995-1997) e o Ministro Américo Luz (1997-1998) presidiram o Tribunal em período marcado pelos avanços tecnológicos, quando a Corte viu aperfeiçoou diversas atividades graças à Tecnologia da Informação.

Esse desenvolvimento pautado pela tecnologia também deu escopo à administração seguinte, do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro (1998-2000), que implantou um sistema de informática ligando o STJ aos seus principais usuários. Naquele período surgiu outra novidade, esta relacionada ao capital humano. Ocorre que nos primeiros dez anos de funcionamento, a Corte era exclusivamente masculina. Em 1999, a nomeação da Ministra Eliana Calmon abriu espaço para as demais mulheres que hoje compõem a Corte. No biênio seguinte, 2000-2002, o Ministro Paulo Costa Leite deu prioridade à política de fortalecimento institucional, passo importante para que o STJ

When he received the assignment, Minister Gueiros Leite not only had structural challenges to overcome. In parallel there were human demands. The ministers who worked in the TFR initially formed the STJ (article 27, §2, I, of the Transitional Constitutional Provisions Act of 1988). With the division of powers between the STF and the STJ, the exceptional resources were also divided between the two courts, and the STJ, responsible for the last word in non-constitutional infra-constitutional matters, analyzed the new procedural class: the special resource (REsp).

The next administration was carried out by Minister Washington Bolívar de Brito (1989-1991). Under his presidency, the building of the definitive headquarters of the STJ began in December 1989, based on the project of the famous architect Oscar Niemeyer. The work would be completed and inaugurated six years later, in 1995.

The president of the STJ in the 1991-1993 biennium was the Minister Antônio Torreão Braz, who, in addition to continuing with the works at the headquarters, implemented the health care service of the servant (Pró-Ser). In his administration, from 1993 to 1995, Minister William Patterson strengthened and enhanced the functional staff of the STJ. His successors, Minister Romildo Bueno de Souza (1995-1997) and Minister Américo Luz (1997-1998) presided the Court in a period known by technological advances, when the Court saw several activities thanks to Information Technology.

That technological development also broadened the scope to the following administration, of Minister Antônio de Pádua Ribeiro (1998-2000), who implemented a computer system linking the STJ to its main users. At that time, another novelty appeared, this one related to human capital. It happens that in the first ten years of operation, the Court was exclusively male. In 1999, the appointment of the Minister Eliana Calmon made room for the other women

passasse a ser reconhecido como o “Tribunal da Cidadania”.

A extensão da constitucionalização de direitos e liberdades individuais e coletivas resultou em substancial crescimento da demanda pelos serviços do Poder Judiciário em todo o País. A isso se somam muitos outros fatores de natureza processual, estrutural e de gestão que resultaram em crescente volume de processos. Prevista pela Constituição Federal de 1988, a Emenda Constitucional nº 45/2004, a chamada “reforma do Judiciário”, tinha dentre seus objetivos encontrar soluções para esses entraves, pautando-se pelo aumento da transparência e da eficiência do Judiciário. Naquele momento presidia o STJ o Ministro Nilson Naves (2002-2004), que além de investir na área de comunicação social, com a criação dos núcleos de rádio e de TV, participou ativamente da reforma do Judiciário. A EC nº 45 trouxe profundas mudanças no modelo organizacional e funcional em diversos órgãos judiciários. No âmbito do STF, lhe foram atribuídas novas competências e prerrogativas institucionais, incluindo a possibilidade de edição de súmulas vinculantes.

A reforma também criou o Conselho Nacional de Justiça, órgão sem competência judicante, que possui ampla competência no controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Em síntese, cabe-lhe zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura; pela observância, no âmbito do Judiciário, dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, ainda, dos demais princípios e condutas impostos à administração pública pela Constituição, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade de atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, naturalmente, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

who today make up the Court. In the following biennium, 2000-2002, Minister Paulo Costa Leite gave priority to the policy of institutional strengthening, an important step for the STJ to be recognized as the “Court of Citizenship”.

The extension of the constitutionalisation of individual and collective rights and freedoms has resulted in a substantial increase in the demand for judicial services throughout the country. Under the Federal Constitution of 1988, Constitutional Amendment 45/2004, the so-called “reform of the Judiciary”, had among its objectives finding solutions to these obstacles, being guided by the increase of transparency and efficiency of the Judiciary. At that time, Minister Nilson Naves (2002-2004) presided over the STJ, which, besides investing in the area of social communication, with the creation of radio and TV stations, participated actively in the reform of the Judiciary. The EC 45 brought profound changes in the organizational and functional model in several judicial entities. Within the scope of the STF, it was given new institutional powers and prerogatives, including the possibility of issuing binding precedents.

The reform also created the National Council of Justice, an entity without judicial jurisdiction, which has broad competence in controlling the administrative and financial performance of the Judiciary and the fulfillment of the functional duties of the judges. In short, it is incumbent upon it to ensure the autonomy of the Judiciary and compliance with the Statute of the Judiciary; by observing, within the judicial Power, the principles of legality, impersonality, morality, publicity and efficiency, and also of the other principles and conduct imposed on the public administration by the Constitution, as well as assessing, ex officio or through provocation, the legality of administrative acts practiced by members or entities of the Judiciary, being able to deconstitute them, revise them or set a deadline so that the necessary measures are taken to the exact

Nas disposições sobre as atribuições do Superior Tribunal, a EC nº 45 promoveu alguns acréscimos. O Tribunal incorporou a competência para a homologação de sentenças estrangeiras e concessão de exequatur⁸, assim como para apreciar, em grau de recurso, a discussão que versar sobre a validade de ato de governo local contestado em face de lei federal. A reforma do Judiciário também deu criação à justiça itinerante na Justiça Federal, bem como à possibilidade de os Tribunais Regionais Federais constituírem câmaras regionais “a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo”. Ainda com relação à Justiça Federal, esta teve sua competência ampliada para alcançar causas relativas a Direitos Humanos.

Durante a gestão do Ministro Edson Vidigal na presidência do STJ (2004-2006) foi ampliada jornada de atendimento do Tribunal, que passou a funcionar das 7h às 19h. Foi naquele período, mais exatamente em 2005, como parte da reforma do Judiciário, que o STJ assumiu também a competência para analisar a concessão de cartas rogatórias e processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras. Até então, a apreciação desses pedidos era feita no STF.

Naquele mesmo ano de 2005, o Governo Federal criou a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, com o objetivo de promover, coordenar, sistematizar e angariar propostas referentes à reforma do Judiciário. Trata-se de um órgão de articulação entre Executivo, Judiciário, Legislativo, Ministério Público, governos estaduais, entidades da sociedade civil e organismos internacionais aptos a propor e difundir ações e projetos de aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

O Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho (2006-2008) focou sua gestão na celeridade processual. Sob seu comando, foi implementada a petição eletrônica e instalada a Escola

⁸ De origem latina, a expressão ao pé da letra significa “cumpra-se”. No caso, refere-se à jurisdição consular.

fulfillment of the law, without prejudice of the jurisdiction of the Court of Auditors of the Union.

In the provisions on the attributions of the Superior Court, EC 45 has made some additions. The Court incorporated the jurisdiction for the homologation of foreign judgments and the granting of exequatur⁸, as well as to appraise, in an appeal, the discussion that concerns the validity of a local government act challenged in the face of federal law. The reform of the Judiciary also gave rise to itinerant justice in the Federal Court, as well as the possibility for the Federal Regional Courts to set up regional chambers “in order to ensure full access of the court to justice at all stages of the proceedings.” Still with respect to the Federal Court, it has had its expanded competence to reach causes related to Human Rights.

During the administration of the Minister Edson Vidigal in the chairmanship of the STJ (2004-2006), the Court’s day of service was extended, which began to run from 7am to 7pm. It was at that time, more precisely in 2005, as part of the reform of the Judiciary, that the STJ also assumed the competence to analyze the granting of rogatory letters and to process and adjudicate the ratification of foreign judgments. Until then, the appraisal of these requests was made in the STF.

In that same year of 2005, the Federal Government created the Judiciary Reform Department of the Ministry of Justice, with the purpose of promoting, coordinating, systematizing and soliciting proposals regarding the reform of the Judiciary. It is an institution of articulation between Executive, Judiciary, Legislative, Public Prosecution, state governments, civil society entities and international organizations able to propose and disseminate actions and projects to improve the Judiciary.

Minister Raphael de Barros Monteiro Filho (2006-2008)

⁸ From Latin, literally the expression means something like: “Let it be executed (or complied with)”. Here, it refers to consular jurisdiction.

Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Na sequência, sucedeu-o na presidência, por alguns meses, o ministro Humberto Gomes de Barros (2008), tempo suficiente para a tomada de medidas quanto à presidência seguinte, a cargo do Ministro Cesar Asfor Rocha (2008-2010).

A partir de 2008, além de prosseguir propondo e acompanhando as mudanças legislativas visando estabelecer estratégias para tornar o Sistema de Justiça mais democrático, rápido, eficiente e transparente, a Secretaria de Reforma do Judiciário passou a atuar diretamente na execução de ações para democratizar o acesso à Justiça no Brasil. Por meio do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), o órgão tem por meta contribuir para a inclusão dos milhões de cidadãos brasileiros que se encontram à margem do sistema de Justiça, fortalecendo o Estado Democrático de Direito.

Desde 2008, com a promulgação da Lei nº 11.672, os recursos especiais passaram a poder ter caráter repetitivo. Isso ocorre quando há múltiplos recursos com fundamento na mesma questão legal. Nesse caso, o STJ pode determinar a suspensão dos processos que tratem da mesma matéria, até que julgue um recurso representativo da controvérsia. A medida legal contribuiu para desonerar o Tribunal, evitando o recebimento de milhares de recursos repetitivos ao acrescentar o art. 543-C ao Código de Processo Civil. Em apenas três meses de vigência da Lei, o número de recursos especiais que chegou ao STJ foi cerca de 40% menor do que o registrado no mesmo período do ano anterior. Porém, a principal vantagem da aplicação dessa lei é acabar com a imprevisibilidade ao promover sólida uniformização da interpretação das leis federais.

Outro importante marco histórico foi a digitalização dos processos, iniciada em 2009, para cumprir a meta da Presidência da Corte de ter todos os processos tramitando virtualmente em agosto daquele mesmo ano, como também para atender os requisitos da entrada em operação do Processo Judicial Ele-

trônico. Sob seu comando, a petição eletrônica foi implementada e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) foi instalada. Seguindo isso, o ministro Humberto Gomes de Barros (2008) sucedeu-o na presidência por alguns meses, tempo suficiente para a tomada de medidas quanto à presidência seguinte, a cargo do Ministro Cesar Asfor Rocha (2008-2010).

Desde 2008, além de prosseguir propondo e acompanhando as mudanças legislativas visando estabelecer estratégias para tornar o Sistema de Justiça mais democrático, rápido, eficiente e transparente, a Secretaria de Reforma do Judiciário passou a atuar diretamente na execução de ações para democratizar o acesso à Justiça no Brasil. Por meio do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), o órgão tem por meta contribuir para a inclusão dos milhões de cidadãos brasileiros que se encontram à margem do sistema de Justiça, fortalecendo o Estado Democrático de Direito.

Desde 2008, com a promulgação da Lei nº 11.672, os recursos especiais passaram a poder ter caráter repetitivo. Isso ocorre quando há múltiplos recursos com fundamento na mesma questão legal. Nesse caso, o STJ pode determinar a suspensão dos processos que tratem da mesma matéria, até que julgue um recurso representativo da controvérsia. A medida legal contribuiu para desonerar o Tribunal, evitando o recebimento de milhares de recursos repetitivos ao acrescentar o art. 543-C ao Código de Processo Civil. Em apenas três meses de vigência da Lei, o número de recursos especiais que chegou ao STJ foi cerca de 40% menor do que o registrado no mesmo período do ano anterior. Porém, a principal vantagem da aplicação dessa lei é acabar com a imprevisibilidade ao promover sólida uniformização da interpretação das leis federais.

Outro importante marco histórico foi a digitalização dos processos, iniciada em 2009, para cumprir a meta da Presidência da Corte de ter todos os processos tramitando virtualmente em agosto daquele mesmo ano, como também para atender os requisitos da entrada em operação do Processo Judicial Ele-



Processos antes e durante digitalização
Procedure before and after digital scanning

trônico (PJe). Com o sistema, advogados e cidadãos puderam passar a visualizar a íntegra do processo de qualquer lugar do mundo com acesso à Internet. O projeto de virtualização processual do STJ venceu a edição do Prêmio Innovare 2009, na categoria Tribunal, com o tema “Justiça Rápida e Eficaz”.

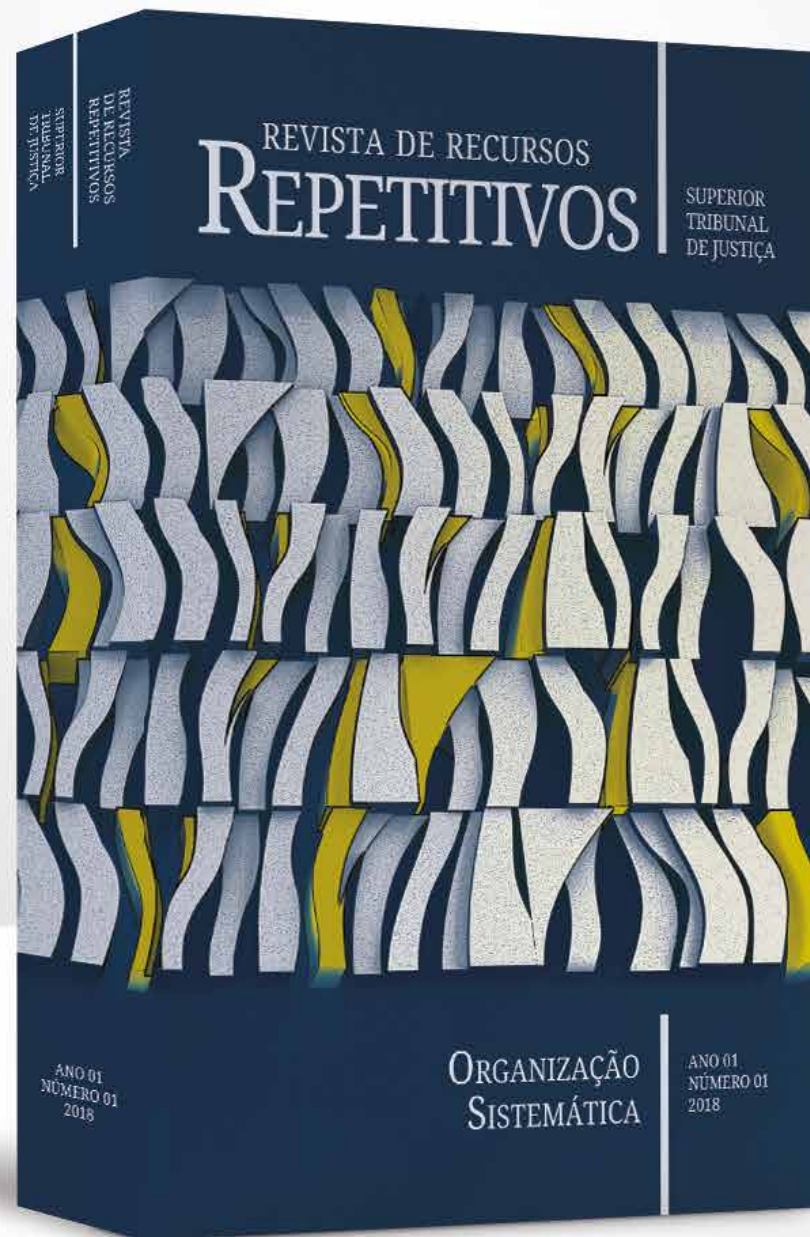
Nos últimos anos, o Tribunal também investiu fortemente na simplificação do trâmite processual e implantou diferentes instrumentos para esta finalidade. Elemento fundamental para a eficiência do Tribunal tem sido o emprego de súmulas. Desde a sua criação, o STJ editou 629^o súmulas, sobre os mais diferentes temas da sua competência. Este importante instrumento jurídico foi adotado pelo Direito brasileiro em 1963 e é utilizado para garantir a segurança jurídica, promover a celeridade processual e evitar a multiplicação de processos sobre questões idênticas. A súmula é uma síntese das reiteradas decisões proferidas pelos Tribunais Superiores sobre determinada matéria. Com ela, questões que já foram exaustivamente decididas podem ser resolvidas de maneira mais rápida mediante a aplicação de precedentes já julgados.

Para alcançar a missão constitucional de uniformizar as normas infraconstitucionais do País, o STJ divulga em diversos veículos sua jurisprudência. Disponível nas versões eletrônica e impressa, a Revista do STJ, traz todas as súmulas com seus enunciados, suas referências legislativas e as decisões da Casa que levaram a sua edição. Por meio físico ou eletrônico, advogados e magistrados das mais diferentes localidades do País podem ter acesso as mais recentes decisões da Corte, bem como àquelas imprescindíveis à solução dos litígios. A Revista Eletrônica do STJ é o primeiro repositório oficial de jurisprudência em portal da rede mundial de computadores. Lançada em setembro de 2002, antecipou-se à Lei nº 11.341/ 2006, que autorizou a comprovação de divergência

fulfill the Presidency’s goal of having all lawsuits processed virtually in August of that same year, as well as to comply with the requirements of the Electronic Judicial Process (PJe). With the system, lawyers and citizens were able to view the entire process from anywhere in the world with Internet access. The procedural virtualization project of the STJ won the edition of the 2009 Innovare Award, in the category of Court, with the theme “Fast and Efficient Justice”.

In recent years, the Court has also invested heavily in simplifying the procedure and has introduced different instruments for this purpose. A key element for the Court’s efficiency has been the use of legal summaries. Since its inception, the STJ has edited 629^o summaries, over the most different subjects within its competence. This important legal instrument was adopted by Brazilian Law in 1963 and is used to guarantee legal certainty, to promote procedural speed and to avoid the multiplication of lawsuits on identical issues. The summary is an overview of the repeated decisions of the Superior Courts on a certain matter. With it, issues that have already been thoroughly resolved can be resolved more quickly by applying precedents already judged.

In order to achieve the constitutional mission of standardizing the country’s infra-constitutional norms, the STJ discloses its jurisprudence in several vehicles. Available in the electronic and printed versions, the STJ Journal brings all the precedents with its statements, its legislative references and the decisions of the House that led to its edition. Through physical or electronic means, lawyers and magistrates from the most different localities of the country can have access to the most recent decisions of the Court, as well as those that are essential to the solution of litigations. The STJ Electronic Journal is the first official repository of jurisprudence on a



jurisprudencial por meio de acórdãos retirados da Internet.

O Ministro Ari Parglender, presidente no biênio 2010-2012, teve como meta da sua administração melhorar a prestação jurisdicional, concentrando-se na gestão dos recursos humanos e materiais. Na gestão seguinte, do Ministro Felix Fischer (biênio 2012-2014), uma das principais metas foi propiciar condições para que os ministros pudessem se concentrar basicamente na tarefa maior, que é a de bem julgar as mais relevantes questões federais. Foi também sob sua gestão que ocorreu a celebração pelos 25 anos do STJ, em abril de 2013, que incluiu o lançamento do livro histórico “Superior Tribunal de Justiça – 25 anos do Tribunal da Cidadania”, produzido pela Editora Justiça & Cidadania, bem como a edição das Coletâneas de Julgados dos Ministros Barros Monteiro, Paulo Gallotti e José Delgado.

No biênio 2014-2016, o STJ foi presidido pelo Ministro Francisco Falcão. Foi um período complexo para todo o País e, sobretudo, para a Administração Pública, no qual o Tribunal se viu diante do desafio de vencer dois obstáculos para a realização de seus objetivos institucionais: a significativa restrição orçamentária e as mudanças procedimentais necessárias com o início da vigência do Novo Código de Processo Civil.

A Ministra Laurita Vaz foi a primeira mulher a presidir o STJ, no biênio 2016-2018. Seu foco principal foi o desenvolvimento da governança institucional, a intensificação da gestão de riscos, e a reestruturação organizacional visando melhor segregação entre auditoria e controle interno, em busca do aprimoramento da gestão pública.

Nos últimos 30 anos – e daqui para o futuro – o Superior Tribunal de Justiça tem diante de si o desafio de se ajustar as novas demandas sociais que surgem a cada dia, em sequência veloz. A Tecnologia da Informação tem sido a principal aliada do Tribunal para alcançar estes propósitos e seguir firme no cumprimento de sua missão institucional. Ao completar três décadas de atuação, o Tribunal da Cidadania

webpage of the world-wide computer network. Launched in September 2002, it anticipated Law 11,341/2006, which authorized the confirmation of jurisprudential divergence through judgments taken from the Internet.

Minister Ari Parglender, President for the biennium 2010-2012, has as his goal to improve judicial performance by focusing on the management of human and material resources. In the next administration of Minister Felix Fischer (biennium 2012-2014), one of the main goals was to provide conditions so that the ministers could concentrate basically on the larger task, which is to judge the most relevant federal issues. It was also under his administration that the STJ celebrated its 25th anniversary in April 2013, which included the launch of the historical book “Superior Tribunal de Justiça - 25 years of the Citizenship Tribunal”, produced by Editora Justiça & Cidadania, as well as the edition of the Collects of Judges of Ministers Barros Monteiro, Paulo Gallotti and José Delgado.

In the biennium 2014-2016, the STJ was presided over by Minister Francisco Falcão. It was a hard period for the whole country and, above all, for the Public Administration, in which the Court faced the challenge of overcoming two obstacles to achieving its institutional objectives: the significant budget constraint and the necessary procedural changes with the beginning of the New Code of Civil Procedure.

Minister Laurita Vaz was the first woman to preside over the STJ in the biennium 2016-2018. Its main focus was the development of institutional governance, the intensification of risk management, and organizational restructuring aimed at better segregation between audit and internal control, in order to improve public management.

In the last 30 years - and from now on - the Superior Court of Justice has a very clear challenge of adjusting itself to the new social demands that arise every day, in a rapid

nia carrega um legado de grandes realizações em nome da aplicação da Justiça. Nos próximos anos, o STJ seguirá em movimento contínuo, impulsionado pelo compromisso de aperfeiçoar sua atuação, amparado pela excelência técnica, pela modernização tecnológica, pela qualificação de seus servidores e pela competência de seus ministros. Um somatório de habilidades que tem garantido ao egrégio Tribunal a pacificação das relações humanas e a garantia do cumprimento do Direito em todos seus princípios fundamentais.

sequence. Information Technology has been the main ally of the Court to achieve these goals and to remain steadfast in fulfilling its institutional mission. After completing three decades of work, the Citizenship Tribunal carries a legacy of great achievements in the name of enforcing justice. In the coming years, the STJ will keep in continuous movement, driven by the commitment to improve its performance, supported by technical excellence, technological modernization, the qualification of its employees and the competence of its ministers. A sum of abilities that has guaranteed to the high court the pacification of human relations and the guarantee of the fulfillment of the Law in all its fundamental principles.







The background is a vibrant yellow with several large, semi-transparent, overlapping geometric shapes in a darker shade of yellow. On the left side, there is a large, white, stylized number '5'. The text is centered horizontally and partially overlaps the white '5'.

A ATUAL ESTRUTURA DO STJ
THE CURRENT STRUCTURE
OF THE STJ

Ao completar três décadas de existência, o Superior Tribunal de Justiça segue na contínua busca de aprimoramento de todos os âmbitos de suas atividades, a fim de cumprir com excelência sua missão institucional de “oferecer à sociedade prestação jurisdicional efetiva, assegurando uniformidade à interpretação da legislação federal”. Atualmente, no biênio 2018-2020, o Tribunal é presidido pelo Ministro João Otávio de Noronha, tem como Vice-Presidente a Ministra Maria Thereza de Assis Moura – ambos simultaneamente à frente do Conselho da Justiça Federal (CJF) – e tem como Corregedor Nacional de Justiça o Ministro Humberto Martins.

A prioridade da atual gestão é transformar o STJ no tribunal mais eficiente do Brasil. Para tanto, é necessário superar desafios diariamente. Além do fortalecimento da disciplina jurídica, é fundamental à Corte, como integrante do Poder Judiciário nacional, assimilar, em toda a sua amplitude, as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade. Para cumprir sua meta de trazer mais eficiência e atingir o objetivo da duração razoável do processo, as iniciativas do STJ envolvem, prioritariamente, o aperfeiçoamento das técnicas de julgamento, bem como de publicação e divulgação das decisões.

Ao longo dos últimos anos, a concretização de reformas estruturais internas, que envolvam mudanças comportamentais e culturais dos servidores, a desburocratização e a simplificação dos serviços, vem contribuindo para consolidar tais premissas. São estes os caminhos, aliás, que o STJ vem trilhando ao longo dos últimos 30 anos, por meio da atuação estratégica e sinérgica de todas as unidades que compõem o Tribunal. Para entender melhor é necessário conhecer o funcionamento desta complexa estrutura administrativa, a maneira como está hierarquicamente disposta e os principais avanços alcançados nos últimos anos.

At the end of its three decades of existence, the Superior Court of Justice pursues a continuous search for improvement in all areas of its activities in order to fulfil its institutional mission of “providing society with effective judicial services, ensuring uniformity in the interpretation of legislation federal”. Currently, in the biennium 2018-2020, the Court is chaired by Minister João Otávio de Noronha, has as Vice-President Minister Maria Thereza de Assis Moura - both simultaneously in charge of the Federal Justice Council (CJF) - and has as National Corregidor Justice Minister Humberto Martins.

The priority of the current management is to transform the STJ into the most efficient court in Brazil. For that, it is necessary to overcome challenges daily. In addition to the strengthening of legal discipline, it is fundamental that the Court, as a member of the national Judiciary, assimilate, in all its amplexness, the changes that have been occurring in society. In order to achieve its goal of achieving greater efficiency and achieving the objective of a reasonable duration of the process, STJ initiatives involve, as a priority, the improvement of the techniques of judgment, as well as publication and dissemination of decisions.

Over the last few years, the implementation of internal structural reforms, involving behavioral and cultural changes of the servants, the reduction of bureaucracy and the simplification of services, has contributed to consolidate such premises. These are the paths, moreover, that the STJ has been following over the last 30 years, through the strategic and synergistic action of all the units that make up the Court. To understand better it is necessary to know the functioning of this complex administrative structure, the way it is hierarchically prepared, and the main advances achieved in recent years.



Ministro João Otávio de Noronha e Ministra Maria Thereza de Assis Moura na cerimônia de suas posses, respectivamente, como Presidente e como Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça
Minister João Otávio de Noronha and Minister Maria Thereza de Assis Moura in their takeover ceremony, respectively, as the Superior Court of Justice President and Vice-President

MESA DIRETORA E ÓRGÃOS JULGADORES

Presidência

A presidência do STJ é definida mediante eleição por voto secreto do Plenário, sendo escolhido o nome do Ministro que obtiver maioria absoluta dos votos. Na mesma ocasião são escolhidos os ministros que ocuparão os cargos de Vice-Presidente e de Corregedor Nacional da Justiça, assim como os membros do Conselho da Justiça Federal e do ministro Diretor da Revista.

O presidente tem como principal atribuição representar o Tribunal perante os Poderes da República, dos estados e dos municípios, e demais autoridades. Cabe a ele, entre outras incumbências, dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as sessões plenárias e da Corte Especial, convocar as sessões extraordinárias e coordenar todas as demais atividades destes órgãos. O ministro presidente também dá posse aos ministros durante o recesso do Tribunal ou nas férias, e concede-lhes transferências de Seção ou Turma. A ele é dada, ainda, a responsabilidade de designar os membros das Comissões Permanentes e de criar as comissões temporárias; baixar as resoluções e instruções normativas referentes à deliberação do Plenário, da Corte Especial ou do Conselho de Administração, bem como as que digam respeito à rotina dos trabalhos de distribuição.

O ministro vice-presidente deve substituir o presidente nas férias, licenças, ausências e impedimentos eventuais, e sucedê-lo, no caso de vaga. Entre outras atribuições, o vice-presidente também integra o Plenário e a Corte Especial nas funções de relator e revisor.

BOARD OF DIRECTORS AND JUDGING ENTITIES

Presidency

The STJ presidency is defined by election by secret ballot of the Plenary, being chosen the name of the Minister who obtains an absolute majority of the votes. At the same time, the ministers will be chosen to hold the positions of Vice-President and National Justice Corregidor, as well as the members of the Federal Justice Council and the Minister Director of the Journal.

The President's main assignment is to represent the Court before the Powers of the Republic, the states and municipalities, and other authorities. It is incumbent on him, among other tasks, to direct the work of the Tribunal, to preside over the plenary sessions and of the Special Court, to convene the special sessions and to coordinate all other activities of these entities. The presiding minister also confers power to the ministers during the recess of the Court or on vacations and grants them Section or Class transfers. He is also given the responsibility of appointing the members of the Permanent Committees and of setting up the temporary committees; to establish the resolutions and normative instructions referring to the deliberation of the Plenary, the Special Court or the Board of Directors, as well as those concerning the routine of distribution works.

The vice-president minister must replace the president in the vacations, licenses, absences and eventual impediments, and to succeed him, in case of vacancy. Among other duties, the vice-president also includes the Plenary and the Special Court as rapporteur and reviewer.

Conselho da Justiça Federal

Vinculado à Presidência do Tribunal, embora seja órgão autônomo e com Regimento Interno próprio, o CJF tem como principal missão exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Seu colegiado é composto por cinco ministros do STJ e pelos presidentes dos cinco Tribunais Regionais Federais do País, sendo presidido pelo presidente e pelo vice-presidente do STJ.

As competências e composição do Conselho são regulamentadas pela Lei 11.798/2008. Entre suas principais atribuições estão examinar e encaminhar ao STJ a criação e a extinção de cargos, e promover a padronização de procedimentos administrativos e jurisdicionais entre as instituições da Justiça Federal. Por meio de seus atos administrativos, o CJF regulamenta uma série de atividades essenciais à celeridade na prestação jurisdicional.

Em decorrência da criação dos Juizados Especiais Federais, pela Lei nº 10.259/2001, o CJF passou a ter, também, função jurisdicional. Em setembro de 2002 começou a funcionar junto ao Conselho a Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, órgão julgador colegiado que aprecia, em grau de recurso, processos oriundos dos Juizados. A uniformização da Jurisprudência dos Juizados, promovida pela Turma Nacional, é de fundamental importância para a garantia da celeridade e da segurança jurídica desses juízos.

Federal Justice Council

Bound to the Presidency of the Court, although it is an autonomous entity and with its own Internal Rules, the CJF's main mission is to exercise administrative and budgetary oversight of the Federal Court of first and second instances. Its board consists of five ministers of the STJ and the presidents of the five Federal Regional Courts of the Country, being chaired by the president and the vice-president of the STJ.

The powers and composition of the Board are regulated by Law 11,798/2008. Among its main duties are to examine and direct to the STJ the creation and termination of positions, and to promote the standardization of administrative and jurisdictional procedures among Federal Justice institutions. Through its administrative acts, the CJF regulates a series of activities essential to the celerity in the jurisdictional provision.

As a result of the creation of the Federal Special Courts, by Law 10,259/2001, the CJF also had a jurisdictional function. In September 2002, the National Chamber of Uniformization of the Jurisprudence of the Federal Special Courts began to work next to the Council, a collegiate judicial entity that appraises, in a degree of appeal, processes originated in the Courts. The uniformity of the Jurisprudence of the Courts, promoted by the National Class, is of fundamental importance for the assurance of the diligence and legal security of these judgments.



Fachada do Conselho da Justiça Federal
Federal Justice Council forefront



Mesa principal do Plenário do STJ

Main Table of the Superior Court of Justice Plenary

Plenário

Vinculado à Presidência, o Plenário é composto por todos os ministros do STJ. Órgão de competência administrativa, ao Plenário cabe a competência de eleger e dar posse ao presidente, ao vice-presidente, aos ministros membros do CJF e ao Diretor da Revista do Tribunal. Também está entre suas principais atribuições eleger, dentre os ministros do Tribunal, os que devam compor o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como elaborar as listas tríplices dos juízes, desembargadores, advogados e membros do Ministério Público para compor o Tribunal (Constituição, art. 104 e seu parágrafo único).

Conselho de Administração

É o órgão que delibera sobre a organização dos serviços administrativos e referentes aos servidores da Secretaria do Tribunal. Portanto, é de sua responsabilidade dispor sobre todas as questões trabalhistas relativas aos cargos e funções de direção, de assistência, de assessoramento e de gabinete, em todos os níveis hierárquicos, que não sejam da competência do Plenário, da Corte Especial ou do Presidente.

Comissões

Também estão vinculadas à Presidência do Tribunal as Comissões Permanentes ou Temporárias de Ministros. Sua principal atribuição é colaborar no desempenho dos encargos do Tribunal. As Comissões Permanentes são integradas de três ministros efetivos e um suplente, salvo a de Jurisprudência e a de Regimento Interno, que serão compostas de seis ministros efetivos, respeitada, em todos os casos, a paridade de representação de cada uma das Seções do Tribunal. Por

Plenary

Linked to the Presidency, the Plenary is composed of all the ministers of the STJ. Responsible for administrative matters, the plenary is also in charge for electing and conferring power to the president, the vice-president, the minister's members of the CJF and the Director of the Court's Journal. It is also among its main duties to elect, among the Ministers of the Court, those who must be part of the Supreme Electoral Tribunal (TSE), as well as to prepare the triple lists of judges, debtors, lawyers and members of the Public Prosecution to fill the Court (Constitution, article 104 and its sole paragraph).

Administrative Council

It is the board that decides on the organization of the administrative services regarding servants of the Registry of the Court. Therefore, it is its responsibility to dispose of all labor matters relating to the positions and management functions, assistance, advisory and cabinet, at all hierarchical levels, which are not within the competence of the Plenary, the Special Court or the President.

Commissions of Ministers

Permanent or temporary commissions of ministers are also attached to the Presidency of the Court. Its main responsibility is to assist in the performance of the Tribunal's burden. The Permanent Committees are composed of three permanent ministers and one alternate, except the one related to Jurisprudence and another related to Internal Rules, which will be composed of six effective ministers, respecting in each case the parity of representation of each

sua vez, as comissões temporárias podem ser criadas pela Corte Especial ou pelo presidente do Tribunal e ter qualquer número de membros, funcionando durante o tempo em que se fizerem necessárias para seu respectivo fim.

As Comissões Permanentes são cinco: 1) a Comissão de Regimento Interno responde pela atualização do Regimento e opina em processo administrativo, quando consultada pelo Presidente; 2) a Comissão de Jurisprudência, em síntese, zela pela expansão, atualização e publicação da súmula da jurisprudência predominante do Tribunal, cuidando de todas as tarefas acessórias a esta incumbência; 3) a Comissão de Documentação supervisiona e administra os serviços da biblioteca, do arquivo e do museu do Tribunal, sugerindo ao presidente medidas para seu aperfeiçoamento; 4) a Comissão de Coordenação tem como responsabilidade sugerir ao presidente da Corte, das Seções e das Turmas medidas relacionadas à modernização administrativa do Tribunal, que visem o aumento do rendimento das sessões, abreviação da publicação dos acórdãos e facilitação das tarefas dos advogados; 5) a Comissão Gestora de Precedentes é quem supervisiona os trabalhos do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), em especial os relacionados à gestão dos casos repetitivos e dos incidentes de assunção de competência, bem como ao controle e ao acompanhamento de processos sobrestados na Corte em razão da aplicação da sistemática dos recursos repetitivos e da repercussão geral.

Gabinete do Ministro Diretor da Revista

Também vinculado à Presidência do Tribunal, o Gabinete do Ministro Diretor da Revista define as estratégias de divulgação da jurisprudência do STJ, visando assegurar o acesso dos operadores do Direito ao pensamento jurídico do Tribunal.

of the Sections of the Court. In turn, temporary committees may be created by the Special Court or by the President of the Court and have any number of members, working for as long as they are necessary for their respective purpose.

The Standing Committees are five: 1) the Internal Rules Committee is responsible for updating the Rules of Procedure and opines in an administrative proceeding, when consulted by the President; 2) the Jurisprudence Commission, in short, ensures the expansion, updating and publication of the precedent of the Court's prevailing jurisprudence, taking care of all the tasks incidental to this task; 3) the Documentation Commission oversees the administration of the Library, Archives and Museum services of the Court, suggesting to the President measures for its improvement; 4) The Coordination Committee is responsible for suggesting measures related to the administrative modernization of the Court to the President of the Court, Sections and Classes, aimed at increasing the income of the sessions, shortening the publication of judgments and facilitating the duties of lawyers; 5) the Precedents Administration Commission is the one who oversees the work of the Nugep – Center of Precedents Management, in particular those related to the management of repetitive cases and incidents of assumption of competence, as well as to the control and monitoring of proceedings before the Court due to the use of systematic repetitive appeals and general repercussion.

Office of the Minister Director of the Journal

Also attached to the Presidency of the Court, the Office of the Minister Director of the Journal defines the strategies for disseminating the jurisprudence of the STJ, in order to ensure the access of legal operators to the legal thinking

Reunião da Comissão Gestora de Precedentes

Meeting of the Predecessor Management Committee



Anualmente, o Gabinete distribui em média 62 mil volumes impressos. Seu principal objetivo é proporcionar informações que facilitem a compreensão dos profissionais da área sobre as questões julgadas para, desta maneira, promover a diminuição de recursos, reduzir o tempo do trâmite processual e, por fim, beneficiar a sociedade.

Em fevereiro de 2018, o Gabinete da Revista do STJ lançou a primeira edição da Revista de Recursos Repetitivos – Organização Sistemática, publicação em formato digital que apresenta 636 julgamentos já realizados pelo Tribunal sob o rito de demandas de massa. Um dos objetivos da revista é auxiliar os tribunais na consulta dos recursos repetitivos já analisados, facilitando a aplicação das teses fixadas aos julgamentos das cortes locais. A Revista é dividida em cinco partes principais, que apresentam os acórdãos por ramo do Direito, por órgão julgador e na sequência em que os temas são tratados no Código ou na legislação aplicável ao julgamento.

Além desta, está a cargo do Gabinete a edição e coordenação do conjunto de publicações oficiais do Tribunal, atualmente composto pela Revista do STJ; Ementário da Jurisprudência do STJ; Regimento Interno do STJ; Súmulas do STJ; Revista de Súmulas do STJ; e Boletim do STJ e de Julgados. O órgão também coordena outras publicações, como o Guia do Advogado, e boletins em mídia eletrônica, como Superior Tribunal de Justiça – Publicações eletrônicas e Coleção Especial de Jurisprudência do STJ. Cabe ainda ao Gabinete do Diretor da Revista habilitar as publicações como repositórios de jurisprudência e administrar as seções do Portal do STJ, na Sala de Serviços Judiciais, destinadas a divulgar o Regimento Interno, a Revista Eletrônica da Jurisprudência e as Decisões Unipessoais.

of the Court. Annually, the Office distributes an average of 62,000 printed volumes. Its main objective is to provide information that facilitates the understanding of the professionals of the area on the issues judged to promote, in this way, the reduction of appeals, to diminish the time of the procedural actions and, finally, to benefit society.

In February 2018, the STJ Office of the Journal launched the first edition of the Journal of Repetitive Appeals - Systematic Organization, a digital publication that presents 636 trials already conducted by the Court under mass demands rite. One of the objectives of the journal is to assist the courts in consulting the already analyzed repetitive appeals, facilitating the application of the theses set forth in the local court judgments. The Journal is divided into five main parts, which present judgments by branch of law, by a judicial entity and in the sequence in which the subjects are treated in the Code or in the legislation applicable to the judgment.

In addition, the Office is responsible for editing and coordinating the series of official publications of the Tribunal, currently composed of the STJ Journal; STJ Jurisprudence Syllabus; STJ Internal Rules; STJ Summary; STJ Reports Review; and STJ and Judged Bulletin. The office also coordinates other publications, such as the Lawyer's Guide, and electronic media bulletins, such as the Superior Court of Justice - Electronic Publications and the Special Collection of Jurisprudence of the STJ. It is also incumbent upon the Director of the Journal Office to authorize publications as jurisprudence repositories and to manage the STJ website sections in the Judicial Services Room, designed to disseminate the Internal Rules, the Electronic Journal of Jurisprudence and the Single-Person Decisions.

Ministros

De acordo com o art. 104 da Constituição Federal, o STJ dever ser composto por, no mínimo, 33 Ministros, que são nomeados pelo presidente da República, após aprovação do Senado Federal. Um terço dos membros deve ser escolhido entre juízes dos Tribunais Regionais Federais; um terço entre desembargadores dos Tribunais de Justiça dos estados e um terço, em partes iguais, entre os advogados e integrantes do Ministério Público.

A indicação dos nomes é feita pelo Plenário do STJ, em sistema de lista tríplice, que apresenta os candidatos de acordo com a ordem decrescente dos votos obtidos em sessão pública do Tribunal. Em qualquer escolha, o representante deve ter mais de dez anos de efetiva atividade profissional, ser brasileiro, contar mais de 35 e menos de 65 anos de idade e satisfazer aos demais requisitos inscritos em lei.

Quatro ministros do STJ também integram a composição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O STJ indica dois membros efetivos e dois substitutos para o TSE, sendo um deles o corregedor-geral da Justiça Eleitoral.

No ato da posse, o ministro prestará compromisso de bem desempenhar os deveres do cargo, e de bem cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis do País. Os ministros detêm as prerrogativas, garantias, direitos e incompatibilidades inerentes ao exercício da magistratura. Depois de empossados, recebem o tratamento de Excelência e usarão vestes talares nas sessões solenes, e capas, nas sessões ordinárias ou extraordinárias.

Cada ministro dispõe de um gabinete para executar os serviços administrativos e de assessoramento jurídico, contando com o apoio de servidores de estrita confiança. O assessor de ministro deve ser bacharel em Direito, nomeado em comissão pelo presidente, mediante indicação do ministro, podendo ser recrutado do quadro de pessoal da Secretaria Judiciária.

Ministers

According to art. 104 of the Federal Constitution, the STJ must be composed of at least 33 Ministers, who are nominated by the President of the Republic, after approval by the Federal Senate. A third of the members shall be chosen among judges of the Federal Regional Courts; one third among judges of the states' courts and one-third, in equal parts, between lawyers and members of the Public Prosecutor's Office.

The choice of the names is done by the STJ Plenary, in a triple list system, which presents the candidates according to the decreasing order of votes obtained in a public session of the Court. Whatever choice it is, the representative must have more than ten years of effective professional activity, be Brazilian, count more than 35 and less than 65 years of age and satisfy the other requirements described in law.

Four STJ ministers also comprise the Superior Electoral Court (TSE). The STJ indicates two effective members and two substitutes for the TSE, one of them being the general Corregidor of Electoral Justice.

In the act of taking the office, the minister shall undertake to fulfill the duties of the office, and to comply with and enforce the Constitution and the country laws. Ministers shall have the prerogatives, guarantees, rights and incompatibilities inherent in the exercise of the magistracy. After being inducted, they receive the treatment of Excellency and will wear judicial robes in the solemn sessions, and covers, in the ordinary or extraordinary sessions.

Each minister has a cabinet to perform administrative and legal advisory services, with the support of strictly trusted servants. The minister's adviser must be a Bachelor in Law, nominated in committee by the president, following the minister appointment, and may be recruited from the staff of the Judicial Department.



Corte Especial
Special Court

Corte Especial

Composta pelos 15 ministros mais antigos do Tribunal, a Corte Especial, órgão vinculado à Presidência do Tribunal, tem por atribuição processar e julgar os recursos especiais sem caráter repetitivo, *habeas corpus* criminais, recursos em *habeas corpus*, recursos em mandado de segurança, entre outros tipos de processo que envolvam as seguintes pessoas: governadores, desembargadores dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e do Trabalho de todas as Unidades da Federação, bem como membros dos Conselhos, dos Tribunais de Contas dos municípios e os do Ministério Público da União, que oficiem perante Tribunais.

Turmas

Compete às Turmas processar e julgar, originariamente, os *habeas corpus*, quando for coator o governador de qualquer estado ou do Distrito Federal; desembargador dos Tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal; membro dos Tribunais de Contas dos estados e do Distrito Federal, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, Conselhos ou Tribunais de Contas dos municípios e Ministério Público da União que officie perante Tribunais.

Julga também *habeas corpus* quando o coator for Tribunal cujos atos estejam diretamente subordinados à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça.

A Primeira e a Segunda Turmas julgam matérias de Direito Público, como as relativas a impostos, Previdência, servidores públicos, indenizações do Estado e improbidade; a Terceira e a Quarta Turmas julgam matérias de Direito Privado, a exemplo de comércio, consumo, contratos, família e sucessões; e a Quinta e Sexta Turmas julgam matérias de Direito Penal, como os crimes em geral e federalização de crimes contra Direitos Humanos.

Special Court

Comprised of the fifteen Court's most senior ministers, the Special Court, an entity attached to the Presidency of the Court, is responsible for processing and judging special non-repetitive appeals, criminal habeas corpus, habeas corpus appeals, writs of warrant, among other types of process involving the following figures: governors, judges of the Courts of Justice, the Regional Federal, Electoral and Labor Courts of all Federal Units, as well as members of the Councils, the Courts of the municipalities accounts and those of the Public Prosecutor's Office of the Union, to serve before the Courts.

Classes

It is the responsibility of the Courts to process and judge, originally, the habeas corpus, when any of them is the plaintiff: the governor of any state or the Federal District; judge of the states and Federal District Courts of Justice; member of: the states and the Federal District Audit Courts, the Federal Regional Courts, the Regional Electoral and Labor Courts, the Councils or Courts of Accounts of the municipalities and the Public Prosecutor of the Union that officiates before the Courts.

They also judge habeas corpus when the plaintiff is a Court whose acts are directly subordinate to the jurisdiction of the Superior Court of Justice.

The First and Second Classes deal with matters of Public Law, such as those relating to taxes, Social Security, civil servants, indemnities of the State and improbity; the Third and Fourth Classes deal with matters of Private Law, such as trade, consumption, contracts, family and succession; and the Fifth and Sixth Classes deal with matters of criminal law, such as crimes in general and federalization of crimes against human rights.



1ª Turma
1ª Class



2ª Turma
2ª Class



3ª Turma
3ª Class



4ª Turma
4ª Class



5ª Turma
5ª Class



6ª Turma
6ª Class

Seções

As Seções são compostas por dez ministros, oriundos de duas Turmas. Compete às Seções processar e julgar os mandados de segurança, os *habeas corpus* e os *habeas data* contra ato de ministro de Estado. As três seções do STJ são especializadas e, dentro de cada uma, são julgados mandados de segurança, reclamações e conflitos de competência, bem como recursos repetitivos. A Primeira Seção julga matérias de Direito Público, a Segunda Seção julga matérias de Direito Privado e a Terceira Seção julga matérias de Direito Penal.

AÇÕES DE RELACIONAMENTO

Assessoria de Relações Internacionais

Subordinada à Presidência do Tribunal, a Assessoria de Relações Internacionais do STJ tem como principal atribuição assessorar o presidente e os demais ministros da Corte em assuntos relacionados às questões de intercâmbio com outros países. Seu principal objetivo é o fortalecimento da presença do STJ e de seus ministros em organismos e eventos jurídicos de caráter internacional – realizados dentro e fora do território nacional. Isso abrange diferentes mecanismos de interação, apoio e cooperação com países com os quais o Brasil mantém relacionamento político-institucional.

A unidade também se encarrega de atuar junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e às missões diplomáticas e repartições consulares estrangeiras no Brasil, com vistas a estabelecer parcerias conjuntas e a facilitar a

Sections

The Sections are composed of ten ministers from two Classes. It is the responsibility of the Sections to process and adjudicate writs of mandamus, habeas corpus and habeas data against the act of a State minister. The three STJ sections are specialized and within each one, writs of mandamus complaints and conflicts of competence are judged, as well as repetitive appeals. The First Section judges matters of Public Law, the Second Section judges matters on Private Law and the Third Section judges matters on Criminal Law.

RELATIONSHIP ACTIONS

International Relations Office

Subordinated to the Presidency of the Court, the STJ International Relations Office has as its main task to advise the president and other Court ministers on matters related to exchange issues with other countries. Its main goal is to strengthen the presence of the STJ and its ministers in international legal institutions and events – held inside and outside the national territory. This encompasses different mechanisms of interaction, support and cooperation with countries with which Brazil maintains a political-institutional relationship.

The unit will also work with the Ministry of Foreign Affairs (MRE) and diplomatic missions and foreign consular offices in Brazil, with a view to establishing joint partnerships and facilitating institutional cooperation, especially when STJ



cooperação institucional, especialmente quando ministros do STJ participam de missões oficiais no exterior.

Nos últimos anos, o Tribunal vem realizando uma série de ações de cooperação internacional, no sentido de atender aos objetivos da política externa brasileira no campo judicial. O STJ também tem estimulado a implementação de mecanismos de intercâmbio capazes de difundir avanços alcançados nos últimos anos pelo Judiciário brasileiro e de identificar boas práticas inovadoras que poderão contribuir para a atividade judiciária no País.

Neste contexto se destaca a assinatura, em 2016, do primeiro acordo de cooperação entre o STJ e a Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH), com o objetivo de trocar informações e documentos sobre as suas respectivas jurisprudências. Além disso, o Brasil faz parte de várias redes de cooperação jurídica internacional, promovendo ações de cooperação na área judicial em diferentes esferas, a exemplo da Cúpula Judicial Ibero-Americana; a Cúpula de Presidentes dos Poderes Judiciários da União Sul-Americana de Nações; a Rede de Cooperação Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa; a Rede Ibero-Americana de Cooperação Judicial; a Rede Ibero-Americana de Informação e Documentação Judicial; a Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais; e a Rede de Poderes Judiciários das Nações Sul-Americanas. O Brasil figura, ainda, como membro do Centro de Estudos Judiciários das Américas (CEJA), cujo objetivo é fomentar e auxiliar os processos de reforma e modernização jurídica dos países membros da Organização dos Estados Americanos.

ministers participate in official missions abroad.

In recent years, the Court has been carrying out a series of international cooperation actions in order to meet the objectives of the Brazilian foreign policy in the judicial field. The STJ has also encouraged the implementation of exchange mechanisms capable of disseminating advances achieved in recent years by the Brazilian Judiciary and of identifying good innovative practices that could contribute to the judicial activity in Brazil.

In this context, the first co-operation agreement between the STJ and the European Court of Human Rights (ECHR) was signed in 2016, with the aim of exchanging information and documents on their respective jurisprudence. In addition, Brazil is part of several international legal cooperation networks, promoting cooperation actions in the judicial area in different spaces, such as the Ibero-American Judicial Summit; the Summit of Presidents of the Judicial Branches of the Union of South American Nations; the Network of International Judicial Cooperation of Portuguese Speaking Countries; the Ibero-American Network for Judicial Cooperation; the Ibero-American Network of Judicial Information and Documentation; the Ibero-American Network of Judicial Schools; and the Network of Judicial Powers of the South American Nations. Brazil is also a member of the Center for Judicial Studies of the Americas (JSCA), whose purpose is to promote and assist the processes of legal reform and modernization of the member countries of the Organization of American States.

Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas

A Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas atua, principalmente, na organização de solenidades, recepções oficiais, seminários, encontros, conferências e congressos, promovidos pelo Tribunal ou em parceria com outras unidades da Justiça. Entre suas atribuições está a tarefa de zelar e orientar sobre os protocolos que se aplicam a cada tipo de evento, acompanhado, em todas as ocasiões, o presidente ou o ministro designado para representá-lo. Encarrega-se, ainda, de apresentar as dependências do STJ aos participantes de programas institucionais, entre outras atribuições.

Secretaria de Comunicação Social

Subordinada ao Secretário-Geral da Presidência, a Secretaria de Comunicação Social (SCO) tem por finalidade planejar, gerir e desenvolver as atividades de comunicação institucional do STJ nos diferentes canais e plataformas de informação e divulgação de notícias. Em 2018, com a produção de 58.170 conteúdos, a unidade superou em muito a meta física estipulada pelo planejamento estratégico do Tribunal, que previa a produção de 28.000 conteúdos diversos, ou seja, todo o material de comunicação produzido pela Secretaria para alcançar seus diferentes públicos – interno, comunidade jurídica, estudantes e sociedade em geral.

Todo esse material é disseminado por meio de diferentes mídias, com o objetivo de dar publicidade aos textos, programas e marcas do STJ, e informar os públicos do Tribunal a respeito do trabalho desenvolvido pela Corte e, dessa forma, promover a ampliação do acesso ao Poder Judiciário.

Ceremonial and Public Relations Advisory

The Ceremonial and Public Relations Department acts mainly in the organization of solemnities, official receptions, seminars, meetings, conferences and congresses, promoted by the Court or in partnership with other Justice units. Among its attributions is the task of watching over and guiding the protocols that apply to each type of event, accompanied, at all times, by the president or the minister designated to represent him. It is also responsible for presenting the STJ's dependencies to institutional program participants, among other tasks.

Department of Social Communication

Subordinated to the Secretary-General of the Presidency, the Social Communication Secretariat (SCO) aims to plan, manage and develop the STJ's institutional communication activities in the different channels and platforms for information and news dissemination. In 2018, with the production of 58,170 contents, the unit far exceeded the physical target stipulated by the strategic planning of the Court, which provided for the production of 28,000 different contents, that is, all the communications material produced by the Secretariat to reach its different audiences - internal, legal community, students and society in general.

All this material is disseminated through different media, in order to publicize the texts, programs and trademarks of the STJ, and to inform its public about the work developed by the Court and, in this way, to promote the expansion of access to the judicial Power. In order to carry out this work, the Office of the Social Communication Secretariat

Para realizar este trabalho, o Gabinete da Secretaria de Comunicação Social está segmentado em três áreas distintas: Coordenadoria de Imprensa e Conteúdo (CIMP), Coordenadoria de Multimeios (COMM) e Coordenadoria de TV e Rádio (CRTV).

A Coordenadoria de Imprensa e Conteúdo (CIMP) é a responsável pela produção de todas as matérias publicadas na área de notícias do Portal do STJ, que, além das principais decisões do Tribunal, abrangem temas diversos de caráter institucional, além de novos serviços e perspectivas da Corte. Em 2018, quando foram produzidas 1.531 notícias para o site do STJ, ocorreu uma mudança na linha editorial. Passaram a ser priorizadas as matérias especiais, a exemplo de reportagens de amplo enfoque, que apresentem ao público a jurisprudência consolidada ou precedentes que mereçam atenção. Outro veículo a reunir matérias especiais é a Revista Panorama STJ, em formato digital, cuja primeira edição trouxe notícias publicadas em 2017.

Além da efetiva comunicação com a população, as ações do STJ priorizam a relação transparente e facilitada com a imprensa. Entre as atribuições desta Coordenadoria, estão também o atendimento às demandas da imprensa externa a respeito das notícias publicadas, pautas especiais, processos em tramitação no Tribunal, bem como solicitações de entrevistas com os ministros da Corte. As atividades desta área registraram, em 2018, o total de 3.733 atendimentos a solicitações diversas da imprensa, o que representa aumento significativo de 21% em relação ao ano anterior. A incidência de notícias veiculadas com citações ao STJ, nesse mesmo período, foi de 77.840 textos. No ano de 2017, esse número havia sido de 63.245. Os resultados mostram um salto de 19% na exposição do Tribunal no noticiário.

A CIMP responde ainda pelas ações de Comunicação Interna, que têm o objetivo de promover melhorias no clima organizacional, com a divulgação de notícias para os servidores, colaboradores terceirizados e estagiários. Em 2018,

is segmented into three distinct areas: Press and Content Coordination (CIMP), Multimedia Coordination (COMM) and TV and Radio Coordination (CRTV).

The Press and Content Coordination (CIMP) is responsible for producing all the material published in the news area of the STJ website, which, in addition to the main decisions of the Court, cover various institutional issues, as well as new services and perspectives of the Court. In 2018, when 1,531 news items were produced for the STJ webpage, a change occurred in the editorial line. Special subjects have been prioritized, such as broad-based reports, which present to the public consolidated jurisprudence or precedents that deserve attention. Another vehicle to gather special subjects is the STJ Panorama Magazine, in digital format, whose first edition brought news published in 2017.

In addition to effective communication with the population, the STJ actions prioritize the transparent and facilitated relationship with the press. Among the responsibilities of this Coordination, there is also the worry about meeting the demands of the foreign press regarding the published news, special guidelines, action proceedings in the Court, as well as requests for interviews with its ministers. The activities of this area registered, in 2018, the total of 3,733 fulfillments to various press requests, which represents a significant increase of 21% in relation to the previous year. The incidence of news items quoted with citations to the STJ, in the same period, was of 77,840 texts. In the year 2017, that number had been of 63,245. The results show a 19% increase in the Court's exposure on the news.

The CIMP also responds for the actions of Internal Communication, which have the objective of promoting improvements in the organizational climate, with the dissemination of news to the servants, outsourced employees and trainees. In 2018, 2,640 news items were published in

foram divulgadas 2.640 notícias no portal interno *Vem Comigo*, elaborado por esta área. A CIMP também atua na produção fotográfica e publicação de fotografias institucionais no Flickr, a plataforma eletrônica de divulgação de imagens dos eventos realizados pelo STJ.

Formada por um núcleo de designers gráficos, pelo Portal do STJ e pelo núcleo de mídias sociais, a Coordenadoria de Mídias (COMM) atende demandas de todas as áreas do Tribunal e, também, as solicitações externas. Nas mídias sociais, esta área da SCO segue nova política editorial, levando em consideração a alteração no algoritmo do Facebook/Instagram e tendo como objetivos o maior alcance e a maior visibilidade do conteúdo produzido. Desde então, a interação com os usuários e o alcance das páginas só têm aumentado. Em 2018, o perfil do STJ no Twitter ampliou o número de seguidores e passou a ter um quantitativo de 628.692 fãs –16% a mais do que em 2017, quando havia cerca de 543 mil seguidores. No perfil do STJ no Instagram também houve aumento significativo: em 2017 o canal tinha 105.851 seguidores, mas encerrou o ano seguinte com o total de 223.846. O mesmo aconteceu no perfil do STJ no Facebook, que terminou 2018 com 1.459.798 inscritos, com uma média de 11,3 mil usuários ativos por mês e 297 mil reações às postagens.

A Coordenadoria de TV e Rádio (CRTV) produz notícias diárias e programas para a Rádio Justiça e TV Justiça, que também são veiculados em emissoras parceiras e nos canais do STJ no YouTube e no SoundCloud. São produzidos ainda programas especiais, vídeos institucionais e notícias em áudio e vídeo para a Intranet, veiculados na seção TV, no portal interno *Vem Comigo*.

Em outubro de 2018, a SCO estreou o novo programa *STJ e Você*, criado com a proposta de mostrar os acontecimentos do Tribunal para o público interno. Com isso, são enfatizadas as ações realizadas pelos servidores, valorizando quem trabalha no Tribunal. Até dezembro foram produzidas 12 matérias, que foram divulgadas pela comunicação interna.

the intranet *Vem Comigo* (Come with me), prepared by this area. CIMP also works in the photographic production and publication of institutional pictures on Flickr, the electronic platform for the events held by the STJ dissemination.

Formed by a group of graphic designers, the STJ website and the social media center, the Multimedia Coordination (COMM) meets demands from all areas of the Court, as well as external requests. In social media, this SCO area follows a new editorial policy, taking into account the change in the algorithm of Facebook / Instagram and having as objectives the greater reach and greater visibility of the produced content. Since then, user's interaction and page reach have only increased. In 2018, the STJ profile on Twitter increased the number of followers and came to have 628,692 fans - 16% more than in 2017, when there were about 543,000 followers. On Instagram STJ profile, there was also a significant increase: in 2017 the channel had 105,851 followers but ended the following year with a total of 223,846. The same happened in the STJ profile on Facebook, which ended 2018 with 1,459,798 subscribers, with an average of 11.3 thousand active users per month and 297 thousand reactions to the posts.

The TV and Radio Coordination (CRTV) produces daily news and programs for *Rádio* and *TV Justiça*, which are also broadcasted on partner stations and on the STJ channels on YouTube and SoundCloud. There are also special produced programs, institutional videos and audio and video news for the Intranet, broadcast in the TV section.

In October 2018, SCO launched the new program “STJ and You”, created with the proposal to showcase the Court events for the internal public. With this, the actions performed by the employees are emphasized, valuing those who work in the Court. Until December, 12 articles were produced, which were published by internal communication.



Coordenadoria de TV e Rádio (CRTV)

Coordination of TV and Radio (CRTV)

Outra produção da CRTV/SCO é o *Justiça Viva*, programa que reúne testemunhos e debates com personalidades relevantes na história do Poder Judiciário, e que teve 11 edições durante o último ano. Por sua vez, o *STJ Notícias*, programa semanal pautado pelas interações com a sociedade por meio das mídias sociais do Tribunal, foi apresentado 47 vezes.

Além disso, em 2018, a CRTV publicou 512 boletins para a Internet, por meio do Clique STJ, que tem o propósito de valorizar as notícias em vídeo produzidas sobre as decisões do Tribunal e veiculadas nos telejornais da TV Justiça. A divulgação superou em muito a do ano anterior, quando foram publicados apenas 199 boletins.

O trabalho realizado pela equipe da SCO mereceu importante reconhecimento, a conquista do XVI Prêmio Nacional de Comunicação Social, promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça. A premiação ocorreu durante o Congresso Brasileiro de Assessorias de Comunicação da Justiça (Conbrascom), em junho de 2018. O Tribunal foi vencedor com o projeto STJ Cidadão (categoria Programa de TV) e ficou em segundo lugar nos projetos *Justiça Viva* (categoria Programa de TV) e *Arquivo.Cidadão* (categoria Mídia Digital). A premiação foi criada em 2003 com o objetivo de valorizar os trabalhos desenvolvidos pelas assessorias de comunicação dos órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensorias Públicas, Tribunais de Contas, Ordem dos Advogados do Brasil e entidades representativas da magistratura, entre outras.

Ouvidoria

Regulamentada pela Resolução STJ nº 20, de 18 de dezembro de 2013, a Ouvidoria do STJ representa importante canal de comunicação entre o Tribunal e a sociedade. Por via de diferentes meios de acesso a este órgão – Internet, telefone e *e-mail* – os

Another CRTV/SCO production is *Justiça Viva* (Alive Justice), a program that gathers testimonies and debates with relevant personalities in the history of the Judiciary, and which had 11 issues during the last year. In turn, *STJ Notícias*, a weekly program based on interactions with society through the social media of the Court, was presented 47 times.

In addition, in 2018, CRTV published 512 newsletters for the Internet, through the Click STJ, which aims to value the video news produced on the decisions of the Court and broadcast on *TV Justiça News*. The disclosure far exceeded that of the previous year, when only 199 bulletins were published.

The work carried out by the SCO team deserved important recognition, the achievement of the XVI National Award for Social Communication, promoted by the National Forum of Communication and Justice. The award was held during the Brazilian Congress of Justice Communication Advisors (Conbrascom) in June 2018. The Court was a winner with the *STJ Cidadão* project (TV program category) and took a second place in *Justiça Viva* (TV program category) and *Arquivo.Cidadão* (Digital Media category). The award was created in 2003 with the purpose of valuing the work carried out by the communications agencies of the Judiciary, Public Prosecution, Public Defenders, Courts of Accounts, Brazilian Bar Association and entities representing the magistracy, among others.

Ombudsman

Regulated by STJ Resolution 20 from December 18, 2013, the STJ Ombudsman's Office represents an important channel of communication between the Court and the company. By means of different means of access to this entity – Internet, telephone and *e-mail* – citizens can register their criticisms, praises and suggestions regarding

cidadãos podem registrar suas críticas, elogios e sugestões relativas à atuação de todas as unidades do Tribunal.

A Ouvidoria também coordena e divulga informações sobre os serviços prestados pelo STJ. Neste sentido, uma das principais conquistas recentes foi a consolidação da Carta de Serviços, documento que apresenta as unidades do STJ, os serviços por elas prestados e os horários de atendimento. O trabalho foi desenvolvido em conjunto pela Ouvidoria, pela Secretaria Judiciária e pela Secretaria de Comunicação Social (SCO).

A Ouvidoria do STJ cumpre os ditames da Lei de Acesso à Informação¹⁰ no que tange às solicitações de informações, o que é feito por meio de formulário eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), disponibilizado no *site* do Tribunal na Internet, no qual também são divulgadas periodicamente as estatísticas das demandas atendidas.

Como consequência das inovações legislativas e normativas sobre acesso à informação, o STJ criou em seu portal o espaço Transparência, no qual é possível encontrar informações a respeito da gestão financeira e orçamentária da Corte, dados sobre pessoal, estruturas remuneratórias, entre outras informações – um serviço também controlado pela Ouvidoria. Nesse âmbito, uma novidade implementada em 2018 pelo CNJ foi o Ranking da Transparência, com o objetivo de divulgar anualmente o nível de transparência nas informações apresentadas nos *sites* dos tribunais brasileiros. A resolução trouxe as exigências que devem ser atendidas pelos tribunais, como, por exemplo, apresentar informações sobre receitas e despesas, licitações e contratos, e serviços disponíveis ao cidadão, dentre outras questões.

O STJ tem buscado inserir novas informações em sua página, com base nas demandas recebidas pelo Serviço de

the performance of all the units of the Court.

The Ombudsman also coordinates and disseminates information about the services provided by the STJ. In this sense, one of the main recent achievements was the consolidation of the Service Letter, document that presents the units of the STJ, the services they provide and the opening hours. The work was jointly developed by the Ombudsman, the Judicial Secretariat and the Social Communication Secretariat (SCO).

The Ombudsman's Office complies with the provisions of the Law on Access to Information¹⁰ in relation to requests for information, which is done through an electronic form of the Citizen Information Service (SIC), available on the Court's website, where the statistics of the met demands are also published periodically.

As a consequence of the legislative and normative innovations on access to information, the STJ created the Transparency space on its webpage, in which information can be found regarding the financial and budgetary management of the Court, personnel data, remunerative structures, among other information - service also controlled by the Ombudsman. In this context, a novelty implemented in 2018 by the CNJ was the Transparency Ranking, with the objective of annually disclosing the level of transparency in the information presented on the Brazilian courts' websites. The resolution brought the requirements that must be met by the courts, such as presenting information on revenues and expenses, bids and contracts, and services available to citizens, among other issues.

The STJ has sought to insert new information on its website, based on the requests received by the Citizen Information Service (SIC). An example of this was the

¹⁰ Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pela Resolução STJ/GP n° 14, de 22 de junho de 2016.

¹⁰ Law n. 12,527, from 2011, November 18, regulated by STJ/GP Resolution n. 14, from 2016, June 22.

Informação ao Cidadão (SIC). Um exemplo disto foi a divulgação do quantitativo de cargos vagos por especialidade, que decorreu de parceria feita pela Ouvidoria com a Secretaria de Gestão de Pessoas após várias demandas recebidas nesse sentido. Como consequência da interação via SIC, o Tribunal passou a divulgar em seu *site* as listas formadas para o preenchimento das vagas de ministro do STJ, e a lista de candidatos a ocupar vagas no Conselho Nacional de Justiça e no Conselho Nacional do Ministério Público.

Ao longo dos anos, a unidade tem se adequado às novas demandas da sociedade. Para tanto, tem sido fundamental a condução, pela Ouvidoria, da Pesquisa de Satisfação do Usuário do STJ, que é realizada desde 2014 e passa por constantes atualizações. Em dezembro de 2017, foi firmado um termo de cooperação técnica com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) para realizar ajustes no instrumento de pesquisa de satisfação. Visando ampliar esta interação, em 2018, em parceria com a STI e a SCO, foram inseridos no *site* do STJ *banners* para acesso direto à avaliação de determinados serviços, como a consulta processual, a pesquisa de jurisprudência e o Informativo de Jurisprudência. Com essa mudança, o número de avaliações respondidas passou de 181, em janeiro, para 12.436 em outubro.

De acordo com o Relatório de Gestão da Ouvidoria 2017/2018, no período foram recebidas 5.591 manifestações, sendo 69% delas relativas ao STJ. O tempo médio de respostas foi de cinco dias. Entre os tipos de manifestações, a maior parte (2.405) tratou de pedidos de informações; as reclamações motivaram 2.083 contatos realizados; as denúncias alcançaram o total de 655 manifestações; foram enviadas 245 sugestões; 116 elogios; 82 pedidos de acesso ao SIC; e cinco acionamentos da LAI. São os próprios cidadãos que estão em maior número na soma dos contatos feitos com o Tribunal, um total de 3.249 no período mencionado.

disclosure of the number of vacant positions per specialty, which was a partnership made by the Ombudsman's Office with the Secretariat of Personnel Management after several requests received in that sense. As a result of the interaction via SIC, the Court started to publish on its website the lists formed for filling the STJ minister vacancies, and the list of candidates to fill vacancies in the National Council of Justice and in the National Council of Public Prosecutions.

Over the years, the unit has adapted to the new demands of society. For that, it has been fundamental to conduct, through the Ombudsman, the STJ User Satisfaction Survey, which has been carried out since 2014 and is constantly updated. In December 2017, a technical cooperation agreement was signed with the Faculty of Economics, Administration and Accounting of the University of São Paulo (FEA / USP) to make adjustments to the satisfaction survey instrument. Aiming to broaden this interaction, in 2018, in partnership with STI and SCO, banners for direct access to the evaluation of certain services, such as procedural consultation, case law research and the Jurisprudence Report were inserted on the STJ website. With that change, the number of assessments answered went from 181 in January to 12,436 in October of the same year.

According to the Ombudsman's Management Report 2017/2018, during the period, 5,591 events were received, of which 69% related to the STJ. The average response time was of five days. Among the types of demonstrations, most (2,405) dealt with requests for information; the complaints motivated 2,083 contacts made; the denunciations reached the total of 655 manifestations; 245 suggestions were sent; 116 compliments; 82 applications for access to the SIC; and five LAI drives. It is the citizens themselves who are in greater numbers in the sum of the contacts made with the Court, a total of 3,249 in the aforementioned period.

NÚCLEO DE ADMISSIBILIDADE E RECURSOS REPETITIVOS

Órgão de assessoramento da Presidência do Tribunal, o Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narer) tem como principal atribuição a elaboração de minutas de decisões e despachos nos feitos originários e recursais ainda não distribuídos. Em 2013, como reflexo da Lei nº 11.672/2008, e a Resolução/STJ nº 08/2008, foram estabelecidos procedimentos relativos ao processamento e julgamento de recursos repetitivos, tendo a Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ), em parceria com a Secretaria de Comunicação Social (SCO), criado a primeira página do Narer no *site* do Tribunal, para fins de consulta àqueles recursos.

Em 2016, a página foi reformulada, passando a oferecer aos usuários novos recursos de consulta, com destaque para a consulta por temas repetitivos. Uma importante conquista do órgão ocorreu naquele mesmo ano, quando o Projeto Triagem Parametrizada com Automação de Minutas foi um dos vencedores do Prêmio Innovare, promovido pelo Instituto Innovare com o objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil. Vencedor na categoria “Tribunal”, o Projeto, que faz uma triagem nos processos que chegam ao STJ no estágio inicial de tramitação e confecciona automaticamente minutas de decisões, conseguiu reduzir em cerca de 70% a distribuição de novas demandas aos gabinetes dos ministros.

CENTER OF ADMISSIBILITY AND REPETITIVE APPEALS

The Board of Advisability of the Presidency of the Court, the Center of Admissibility and Repetitive Appeals (Narer) has as main attribution the drafting of decisions minutes and dispatches in the original and appealing deeds not yet distributed. In 2013, as a reflection of Law 11,672/2008, and Resolution/STJ 08/2008, procedures were established regarding the processing and judgment of repetitive appeals, and the Secretariat of the Judicial Entities (SOJ), in partnership with the Social Communication Secretariat (SCO), created the first page of Narer on the Court website, for the purpose of consulting those resources.

In 2016, the page was redesigned, offering users new query features, highlighting the it for repetitive themes. An important achievement of the entity occurred in that same year, when the Parametrized Triage Project with Minutes Automation was one of the Innovare Award winners, promoted by the Innovare Institute with the goal of identifying, disseminating and promoting practices that contribute to the improvement of Justice in Brazil. Winner in the “Tribunal” (Court) category, the Project, which triages the processes that arrive at the STJ in the initial stage of processing and automatically draws up draft decisions, managed to reduce the distribution of new demands to the ministers’ offices by about 70%.

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

Criado em setembro de 2016, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) é uma unidade técnico-administrativa que tem como principal atribuição gerenciar e unificar os procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, do julgamento de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência¹¹.

Unidade vinculada ao Gabinete da Presidência, o Nugep tem papel fundamental no contexto do sistema de precedentes judiciais trazido pelo novo Código de Processo Civil (CPC)¹². Para a Corte, a nova abordagem do CPC significou uma valorização do recurso repetitivo, cuja tese serve de referência para o julgamento de casos semelhantes, e despertou preocupação ainda maior com a gestão do sistema. Por isso mesmo, a unidade consolidou a atuação do STJ no sentido de adequar a Corte às inovações legislativas que têm, no reforço do precedente jurisprudencial, a proposta de ampliar a segurança jurídica e reduzir a morosidade dos processos.

Com objetivo de racionalizar essa nova sistemática e possibilitar um trabalho coordenado entre todos os órgãos do Poder Judiciário, o CNJ, além de determinar a criação dos núcleos na estrutura administrativa dos tribunais, instituiu o Banco de Dados Nacional, a fim de permitir ampla consulta às informações relacionadas aos precedentes jurisprudenciais. No STJ, o Nugep é o responsável por alimentar esse Banco de Dados com informações atualizadas sobre os processos de competência do Tribunal. O Núcleo tem ainda a responsabilidade de identificar teses repetitivas, o que é rea-

11 De acordo com o art. 7º da Resolução CNJ nº 235/2016.
12 Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

PRECEDENCE MANAGEMENT CENTER

Created in September 2016, the Precedence Management Center (Nugep) is a technical-administrative unit whose main function is to manage and unify the administrative procedures resulting from the application of the general repercussion, the judgment of repetitive cases and the incident of competence assumption¹¹.

A unit linked to the Office of the President, Nugep plays a fundamental role in the context of the judicial precedents system brought by the new Code of Civil Procedure (CPC)¹². For the Court, the new CPC approach meant a valorization of the repetitive resource, whose thesis serves as reference for the judgment of similar cases and raised an even greater concern with the management of the system. For this reason, the unit consolidated the STJ's action in order to adapt the Court to the legislative innovations that have, in strengthening precedent jurisprudence, the proposal to increase legal certainty and reduce delays in proceedings.

Aiming at rationalizing this new system and allowing a coordinated work among all the organs of the Judiciary, the CNJ, in addition to determining the creation of groups in the administrative structure of the courts, established the National Database to allow wide consultation of information related to previous jurisprudence. In the STJ, Nugep is responsible for feeding that Database with updated information on the Court's jurisdiction procedures. The Center also has the responsibility of identifying repetitive theses, which is carried out jointly

11 According to article 7 from the CNJ Resolution n. 235/2016.
12 Law 13,105, from 2015, March 16.

lizado em conjunto com a Comissão Gestora de Precedentes, integrada por três ministros, representantes das seções de Direito Público, Direito Privado e Direito Penal.

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Órgão de direção superior, a Secretaria do Tribunal (ST) é composta pelo Gabinete do Diretor-Geral, que é nomeado em comissão pelo presidente do Tribunal. Sua finalidade é supervisionar, coordenar e dirigir a execução dos serviços administrativos do Tribunal, em conformidade com a orientação estabelecida pelo ministro presidente e as deliberações do Tribunal. Em 2011, depois do mapeamento das iniciativas das unidades que tratassem de assuntos relativos à Secretaria, foi implementado o Plano de Ações da ST, publicado por meio da Portaria nº 725, de 17 de dezembro de 2010. O documento permitiu orientar melhor os trabalhos da organização, de acordo com as ações estratégicas do Tribunal.

Em 2016, a Secretaria do Tribunal passou a contar com nova unidade administrativa, a Assessoria de Ética e Disciplina, que congrega as Comissões de Sindicância, de Processo Administrativo Disciplinar e de Ética, o que permite atuação sistêmica e coordenada, com ênfase nos processos de prevenção e orientação, bem como no ajustamento de conduta, o que constitui grande inovação nos modelos de gestão ética-disciplinar. A nova unidade de correição se alinha às melhores práticas de *compliance*, contribuindo para o cumprimento das normas legais e regulamentares, das políticas e diretrizes da administração pública, em particular no âmbito federal.

A Secretaria do Tribunal é também integrada por diversas unidades, entre elas a Secretaria de Administração, a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, a Secretaria de

with the Predecessor Management Committee, composed of three ministers, representatives of Public Law, Private Law and Criminal Law sections.

OFFICE OF THE COURT

Higher management entity, the Registry of the Court (ST) is composed of the Office of the General Director, who is appointed by the President of the Court. Its purpose is to supervise, coordinate and direct the execution of the administrative services of the Court, in accordance with the orientation established by the Minister President and the deliberations of the Court. In 2011, following the mapping of the unit's initiatives dealing with matters related to the Office, the ST Actions Plan, published by Ordinance n. 725, dated December 17, 2010, was implemented. The document made it possible to better guide the organization work, in accordance with the Court's strategic actions.

In 2016, the Office of the Court started to have a new administrative unit, the Ethics and Discipline Advisory, which brings together the Committees of Inquiry, Administrative and Disciplinary Procedures and Ethics, which allow systemic and coordinated action, with emphasis on the processes of prevention and guidance, as well as in the adjustment of conduct, which constitutes a great innovation in ethical-disciplinary management models. The new correctional unit is aligned with the best compliance practices, contributing to follow with legal and regulatory norms, policies and directives of the public administration, particularly at the federal level.

The Office of the Court is also composed of several units, including the Administration, the Integrated Health Services,

Segurança, a Secretaria de Orçamento e Finanças, a Secretaria de Jurisprudência e a Secretaria de Documentação. Além destas, cabe destacar as mais recentes atividades de outras unidades que compõem a Secretaria do Tribunal.

A Secretaria de Auditoria Interna (AUD) tem como universo de atuação os atos de gestão praticados no âmbito de todas as unidades e subunidades da estrutura do STJ, incluindo a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam) e o Programa de Assistência aos Servidores (Pró-Ser). O órgão ganhou papel relevante como componente do sistema de governança institucional do STJ¹³. A AUD também é composta pela Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações, à qual compete planejar e propor ações de fiscalização nas áreas e processos relacionados à governança e gestão das aquisições e contratações do Tribunal. Outras áreas que integram a AUD são a Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações, a Coordenadoria de Auditoria e Governança Institucional e de Gestão, a Coordenadoria de Auditoria de Pessoal e a Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação.

A Secretaria Judiciária tem por finalidade desenvolver as atividades de processamento inicial do feito físico ou eletrônico, desde sua entrada no Tribunal até a conclusão ao relator, compreendendo as fases de registro, virtualização, indexação legislativa, triagem, autuação, classificação, distribuição e encaminhamento dos processos originários e recursais, bem como a análise de matéria repetitiva em recursos especiais e agravos em Recurso Especial. Desenvolve ainda as atividades de protocolo, virtualização e triagem de petições e documentos judiciais, bem como a prestação de informações processuais ao público em geral.

13 Conforme estabelecido pela Resolução STJ/GP n.º 19/2016.

the Security, the Budget and Finance, the Jurisprudence and the Documentation departments. In addition to these, it is worth mentioning the most recent activities of other units that make up the Office of the Court.

The Internal Audit Department (AUD) is responsible for the management acts practiced within all STJ structure units and sub-units, including the Minister Sálvio de Figueiredo Teixeira National School for Magistrates Training and Improvement (Enfam) and the Servant Assistance Program (Pró-Ser). The entity has gained a relevant role as a component of the STJ's institutional governance system¹³. AUD is also composed of the Acquisitions and Contracting Audit Coordination, which is responsible for planning and proposing inspection actions in the areas and processes related to the governance and management of the Court acquisitions and contracting. Other areas that comprise AUD are the Audit Coordination of Acquisitions and Contracting, the Audit and Institutional and Management Governance Coordination, the Audit Coordination of Personnel and the Information Technology Audit Coordination.

The Judicial Office has the purpose of developing the initial processing of the physical or electronic event, from its entry into the Court until the conclusion of the referendary, including the phases of registration, virtualization, legislative indexing, sorting, filing, classification, distribution and addressing of the originating and appealing processes, as well as the analysis of repetitive matter in special appeals and grievances of the same nature. It also carries out the activities of protocol, virtualization and screening of petitions and court documents, as well as the provision of procedural information to the general public.

13 According to STJ/GP Resolution n. 19/2016.

A Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ), órgão de direção especializada subordinada ao diretor-geral da Secretaria do Tribunal, tem por finalidade desenvolver as atividades cartorárias subsequentes ao processamento inicial dos feitos em tramitação, após sua distribuição, em apoio direto aos ministros e às Sessões colegiadas, e de processamento final, até a baixa definitiva ou arquivamento dos autos.

Em janeiro de 2019, a SOJ renovou sua estrutura. Embora o número de órgãos julgadores do Tribunal não tenha passado por alterações, modificou-se a forma pela qual os feitos são processados e distribuídos para esses órgãos. A partir de 1º de fevereiro, a atividade passou a ser distribuída entre três Coordenadorias e não mais em nove, como era antes: a Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Público, a de Direito Privado e a de Direito Penal, além de ser mantida a Coordenadoria da Corte Especial, que já existia na estrutura anterior.

Outra mudança ocorreu com a criação da Assessoria de Apoio ao Julgamento Colegiado, órgão ligado à Presidência do Tribunal, que ficou responsável pela publicação de pautas e de acórdãos e pelo secretariado das sessões.

GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem por finalidade desenvolver as atividades destinadas ao provimento de cargos, à valorização de pessoas, à atualização e manutenção dos registros funcionais, à concessão de direitos, ao cumprimento de deveres dos servidores e à remuneração de servidores e magistrados. Por meio desta Secretaria, o STJ empreende continuados esforços no sentido de desenvolver competências de gestores e servidores para o melhor desempenho de suas atribuições no dia a dia da organização, sempre com vistas ao cumprimento de sua missão institucional.

The Judicial Entities Department (SOJ), a specialized management entity subordinated to the Director General of the Court's Registry, has the purpose of developing post-processing activities after initial processing, in direct support to Ministers and Collegiate sessions, and final processing, until the definitive disposal or filing of the records.

In January 2019, SOJ renewed its structure. Although the number of the Court's judges has not changed, the way in which the facts are processed and distributed to these entities has changed. As of February 1st, the activity began to be distributed among three Coordination Offices and no longer nine, as it was before: Public Law Processing Coordination, Private Law and Criminal Law Coordinations, besides maintaining the Special Court Coordination, which already existed in the previous structure.

Another change occurred with the creation of the Support Office to Collegiate Trial, an entity linked to the Presidency of the Court, which became responsible for the guidelines and judgments publication and for the secretariat of the sessions/meetings.

PEOPLE MANAGEMENT

The purpose of the Personnel Management Office is to develop activities aimed at filling positions, valuing people, updating and maintaining functional registers, granting rights, complying with the employees' duties and remunerating servants and magistrates. Through this Secretariat, the STJ undertakes continuous efforts to develop managerial and civil servant competencies for the best performance of its duties in the organization routine, always with a view to fulfilling its institutional mission.

In general, such initiatives include training and

De modo geral, tais iniciativas contemplam programas de capacitação e de desenvolvimento, oferecidos para valorizar o quadro de servidores, de forma a manter a motivação e o comprometimento dos colaboradores com os objetivos e metas organizacionais.

Em abril de 2010, foi realizada pesquisa de clima organizacional com a participação de 567 servidores, apontando 70,21% de satisfação geral. Como resultado concreto deste levantamento, e visando atender as demandas apontadas, foi instituído o Comitê Gestor do Clima, responsável por analisar, apontar e consolidar ações de melhoria. Também foi implementado um modelo de Gestão de Desempenho¹⁴, que dispõe sobre o desenvolvimento na carreira dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal do STJ. Dentre as mudanças, destaca-se a inclusão da auto-avaliação, a alteração do estágio probatório de 24 para 36 meses e a inclusão de novos fatores de avaliação.

Atualmente, a força de trabalho do STJ está distribuída em 60% de servidores que realizam atividades finalísticas e outros 40% que ocupam funções de suporte técnico-administrativo. Esses dados demonstram que a maior parte dos servidores está alocada nas unidades que têm por atribuição realizar atividades que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos do Tribunal.

Em 2017, a Política de Gestão de Pessoas do Superior Tribunal de Justiça foi reformulada¹⁵ com a criação do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, responsável pela definição e monitoramento das regras de governança nesse âmbito. Entre os princípios da nova política, destacam-se os valores institucionais e o planejamento estratégico, como norteadores da gestão de pessoas, promovendo uma cultura

development programs, offered to enhance the staffing of employees, in order to maintain employees' motivation and commitment to organizational objectives and goals.

In April 2010, an organizational climate survey was carried out with the participation of 567 servants, pointing out 70.21% of overall satisfaction. As a concrete result of this survey, and in order to meet the aforementioned demands, the Climate Management Committee was created, responsible for analyzing, pointing out and consolidating improvement actions. A Performance Management¹⁴ model was also implemented, which provided for the career development of the employees occupying positions of the STJ staff effective filling. Among the changes, the inclusion of the self-evaluation, the change in the probationary stage from 24 to 36 months and the inclusion of new evaluation factors stand out.

Currently, the work force of the STJ is distributed among 60% of servants that perform finalistic activities and another 40% that occupy functions of technical-administrative support. These data demonstrate that most of the servants are allocated to units that are assigned to perform activities that directly contribute to the achievement of the Tribunal's objectives.

In 2017, the People Management Policy of the Superior Court of Justice was reformulated¹⁵ with the creation of the Local People Management Committee, responsible for defining and monitoring governance rules in this area. Among the principles of the new policy, institutional values and strategic planning stand out as the guiding principles of people management, promoting a results-oriented culture. The document also describes how rules of orientation in the management of this area stimulate innovation and appreciation of people. It points out, among other aspects,

¹⁴ Conforme a Resolução n° 3, de 16 de abril de 2010.

¹⁵ De acordo com a Portaria STJ/GP n° 10 de 16 de janeiro de 2017, e conforme Resolução CNJ n° 230/2016.

¹⁴ According to Resolution n. 3, from 2010, April 16.

¹⁵ According to STJ/GP Ordinance n. 10, from 2017, January 16, and CHJ Resolution n. 230/2016.



XV Corrida do Judiciário

orientada para resultados. O documento também descreve como regras de orientação na gestão desta área o estímulo à inovação e à valorização das pessoas. Assinala, entre outros aspectos, a necessidade de implementar ações voltadas para acessibilidade e responsabilidade socioambiental.

Em relação à alocação da força de trabalho, a Política denota que deve ser observada a complexidade e o volume dos processos de trabalho, as competências requeridas pelas unidades, o interesse e as competências dos servidores, os postos de trabalho considerados críticos, bem como a gestão estratégica do Tribunal como um todo. De fato, análise recente mostra que a ocupação de funções de confiança e de cargos comissionados encontra-se dentro dos percentuais estabelecidos pela Lei nº 11.416/2006¹⁶. Aproximadamente 90% das funções de confiança são ocupadas por servidores do Poder Judiciário da União – a exigência legal é de 80%. Além disso, 69% dos cargos em comissão são ocupados por servidores do quadro do STJ, acima da exigência legal de 50%.

A nova Política também define o regramento sobre Gestão de Desempenho, que deve, entre outros aspectos, ter foco no desenvolvimento do servidor na carreira ao longo de toda a sua vida funcional, visando a melhoria da sua atuação e a consequente potencialização dos resultados institucionais. O documento aborda ainda o Plano de Ações de Educação Corporativa, que deve considerar os resultados da gestão de desempenho e da gestão por competências, bem como estar alinhado ao planejamento estratégico institucional, seguindo o que define o Projeto Pedagógico Institucional.

Por fim, a Política abrange o escopo da Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Servidores, orientando que o Tribunal deve promover e fomentar ações que contribuam para a qualidade de vida no trabalho e a adoção de estilo

the need to implement actions focused on accessibility and socio-environmental responsibility.

With regard to the allocation of the workforce, the Policy indicates that the complexity and volume of work processes, the competencies required by the units, the interest and skills of the employees, the jobs considered critical, and the management strategy of the Court as a whole must be object of observation. In fact, recent analysis shows that the occupation of trust functions and commissioned positions is within the percentages established by Law 11,416/2006¹⁶. Approximately 90% of the functions of trust are occupied by servants of the judicial Power of the Union – the legal requirement is 80%. In addition, 69% of the positions in commission are occupied by servants of the STJ staff, above the legal requirement of 50%.

The new Policy also defines the Performance Management rule, which must, among other aspects, focus on the development of the career servant throughout its functional life, aiming at improving its performance and the consequent enhancement of institutional results. The document also addresses the Corporate Education Action Plan, which should consider the results of performance management and competency management, as well as be aligned with institutional strategic planning, following what defines the Institutional Pedagogical Project.

Finally, the Policy covers the scope of Quality of Work Life and Valuation of Servants, directing that the Court should promote and foster actions that contribute to the quality of life at work and the adoption of an active and healthy lifestyle. In order to make progress on this issue, with a view to increasing productivity at work and rationalizing the use of appealing, in December 2018 the

16 Alterada pela Lei nº 12.774, de 28 de dezembro de 2012.

16 Changed by the Law n. 12,774, from 2012, December 28.

de vida ativo e saudável. Para avançar nessa questão, com o objetivo de aumentar a produtividade no trabalho e racionalizar o consumo de recursos, em dezembro de 2018 o Conselho de Administração do STJ aprovou a resolução que regulamenta o teletrabalho, modalidade de trabalho a distância que pode vir a contribuir com a elevação da eficiência nas atividades administrativas e jurisdicionais.

De acordo com a regulamentação¹⁷, as metas de desempenho do servidor em teletrabalho serão, no mínimo, 20% superiores às estipuladas para o servidor que executa suas atividades de modo presencial. Além das especificações sobre produtividade, deveres e restrições, a resolução estabelece que o limite máximo por unidade para servidores em teletrabalho é de 30% da respectiva lotação, admitindo-se excepcionalmente o aumento para 50%, a critério do ministro ou dos gestores encarregados. Terão prioridade para realização do teletrabalho os servidores com deficiência ou que possuam filhos com deficiência, além de gestantes e lactantes.

Com esta iniciativa, o STJ busca promover e ampliar uma cultura orientada a resultados. Ao reduzir tempo e custos com deslocamentos, o servidor em teletrabalho poderá produzir mais, com impactos positivos na prestação jurisdicional e na economia de recursos físicos do tribunal. A implementação do trabalho a distância também é fruto da adoção de soluções tecnológicas que garantem, a um só tempo, a estabilidade do acesso remoto e a segurança das informações acessadas.

Entre outras atividades com foco na capacitação dos servidores, o Tribunal promoveu, em 2017, o I Fórum Aprimore STJ – Competências, resultados e inovação, como parte do programa estratégico Aprimore, voltado a potencializar o sistema de gestão por competências e aprimorar o desempenho de gestores e servidores do Tribunal. A iniciativa surgiu da

STJ Council of Administration approved the resolution regulating teleworking, or remote work, a change that may contribute to the increase of efficiency in administrative and jurisdictional activities.

According to the regulations¹⁷, the servant performance goals in teleworking will be at least 20% higher than those stipulated for the servant that performs its activities in person. In addition to the specifications on productivity, duties and restrictions, the resolution establishes that the maximum limit per unit for servants in telework is 30% of the respective unit group, exceptionally being allowed to increase to 50%, at the discretion of the minister or managers in charge. Servants with disabilities or those with children with disabilities, as well as pregnant and lactating women, will have priority for teleworking.

With that initiative, the STJ seeks to promote and broaden a results-oriented culture. By reducing time and cost of commuting, the teleworking servant can produce more, with positive impacts on the court's provision and savings of physical resources. The implementation of remote work is also the result of the adoption of technological solutions that guarantee, at the same time, the stability of remote access and the security of the information accessed.

Among other activities focused on servants training, in 2017 the Court promoted the 1st STJ Forum *Aprimore* (Improve) – Competencies, results and innovation, as part of the *Aprimore* strategic program, aimed at strengthening the competency management system and improving the performance of managers and the Court servants. The initiative came from the proposal of sharing experiences, promoting teaching through practice and guiding the paths for the implementation of the new management model. In May 2018, the II STJ Forum

17 Editada em consonância com a Resolução n° 227/2016 do CNJ.

17 Edited in compliance with CNJ Resolution n. 227/2016.

proposta de compartilhar experiências, promover o ensino por meio da prática e orientar os caminhos para a implantação do novo modelo de gestão. Em maio de 2018 ocorreu o II Fórum Aprimore STJ, com o objetivo de estabelecer diálogo direto com representantes de instituições públicas e privadas para a troca de experiências em práticas inovadoras. Além de compatível com o moderno sistema de gestão de pessoas, a iniciativa vem sendo estimulada por diversas entidades e órgãos públicos a fim de garantir maior efetividade nos resultados gerados pela administração pública.

Cabe notar, ainda, duas resoluções que impactam o modelo de gestão de pessoas no Tribunal. A primeira delas, que resulta do advento da Lei nº 12.990/2014, é a Resolução nº 203, de 23 de junho de 2015, que dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura. Com isso, o STJ realizou alterações para a promoção de concursos públicos que garantam aos candidatos negros os percentuais mínimos de vagas destinadas ao provimento de cargos efetivos. Desde 2015, ano de realização do primeiro concurso com as novas regras de seleção, 52 candidatos negros ingressaram no Tribunal por meio do sistema de cotas, sendo 41 provenientes do certame realizado em 2015 e 11 advindos da seleção de 2018, que tem vigência até 2020.

Mais recente é a Resolução nº 255, de 4 de setembro de 2018, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. Apenas dois meses após a edição da Resolução pelo CNJ, o STJ criou grupo de trabalho para estudar medidas para assegurar a participação feminina no Tribunal. O grupo deverá realizar estudos internos, propor a realização de eventos sobre o tema e analisar instruções normativas ligadas ao corpo funcional do STJ.

De acordo com a Resolução, todos os ramos e unidades do Poder Judiciário deverão adotar medidas para assegu-

Aprimore was held with the objective of establishing direct dialogue with representatives of public and private institutions to exchange experiences in innovative practices. In addition to being compatible with the modern people management system, the initiative has been stimulated by several entities and public agencies in order to ensure greater effectiveness in the results generated by the public administration.

It should also be noted that two resolutions have an impact on the model of people management in the Court. The first of these, which results from the advent of Law 12,990/2014, is Resolution n. 203, dated June 23, 2015, which provides for the reserve for blacks, within the scope of the Judiciary, of 20% of the vacancies offered in public tenders to fill effective positions and to enter the magistracy. With this, the STJ made changes to the promotion of public tenders that guarantee to the black candidates the minimum percentages of vacancies destined to the filling of effective positions. Since 2015, the year of the first competition with the new selection rules, 52 black candidates have entered the Court through the quota system, 41 of them from the tender held in 2015 and 11 from the 2018 selection, which is valid until 2020.

Most recent is Resolution 255 of September 4, 2018, which instituted the National Policy to Encourage Women's Institutional Participation in the Judiciary. Just two months after the CNJ issued the Resolution, the STJ created a working group to study measures to ensure the women participation in the Court. The group should conduct internal studies, propose events on the subject and analyze normative instructions related to the functional body of the STJ.

According to the Resolution, all branches and units of the Judiciary should adopt measures to ensure equality between the genders in the institutional environment, proposing guidelines to lead judicial entities to encourage the participation of women in managerial and advisory positions,

rar a igualdade entre os sexos no ambiente institucional, propondo diretrizes que orientem os órgãos judiciais a incentivar a participação de mulheres nos cargos de chefia e assessoramento, em bancas de concurso e como expositoras em eventos. Atualmente, o STJ já tem seus cargos comissionados ocupados majoritariamente por mulheres: 51,2% do total de comissionados. O quadro geral de servidores efetivos também apresenta números equânimes: 48,76% dos funcionários são mulheres. A maior participação proporcional feminina está entre os estagiários do Tribunal, grupo no qual as mulheres representam 57,22% do total.

and as exhibitors at events. Currently, the STJ already has its commissioned positions occupied mainly by women: 51.2% of the total commissioned. The general framework of effective servants also presents equal numbers: 48.76% of the employees are women. The highest proportional female participation is among the trainees of the Court, a group in which women represent 57.22% of the total.



Assinatura de acordo de cooperação entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) para desenvolvimento da equidade de gênero, promoção de ações para redução de desigualdades e colaboração para o cumprimento dos ODS's da ONU



Signature of a cooperation agreement between the Superior Court of Justice (STJ) and the United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women) for the development of gender equality, promotion of actions for inequalities reduction and collaboration for the fulfillment of the UN ODS

ESCOLA CORPORATIVA DO STJ

Inaugurada em 13 de novembro de 2018, a Escola Corporativa do STJ é a concretização de um projeto idealizado em 2004. A proposta partiu da Presidência do Tribunal, a partir do objetivo de valorizar, reconhecer e engrandecer o capital humano da Corte. Sua principal atribuição é atuar na capacitação continuada e aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades profissionais dos servidores que atuam no STJ.

A Escola Corporativa amplia as possibilidades de ações educativas voltadas ao aprimoramento das competências gerenciais, com programas que incluem palestras, seminários, cursos de curta duração e programas de pós-graduação, tanto na modalidade presencial quanto no Ensino a Distância (EaD). A execução desses currículos também contará com o apoio de parceiros que se destacam neste âmbito, como o Banco do Brasil, o Tribunal de Contas da União e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

A cooperação firmada entre STJ e BB prevê iniciativas como atividades conjuntas de educação presencial ou a distância, designação de empregados para ministrar palestras de interesse comum e a troca ou cessão de conteúdos destinados às atividades de ensino. Também está prevista a possibilidade de extensão de ações de ensino e aprendizagem aos funcionários da outra instituição, mediante a disponibilidade de vagas.

Em dezembro de 2018, no escopo da Escola Corporativa, o Tribunal firmou protocolo de intenções com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) para cooperação técnico-científica e cultural e intercâmbio de conhecimentos e serviços de educação continuada e à distância. Com duração de 60 meses, o objetivo do acordo é a formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos para a profissionalização do serviço público. Para a Presidência do

STJ CORPORATE SCHOOL

Inaugurated on November 13, 2018, the STJ Corporate School is the execution of a project conceived in 2004. The proposal was based on the Presidency of the Court, relying on the objective of enhancing, recognizing and improving the human capital of the Court. Its main attribution is to act in the continuous training and improvement of the knowledge and professional skills of the servants who work in the STJ.

The Corporate School extends the possibilities of educational actions aimed at improving managerial skills, with programs that include lectures, seminars, short courses and postgraduate programs, both in face-to-face courses and distance learning (EAD). The execution of these curricula will also be supported by partners who stand out in this field, such as Banco do Brasil, the Federal Audit Court and the National School of Public Administration (Enap).

On the same date of its inauguration, the activities of the School began with the signing of an agreement between the STJ and Banco do Brasil, with the purpose of promoting the exchange of information and technical-scientific, academic and cultural cooperation between institutions. In addition to staff training, the cooperation mechanism provides for the exchange of technologies, the implementation of mutually supportive actions and the development of public management.

The cooperation signed between STJ and BB provides for initiatives such as joint in-person or distance education activities, appointment of employees to teach lectures of common interest and the exchange or assignment of content for teaching activities. It is also foreseen the possibility of extension of teaching and learning actions to the employees of the other institution, through the vacancy's availability.

In December 2018, within the scope of the Corporate School,



Equipe responsável pela Escola Corporativa do STJ
Team responsible for STJ Corporate School



Tribunal, o protocolo simboliza uma parceria fundamental na otimização dos recursos públicos, no compartilhamento de infraestrutura e, principalmente, em investimento na capacitação dos servidores para a melhoria da prestação jurisdicional. Entre outras medidas, o protocolo estabelece cooperação mútua em transferência de conhecimento, informações e experiências; intercâmbio de professores e estudantes e oferta de cursos presenciais e a distância.

A Escola Corporativa do STJ possui gabinete próprio, com equipe que coordena as seguintes Seções: Aprimoramento de Competências Jurídicas; Aprimoramento de Competências Gerenciais; Aprimoramento de Competências Administrativas; Soluções em EaD e Desenho Instrucional; Avaliação Institucional e Gestão de Desempenho; Formação Avançada e Programa de Bolsas; Aprimoramento de Competências Gerais e Valores Institucionais; e Comissão de Acessibilidade e Inclusão.

GESTÃO ESTRATÉGICA

O STJ começou a utilizar o Planejamento Estratégico como modelo de gestão em 1998, tornando-se referência no assunto para diversas organizações públicas. Em 2004, foi adotado sistema que permite estabelecer a visão estratégica e traduzir as diretrizes organizacionais em ações concretas. O resultado da aplicação desse modelo, utilizando a metodologia *balanced scorecard*, foi o estabelecimento de um plano de gestão bianual, que perdurou até o início de 2010.

Com o Plano Estratégico Nacional do Judiciário¹⁸, a estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais do STJ foi redefinida para atender as diretrizes nacionais, passando de uma periodicidade bianual para quinquenal. Assim, o Plano Estratégico STJ 2010-2014 foi aprovado pelo

¹⁸ Regulamentado pelo CNJ, por meio da Resolução CNJ n° 70, de 18 de março de 2009.

the Court signed a protocol of intentions with the National School of Public Administration Foundation (Enap) for technical-scientific and cultural cooperation and exchange of knowledge and services of continuing and distance education. With a duration of 60 months, the objective of the agreement is the training, the improvement and the technical specialization of human resources for the professionalization of the public service. For the Presidency of the Court, the protocol symbolizes a fundamental partnership in the optimization of public resources, in the sharing of infrastructure and, mainly, in investment in the qualification of the servants for the improvement of the jurisdictional rendering. Among other measures, the protocol establishes mutual cooperation in transferring knowledge, information and experience; exchange of teachers and students and offer of distance learning and face-to-face courses.

The STJ Corporate School has its own office, with a team that coordinates the following Sections: Improvement of Juridical Competences; Improvement of Management Skills; Improvement of Administrative Competencies; Solutions in Distance Learning and Instructional Design; Institutional Evaluation and Performance Management; Advanced Training and Scholarship Program; Improvement of General Competences and Institutional Values; and the Commission on Accessibility and Inclusion.

STRATEGIC MANAGEMENT

The STJ began to use Strategic Planning as a management model in 1998, becoming a reference in the subject for several public organizations. In 2004, a system was adopted that allows establishing the strategic vision and translating the organizational guidelines into concrete actions. The result of the application of this model, using the balanced scorecard methodology, was the establishment of a biannual management plan, which lasted until the beginning of 2010.



Lançamento do Plano STJ 2020

Launch of the STJ 2020 Plan

Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2010, sendo aplicado até o final do período designado no documento.

O documento em vigor na atualidade, denominado Plano Estratégico do STJ ou, simplesmente, Plano STJ 2020, foi elaborado conforme a orientação do CNJ¹⁹, em alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Foi desenhado para ser a principal orientação do Tribunal no aprimoramento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle em busca de melhoria da gestão e dos resultados organizacionais, com o propósito maior de disponibilizar prestação jurisdicional de excelência para a sociedade brasileira.

With the National Strategic Plan of the Judiciary¹⁸, the strategy to act on the institutional responsibilities of the STJ was redefined to meet national guidelines, going from biannual to five-yearly. Accordingly, the STJ Strategic Plan 2010–2014 was approved by the Council of Administration on February 24, 2010, being applied until the end of the period designated in the document.

The document currently in force, known as the STJ Strategic Plan or simply the STJ 2020 Plan, was prepared in accordance with the CNJ¹⁹ guidance, in line with the National Strategy of the Judiciary. It was designed to be the main Court orientation in improving the mechanisms of leadership, strategy and control in order to improve management and organizational results, with the greater purpose of providing jurisdictional provision of excellence to Brazilian society.

¹⁹ De acordo com a Resolução CNJ n° 198/2014.

¹⁸ Regulated by CNJ, through CNJ Resolution n. 70, from March 18, 2009

¹⁹ According to CNJ Resolution n. 198/2014.

Metodologia

Com o lançamento do Plano STJ 2020, um novo portfólio de projetos estratégicos foi definido em 2015, em alinhamento às novas definições de missão, visão, valores e objetivos estratégicos. Este trabalho foi empreendido por equipe integrada por representantes da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica e de outras unidades do Tribunal²⁰. Coube ao grupo realizar estudos e apresentar propostas para vários elementos que o compõem. Foram realizadas 32 reuniões setoriais, de agosto a outubro de 2014, totalizando o envolvimento direto de 56 servidores e 20 unidades administrativas, o que garantiu um processo intensamente colaborativo.

Na perspectiva Pessoas e Recursos, foram formulados os seguintes objetivos estratégicos: assegurar e gerir o orçamento; fortalecer a governança institucional; garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação); atrair e reter talentos; e aprimorar competências.

Na perspectiva Processos Internos, foram estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos: buscar excelência na prestação jurisdicional; tratar as demandas repetitivas e as de grandes litigantes; e priorizar processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa.

Por fim, a perspectiva Sociedade engloba os seguintes objetivos estratégicos: oferecer serviços com qualidade; e promover a cidadania.

20 Nomeados pela Portaria STJ n° 502, de 31 de julho de 2014.

Methodology

With the launch of the STJ 2020 Plan, a new portfolio of strategic projects was established in 2015, aligned with the new definitions of mission, vision, values and strategic objectives. This work was undertaken by a team composed of representatives of the Modernization and Strategic Management Office and other units of the Court²⁰. It was up to the group to carry out studies and present proposals for several elements that compose it. 32 sectoral meetings were held, from August to October 2014, totaling the direct involvement of 56 servants and 20 administrative units, which ensured an intensely collaborative process.

From a People and Resources perspective, the following strategic objectives were formulated: ensuring and managing the budget; strengthen institutional governance; guaranteeing the quality of ICT (Information and Communication Technology) services and solutions; attracting and retaining talent; developing skills.

In the Internal Processes perspective, the following strategic objectives were established: to seek excellence in jurisdictional rendering; to deal with repetitive demands and those of large litigants; and to prioritize processes related to corruption and administrative impropriety.

Finally, the Society perspective encompasses the following strategic objectives: to offer quality services; and to promote citizenship.

20 Appointed by STJ Ordinance n. 502, from July 31st, 2014

Governança Institucional

Em 2015, o STJ iniciou a execução de seu novo ciclo estratégico definido no Plano STJ 2020. Ao observar o objetivo específico de “Fortalecer a governança institucional” – que faz parte da perspectiva Pessoas e Recursos – o Plano passou a abranger o tema da governança institucional²¹, que se desdobra em três vertentes: governança institucional, governança de pessoas e governança de TIC, compreendendo as instâncias interna e externa – neste último caso, o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União e o CNJ.

A estrutura de governança tem por objetivo definir a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho, visando atender ao interesse público. Essa estrutura é integrada pela alta administração (Plenário, Corte Especial, Conselho de Administração, Presidente do Tribunal, Diretor-Geral e Secretário-Geral da Presidência) e pelo apoio à governança (Comissões Permanentes de Ministros, Ministro ouvidor, Secretário de Auditoria Interna, Assessor-Chefe de Modernização e Gestão Estratégica e Comitês dos subsistemas de governança). Os processos de trabalho e demais iniciativas da governança são operacionalizados por uma estrutura de gestão, ou seja, o quadro de servidores da administração executiva e de níveis gerenciais em geral.

Monitoramento

O plano estratégico do Tribunal é monitorado sistematicamente por meio do acompanhamento dos indicadores e projetos estratégicos. Todos os gestores e substitutos responsáveis pela mensuração, implantação de ações e análise dos resultados são designados em portaria específica. Esses resultados são registrados no Relatório de Desempenho Insti-

21 Definida por meio da Resolução STJ/GP n° 19/2016.

Institutional Governance

In 2015, the STJ began implementing its new strategic cycle defined in the STJ 2020 Plan. In observing the specific objective of “Strengthening institutional governance” - which is part of the People and Resources perspective - the Plan started to cover the theme of governance institutional²¹, which is divided into three areas: institutional governance, people governance and ICT governance, comprising the internal and external instances - in the latter case, the National Congress, the Federal Audit Court and the CNJ.

The governance structure aims to define strategy and policies, as well as to monitor compliance and performance, in order to serve the public interest. This structure is composed of senior management (Plenary, Special Court, Board of Directors, President of the Court, Director General and Secretary General of the Presidency) and support for governance (Standing Committees of Ministers, Ombudsman, Secretary of Internal Audit, Chief Advisor of Modernization and Strategic Management and Committees of the governance subsystems). The work processes and other initiatives of the governance are operationalized by a management structure, that is, the staff of the executive administration and management levels in general.

Monitoring

The Court’s strategic plan is systematically monitored through following up strategic indicators and projects. All managers and substitutes responsible for the measurement, implementation of actions and analysis of results are designated in a specific ordinance. These results are recorded in the Institutional Performance Report (RDI). After

21 Defined by STJ/GP Resolution n. 19/2016

tucional (RDI). Após a consolidação do RDI, a cada três meses, a execução do planejamento é avaliada e ajustada nas Reuniões de Análise Estratégica (RAE), da qual participam gestores da estrutura de governança do Tribunal. Os RDIs e as atas das RAEs são então disponibilizados na Intranet para conhecimento dos colaboradores e interessados. As decisões tomadas nas RAEs são acompanhadas pela área de gestão estratégica até que se inicie novo ciclo trimestral de monitoramento do Plano.

Gerenciamento de Projetos

Seguindo a tendência da gestão pública contemporânea, o STJ pratica o gerenciamento de projetos há mais de uma década, adotando a Metodologia de Gestão de Projetos (MGSTJ). Com a aplicação das técnicas, conhecimentos e habilidades em gestão, o STJ colhe benefícios como uma organização mais ágil e mais dinâmica e focada na entrega de produtos e serviços com a qualidade esperada, dentro do prazo e custos planejados, e com a efetiva alocação de pessoas e recursos.

Instituído junto à Coordenadoria de Planejamento Estratégico/AMG, o Escritório Corporativo de Projetos (ECP) é responsável pela coordenação do portfólio de iniciativas estratégicas do Tribunal. Ele apóia a alta administração na seleção e priorização das iniciativas vinculadas ao plano estratégico e também é responsável por elaborar e manter atualizada a MGSTJ. O ECP também presta apoio e assessoramento técnico às unidades do Tribunal e aos gestores de projetos ou programas, em especial na elaboração de documentação e gerenciamento dos projetos estratégicos. Para isso, promove treinamentos aos gestores e integrantes de equipe. Também é atribuição do escritório monitorar o andamento dos projetos ou programas, desde o início até o encerramento, por meio de relatório periódico de acompanhamento, além de consolidar as informações no relatório de desempenho institucional.

the RDI consolidation, every three months, the execution of the planning is evaluated and adjusted in the Strategic Analysis Meetings (SAR), in which managers of the Court governance structure participate. The RDIs and RAEs minutes are then made available on the Intranet for the knowledge of employees and stakeholders. The decisions taken in the SARs are monitored by the strategic management area until a new quarterly monitoring cycle of the Plan is initiated.

Project Management

Following the trend of contemporary public management, the STJ has been practicing project management for more than a decade, adopting the Project Management Methodology (MGSTJ). With the application of management techniques, knowledge and skills, the STJ reaps benefits as a more agile and more dynamic organization focused on the delivery of products and services with the expected quality, within the planned time and costs, and with the effective allocation of people and resources.

Created by the Strategic Planning/AMG Coordination Office, the Corporate Projects Office (ECP) is responsible for coordinating the Court's portfolio of strategic initiatives. It supports senior management in the selection and prioritization of initiatives linked to the strategic plan and is also responsible for developing and keeping MGSTJ up to date. ECP also provides technical support and advice to Court units and project or program managers, in particular in the preparation of documentation and management of strategic projects. For this, it promotes training to managers and team members. It is also the office assignment to monitor the progress of projects or programs, from start to finish, through a periodic follow-up report, and to consolidate the information in the institutional performance report.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – LINHA DO TEMPO STRATEGIC PLANNING – TIMELINE

2004
/2006

- Início da gestão estruturada de projetos;
 - Realizadas ações de capacitação sobre o tema;
 - Dos 37 projetos inicialmente propostos, 21 foram concluídos no biênio.
- Start of structured project management;
 - Conduction of training actions on the theme;
 - Of the 37 projects initially proposed, 21 were completed in the biennium.

2006
/2008

- Criado o primeiro Núcleo de Planejamento Estratégico, a Coordenadoria de Planos de Gestão da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE);
 - Estruturado o Escritório Corporativo de Projetos, que teve como missão a publicação da primeira versão da Metodologia de Gestão de Projetos (MGSTJ);
 - Elaborada a cartilha de gestão de projetos, os formulários para gestão dos projetos e implantada a ferramenta de gerenciamento de projetos.
- Creation of the first Strategic Planning Center, the Coordination of Management Plans of Strategic Management Advisory (AGE);
 - Structure of the Corporate Projects Office, whose mission was the publication of the first version of the Project Management Methodology (MGSTJ);
 - Elaboration of the project management booklet, the forms for project management and the implementation of the project management tool.

2008
/2010

- Acompanhados 17 projetos estratégicos, com destaque para o projeto “Processo Eletrônico”, que objetivou implantar a tramitação eletrônica do processo judicial no STJ;
 - Implantada a metodologia de gestão de documentos administrativos por meio de ferramenta informatizada;
 - Obtenção de diversos benefícios, como redução de consumo de papel e mais agilidade na tramitação processual.
- Support to 17 strategic projects, with emphasis on the “Electronic Process” one, which aimed to implement the electronic process of the STJ judicial actions;
 - Implementation of the methodology of administrative documents management by using a computerized tool;
 - Obtaining various benefits, such as reduction of paper consumption and more agility in the procedural process.

* Nos termos definidos pela Lei nº 11.419/2006.

* Under the terms defined by Law n. 11.419/2006

2010

/2014

2015

/2020

- Orientação do CNJ determina mudança no ciclo estratégico, passando de dois para cinco anos de vigência;
- Alcançados avanços importantes no Ensino a Distância (EAD); lançada, em 2010, a primeira turma na modalidade EAD para capacitar os gestores dos projetos do Plano Estratégico 2010-2014;
- Das 30 iniciativas do portfólio estratégico, oito foram concluídas, com destaque para os projetos Espaço do Advogado, Jurisprudência e Peticionamento Eletrônico;
- Atualizada a MGSTJ**;
- Realizada a atualização da ferramenta Microsoft Project para a versão 2010.
- CNJ guidance determines change in the strategic cycle, from two to five years in force;
- Significant advances in Distance Learning Education (EAD); in 2010 the first group on that modality was launched to train managers of the 2010-2014 Strategic Plan projects;
- Of the 30 strategic portfolio initiatives, eight were completed, with special emphasis on the Espaço do Advogado, Jurisprudence and Electronic Petitioning projects;
- MGSTJ Update*;

- Início, em 2015, do novo ciclo estratégico, com vigência até 2020.
- Publicado, em maio de 2015, o Plano STJ 2020;
- O portfólio estratégico passou a ter 21 iniciativas relacionadas;
- Segunda revisão da MGSTJ, com inovações e melhorias no processo de elaboração e gerenciamento de projetos.
- Beginning in 2015 of the new strategic cycle, effective until 2020.
- STJ 2020 Plan Release in May 2015;
- The strategic portfolio has 21 related initiatives;
- Second revision of MGSTJ, with innovations and improvements in the process of elaboration and projects management.

** Conforme Portaria GDG n° 759/2013.

** According to GDG Ordinance n. 759/2013

MODERNIZAÇÃO

Para a atual Presidência do STJ, a tecnologia da informação é um dos principais caminhos para superar o desafio de reduzir o tempo de tramitação dos processos. Neste contexto, o uso da Inteligência Artificial (IA) será de grande valia para refinar triagens e imprimir maior celeridade aos fluxos de trabalho internos – recurso que já está em prática no Tribunal desde junho de 2018. Este atual desenvolvimento, no entanto, é resultado de trabalho que começou há mais de uma década e, hoje, está a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), que tem por finalidade prover soluções de tecnologia da informação, automação de processos, comunicação eletrônica, armazenamento de dados e telecomunicações.

No âmbito da Tecnologia da Informação, a missão da STI é oferecer ao STJ, à comunidade jurídica e ao cidadão soluções de tecnologia de negócio efetivas, que viabilizem o cumprimento da missão institucional. Sob seu escopo está a quase totalidade dos esforços do STJ para manter-se em linha como inovação tecnológica, cumprindo, cada vez mais, sua missão de aproximar-se da população, como verdadeiro Tribunal da Cidadania.

Os investimentos realizados pelo Tribunal nessas iniciativas, ao longo dos últimos anos, abrangem uma ampla gama de finalidades, como as aplicações de tecnologia da informação, de gestão da transparência no uso dos recursos orçamentários e de melhoria dos procedimentos administrativos. Desenvolvido pelo STJ e implantado em 2009, o Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um exemplo marcante, que foi consolidado com o projeto STJ na Era Virtual, dando início à integração eletrônica de todos os tribunais do País (nos termos definidos pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006).

O conjunto de ações nesse âmbito ganhou contornos mais definidos no ano seguinte, inicialmente com o chamado

MODERNIZATION

For the current Presidency of the STJ, information technology is one of the main ways to overcome the challenge of reducing processing time. In this context, the use of Artificial Intelligence (AI) will be of great value in refining triages and speeding up internal workflows – a feature that has been in place in the Court since June 2018. This current development, however, is a result which has been started for more than a decade and today is the responsibility of the Information and Communication Technology Department (STI), whose purpose is to provide information technology solutions, process automation, electronic communication, data storage and telecommunications.

In the field of Information Technology, STI's mission is to provide the STJ, the legal community and the citizen with effective business technology solutions that enable the accomplishment of the institutional mission. Under its scope lies almost the entirety of the STJ's efforts to keep in line with technological innovation, fulfilling, increasingly, its mission to approach the population, as a true Citizenship Court.

The Court's investments in these initiatives over the last few years cover a wide range of purposes, such as information technology applications, transparency management in the use of budgetary resources and improvement of administrative procedures. Developed by the STJ and implemented in 2009, the Electronic Judicial Process System (PJe) is a striking example, which was consolidated with the STJ project in the Virtual Era, initiating the electronic integration of all courts in the country (under the terms defined by Law 11,419 from December 19, 2006).

The set of actions in this scope became clearer in the following year, initially with the so-called IT Modernization Program and as the project to implement a governance model

Programa de Modernização de TI e como o projeto de implantação de um modelo de governança na STJ, com base em experiências já consagradas no mercado que visavam orientar os processos de trabalho da Secretaria à atividade fim do Tribunal. Um dos resultados foi a criação do Plano de Ações 2011, dedicado a alinhar as diretrizes de Governança e gerenciamento de serviços de TI, em consonância com o modelo de gestão proposto pelo Plano Estratégico STJ vigente à época.

O objetivo principal foi otimizar o fluxo processual, bem como eliminar, gradativamente, o papel como instrumento desse trâmite. Com vistas a buscar a unicidade e a integração da justiça por meio da troca de experiência entre tribunais, no que se refere a compartilhamento de práticas e soluções jurídicas e administrativas, o STJ concluiu, em novembro de 2010, a integração com o Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho da Justiça Federal (CJF), os cinco Tribunais Regionais Federais e os 27 Tribunais de Justiça do País, por intermédio da virtualização dos processos. A promoção dessa integração do STJ com o Poder Judiciário foi reconhecida por diversos prêmios recebidos, como o Innovare 2009, e-Gov 2010 - Excelência em Governo Eletrônico e a indicação para o CONIP 2010.

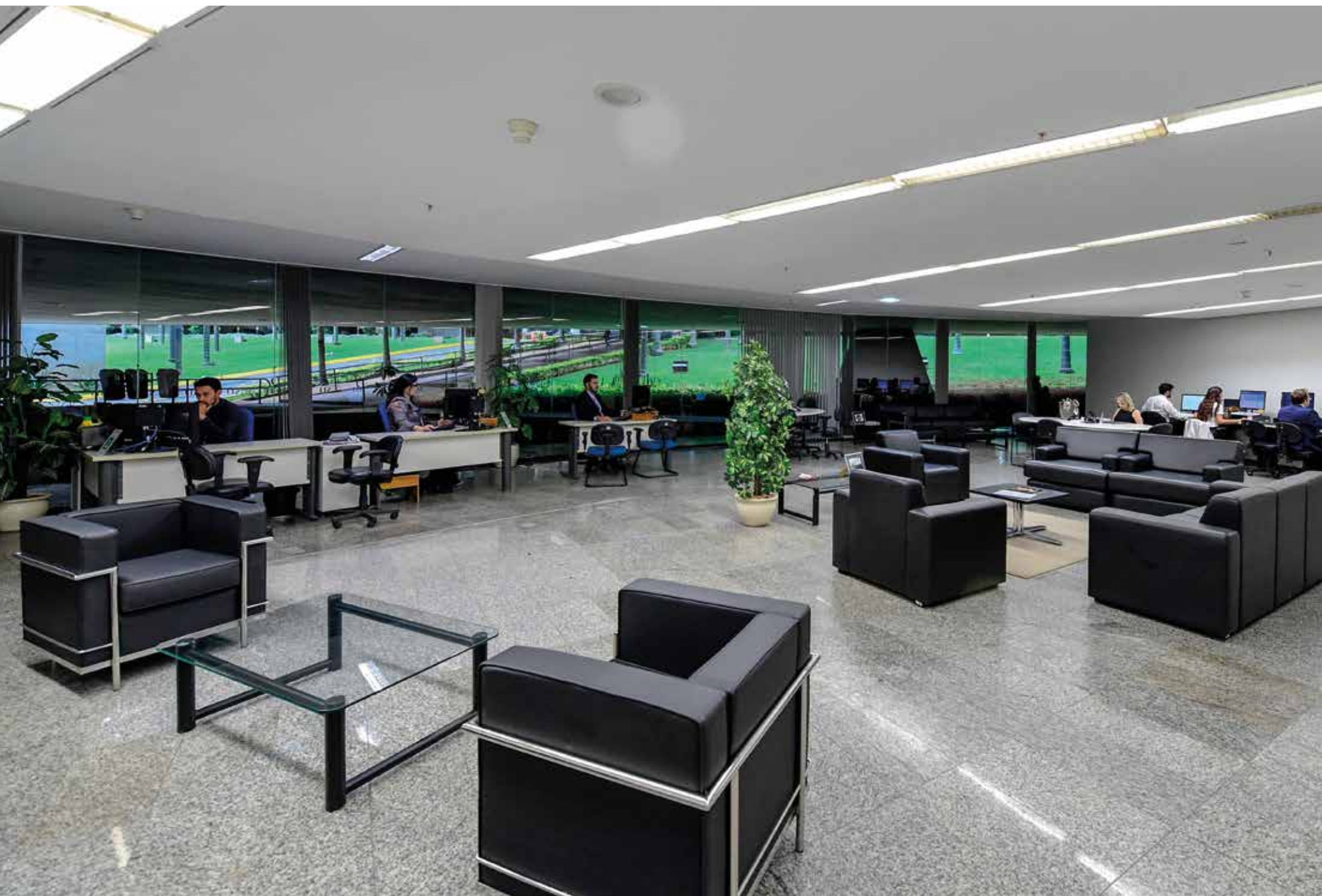
O projeto Programa de Modernização de TI teve seu escopo reformulado em 2011, sendo definido como seu objetivo principal consolidar o processo judicial eletrônico no âmbito do STJ, por meio da modernização do Portal do Jurisdicionado (e-STJ) e da implantação de procedimentos e sistemas voltados ao recebimento de documentos eletrônicos (e-DOC) e à evolução da integração com outros tribunais (i-STJ), aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI). Assim, ao longo daquele ano, foram implementados serviços que promoveram o trâmite judicial completamente eletrônico entre o STJ e outras instâncias, ou seja, desde o nascedouro do processo no tribunal de origem, sua tramitação e julgamento no STJ e sua baixa eletrônica à origem.

in the ITS, based on experiences already established in the market that aimed to guide the processes from the Department to the Court final activity. One of the results was the 2011 Action Plan creation, dedicated to aligning the governance and IT service management policies, respecting the management model proposed by the STJ Strategic Plan in force at the time.

The main objective was to optimize the process flow, as well as gradually eliminate paper as an instrument of this process. With a view to seeking unity and integration of justice through the exchange of experience between courts, regarding the sharing of legal and administrative practices and solutions, the STJ concluded, in November 2010, the integration with the Federal Supreme Court (STF), the Federal Justice Council (CJF), the five Federal Regional Courts and the 27 Courts of Justice of the country, through virtualization of the processes. The promotion of STJ integration with the Judiciary was recognized by several awards, such as Innovare 2009, e-Gov 2010 - Excellence in Electronic Government and the nomination for CONIP 2010.

The IT Modernization Program project was reformulated in 2011, and its main objective was to consolidate the electronic judicial process within the STJ scope, through the modernization of the Jurisdiction webpage (e-STJ) and the implementation of procedures and systems (e-DOC) and the evolution of integration with other courts (i-STJ), adhering to the National Interoperability Model (NIM). Thus, throughout the year, services were implemented that promoted a completely electronic judicial process between the STJ and other instances, that is, from the beginning of the process in the court of origin, its processing and judgment in the STJ and its electronic lowering to the origin.

In addition, due to the growing dependence of a robust, secure, consistent and highly available technology platform to support these services, investments were made in order



Adicionalmente, em decorrência da dependência cada vez maior de uma plataforma tecnológica robusta, segura, consistente e de alta disponibilidade para suportar esses serviços, foram efetuados investimentos com o objetivo de aprimorar a infraestrutura de suporte e incrementar a segurança das informações e dos ativos de tecnologia disponibilizados para o Processo Eletrônico. Com todos esses avanços alcançados, o projeto foi considerado concluído naquele ano, tendo em vista que foi absorvido pela rotina e a parte que restava foi abrangida pelo projeto de Governança em TI.

No decorrer do exercício de 2012, o STJ apresentou considerável amadurecimento no seu desempenho referente ao planejamento institucional no que se refere ao uso e gestão de tecnologia da informação. Tal evolução pode ser observada por meio da análise comparativa entre os levantamentos de governança de TI 2012 e 2010, realizados pelo Tribunal de Contas da União. O índice de governança de TI (iGovTI) obtido pelo STJ no “Levantamento de Governança de Tecnologia da Informação (TI) – Ciclo 2012” apresentou significativo incremento em relação ao “Ciclo 2010”, migrando do nível capacidade “Intermediária” (nota geral 0,52) obtido no iGovTI2010 para o nível “Aprimorada” (nota geral 0,73) no iGovTI2012. A melhoria do nível da capacidade de gestão institucional foi verificada principalmente nas dimensões relativas à “Liderança” e a “Estratégias e Planos”.

Com a publicação do Plano STJ 2020, em 12 de maio de 2015, a STI buscou seu alinhamento, o que resultou no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e das Comunicações (PETIC) 2015-2020. No período compreendido entre 25 de agosto e 6 de outubro de 2017, foi realizada a revisão do Plano pelos novos gestores da secretaria, resultando na cuja mais recente versão, o PETIC STJ 2020, publicado em abril de 2018. Portanto, o novo Plano dá continuidade ao processo de planejamento, que teve o seu primeiro ciclo no período compreendido entre os anos de 2011 e 2014. A partir de um processo colaborativo,

to improve the support infrastructure and increase the security of information and technology assets available for the Electronic Process. With all these advances achieved, the project was considered completed that year, since it was absorbed by routine and the remaining part was covered by the IT Governance project.

During the fiscal year of 2012, the STJ presented considerable maturity in its performance regarding institutional planning about the use and management of information technology. This evolution can be observed through the comparative analysis between IT governance surveys 2012 and 2010, carried out by the Federal Audit Court. The IT governance index (iGovTI) obtained by the STJ in the “Information Technology Governance Survey (IT) – Cycle 2012” showed significant increase compared to the “Cycle 2010”, migrating from the “Intermediate” capacity level (general grade 0.52) obtained in iGovTI2010 to the “Enhanced” level (general grade 0.73) in iGovTI2012. The improvement of the level of institutional management capacity was verified mainly in the dimensions related to “Leadership” and “Strategies and Plans”.

With the publication of the STJ 2020 Plan, on May 12, 2015, STI sought its alignment, which resulted in the Strategic Plan for Information and Communication Technology (PETIC) 2015-2020. In the period between August 25 and October 6, 2017, the Plan was revised by the new managers of the Department, resulting in the most recent version, PETIC STJ 2020, published in April 2018. Therefore, the new Plan gives continuity to the planning process, which had its first cycle in the period between 2011 and 2014. From a collaborative process, with the intense participation of the servants’ board, this was the first time that STI management performed this type of action, realigning the strategy according to the results to be achieved and also with the period of validity of the institutional strategic plan of the Court.

com a participação intensa do quadro de servidores, esta foi a primeira vez que uma gestão da STI executou este tipo de ação, realinhando a estratégia de acordo com os resultados a serem alcançados e, também, com o período de vigência do plano estratégico institucional do Tribunal.

Atualmente, as ações nesta área são coordenadas pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGeTIC), criado por meio da Instrução Normativa STJ/GP nº 5 de 28 de março de 2017²², que instituiu também o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC), o Comitê Gestor de Sistemas da Área Judicial (COGJUD), o Comitê Gestor de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para a Área Judicial (COGJUD), o Comitê Gestor de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para a Área Administrativa (COGADM), o Comitê Gestor de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para Gabinetes (COGAB).

O PETIC 2020 está baseado no *balanced scorecard* para a área de TIC. Foi construído um novo mapa estratégico, traçado sobre as mesmas perspectivas que já alinhavam o planejamento do STJ com o da área de TIC, permitindo a correta identificação da destinação dos recursos tecnológicos, bem como os benefícios resultantes dos investimentos realizados e do provimento do adequado suporte tecnológico à cadeia de valor do STJ.

A partir de 31 de outubro de 2017, deu-se início ao novo ciclo de planejamento tático-operacional para elaboração do PDTIC para 2018. O processo de desdobramento contribuiu para consolidar as novas definições e finalizar os ajustes do PETIC. Além de outras modificações implementadas no processo de revisão, foram criados novos objetivos estratégicos de TIC. A perspectiva

²² Aqui se considerou a nomenclatura atual dos Comitês, alteradas por meio de diferentes resoluções que modificaram a redação da Instrução Normativa STJ/GP nº 5, de 12 de junho de 2018.

Currently, actions in this area are coordinated by the Committee for Information Technology and Communication (CGeTIC), created by STJ/GP Normative Instruction 5 of March 28, 2017²², which also established the Committee on Information Technology Governance and Communication (CGovTIC), the Judicial Area Systems Management Committee (COGJUD), the Committee for Information and Communication Technology Solutions for the Judicial Area (COGJUD), the Information and Communication Technology Solutions Management Committee for Administrative Area (COGADM), the Committee for Information Technology and Communication Solutions for Cabinets (COGAB).

PETIC 2020 is based on the balanced scorecard for the ICT area. A new strategic map was drawn up, outlining the same perspectives that already aligned the planning of the STJ with that of the ICT area, allowing the correct identification of the destination of the technological resources, as well as the benefits resulting from the investments made and the provision of adequate support to the STJ value chain.

From October 31, 2017, the new tactical-operational planning cycle for PDTIC for 2018 began. The deployment process helped to consolidate the new definitions and finalize the PETIC adjustments. In addition to other modifications implemented in the review process, new strategic ICT objectives were created. The perspective of “Contribution to the organization” was defined as the strategy of “increasing the technological collaboration between the STJ and public agencies”. In turn, the “Internal Processes” perspective has the strategic objectives of “seeking the continuity of ITS processes between management” and “encouraging the participation of the servant in ICT Management”.

²² Here the Committees' current nomenclature was considered, altered by different resolutions that changed the wording of STJ/GP Normative Instruction n. 5, from June 12th, 2018

de “Contribuição para a organização” ficou definida como a estratégia de “aumentar a colaboração tecnológica entre o STJ e os órgãos públicos”. Por sua vez, a perspectiva de “Processos internos” tem por objetivos estratégicos “buscar a continuidade dos processos da STI entre gestões” e “incentivar a participação do servidor na Gestão de TIC”.

Merecem destaque alguns dos mais expressivos e recentes avanços do Tribunal em seu processo de modernização. Em 21 de agosto de 2018, foi colocada em prática a nova ferramenta tecnológica, batizada de e-Julg, ou seja, o julgamento se dá em meio totalmente virtual. A Terceira Turma foi o órgão julgador escolhido para fazer essa experiência com a primeira sessão de julgamento virtual de embargos de declaração (EDcl), agravos internos (AgInt) e agravos regimentais (AgRg). A inovação faz parte de projeto estratégico desenvolvido pela Presidência do Tribunal, que envolveu representantes de gabinetes de ministros, da Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ) e da STI, por meio de uma comissão formalmente instituída pela Portaria STJ/GP nº 488/2017. Com o julgamento virtual, os ministros não precisam estar presentes para julgar embargos e agravos internos ou regimentais, uma vez que a ferramenta é disponibilizada via Internet, podendo ser acessada de qualquer computador, a qualquer hora.

Em mais uma etapa na adoção de recursos tecnológicos para agilizar a prestação jurisdicional, o STJ iniciou, em junho de 2018, a implantação de projeto-piloto destinado a aplicar soluções de Inteligência Artificial nas rotinas relacionadas ao processo eletrônico. Com a iniciativa, pioneira no Poder Judiciário, o Tribunal pretende racionalizar o fluxo de trabalho, reduzindo o tempo de tramitação dos processos e otimizando o uso de recursos humanos e materiais.

O sistema foi elaborado pelo próprio Tribunal por meio de *softwares* livres, sem custos para os cofres públicos. O projeto-piloto está em funcionamento na Secretaria Judiciária (SJD)

Some of the most significant and recent advances of the Court in its modernization process deserve special mention. On August 21, 2018, the new technological tool, called e-Julg, was put into practice, that is, the judgment takes place in a totally virtual environment. The Third Class was the judging entity chosen to conduct that experience with the first session of the virtual judgment of confinement liens (EDcl), domestic grievances (AgInt) and regimental grievances (AgRg). The innovation is part of a strategic project developed by the Presidency of the Court, which involved representatives from Cabinets of Ministers, the Department of Judging Entities (SOJ) and STI, through a commission formally established by STJ/GP Ordinance 488/2017. With virtual judgment, ministers do not need to be present to judge embargos and internal or regimental grievances, since the tool is made available via Internet, and can be accessed from any computer, at any time.

In another step for the adoption of technological resources to expedite the jurisdictional rendering, the STJ started, in June 2018, the implementation of a pilot project to apply Artificial Intelligence solutions in the routines related to the electronic process. With the initiative, a pioneer in the Judiciary, the Court intends to rationalize the workflow, reducing the process time and optimizing the use of human and material resources.

The system was prepared by the Court itself through the use of free software, without public costs. The pilot project is in operation in the Judicial Office (SJD) to automate the definition of the subject of the process in its classification, one of the phases that precedes the distribution. Subsequently, it will also be used for automatic extraction of the legal devices pointed out as violated (legislative indexation). In the future, AI will be extended to other units of the Court. In Cabinet Ministries, for example, the technology could be applied in the identification of legal issues of the processes, in the separation of processes



Sala-Cofre para proteção física dos processos digitais
Safe Room for physical protection of digital processes

para automatização da definição do assunto do processo na classificação processual, uma das fases que antecede a distribuição. Posteriormente, também será utilizado para extração automática dos dispositivos legais apontados como violados (indexação legislativa). Futuramente, a IA será ampliada para outras unidades do Tribunal. Nos gabinetes dos ministros, por exemplo, a tecnologia poderá ter aplicação na identificação de temas jurídicos dos processos, na separação de processos com controvérsia idêntica e ainda na localização de processos em que sejam aplicáveis os mesmos precedentes do Tribunal.

O projeto-piloto foi regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 12 de junho de 2018, que criou comissão intersetorial formada por servidores da SJD, da STI e da Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação. Em nova confirmação de seu pioneirismo nesse âmbito, em outubro de 2018, o STJ recebeu equipe de servidores da Procuradoria-Geral da República (PGR) para conhecer o projeto Inteligência Artificial, dando início a processo de troca de experiências entre os dois órgãos na área de tecnologia.

with identical controversy, and in the localization of the ones where the same precedents of the Court apply.

The pilot project was regulated by Normative Instruction 6, dated June 12, 2018, which created an intersectoral commission made up of SJD, STI and Information Technology Audit Coordination Officers. Remarking its pioneering role in this field, in October 2018, the STJ received a staff of the Attorney General's Office (PGR) to learn about the Artificial Intelligence project, initiating a process of exchange of experiences between the two institutions in the area of technology.



“A mão de Deus”, vitral de Marianne Peretti no Tribunal Pleno

“The hand of God”, stained-glass work by Marianne Peretti at Full Court



CIDADANIA, INCLUSÃO,
CONHECIMENTO E
SUSTENTABILIDADE

CITIZENSHIP, INCLUSION,
KNOWLEDGE AND
SUSTAINABILITY

Trinta anos, 18 presidentes, um milhão de recursos especiais e mais de seis milhões de processos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Essa história teve início em 7 de abril de 1989, quando, por mandato da Constituição Cidadã de 1988, foram instalados os chamados “tribunais superiores”, que além do STJ incluem o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Superior Tribunal Militar (STM). A competência do STJ está prevista no art. 105 da Constituição Federal, que estabelece quais processos têm início na Corte (originários) e em quais casos o Superior Tribunal de Justiça atua como órgão revisor.

Em síntese, o STJ é responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil e serve como última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais.

Naquele primeiro ano, em que a Corte era presidida pelo Ministro Evandro Gueiros Leite, foram julgados 3.711 processos – sendo o primeiro deles um Recurso Especial que discutia questões de Direito empresarial. Passados quase 30 anos, em 2018, sob a presidência do Ministro João Otávio de Noronha, a Corte julgou mais de 500 mil processos. Coube ao atual Presidente a relatoria do Recurso Especial de número “um milhão”, que trata de questões relativas ao Sistema Financeiro da Habitação.

Thirty years, 18 presidents, one million special appeals and over six million cases judged by the Superior Court of Justice (STJ). This story began on April 7th, 1989, when - by mandate of the Citizen Constitution of 1988 - the so-called “superior courts” were installed, which - in addition to the STJ - include the Federal Supreme Court (STF), the Superior Labor Court (TST), the Superior Electoral Court (TSE) and the Superior Military Tribunal (STM). The competence of the STJ is provided in the article 105 of the Brazilian Federal Constitution, which establishes which cases begin in the Court (the originating ones) and in which cases the Superior Court of Justice acts as a reviewing institution.

In summary, the STJ is responsible for standardizing the interpretation of federal law throughout Brazil and serves as the last instance of the Brazilian Justice for infra-constitutional causes.

In that first year, when the Court was presided over by Minister Evandro Gueiros Leite, 3,711 cases were tried - the first of which was a special appeal discussing business law issues. After almost 30 years, in 2018, under the presidency of the Minister João Otávio de Noronha, the Court judged more than 500 thousand cases. The current president was in charge of the special appeal of number “one million”, which deals with issues related to the Housing Finance System.

Trinta anos, 18 presidentes, um milhão de recursos especiais e mais de seis milhões de processos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)
Thirty years, 18 presidents, one million special appeals and over six million cases judged by the Superior Court of Justice (STJ)

90343

Terezinha
P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RECURSO ESPECIAL Nº 01 — SP (8900077341)

RELATOR : O SENHOR MINISTRO GUEIROS LEITE
 RECORRENTES : NELLO MORGANTI S/A AGROPECUÁRIA E OUTROS
 RECORRIDOS : IVO MORGANTI — ESPÓLIO E OUTROS
 ADVOGADOS : ANTONIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO E OUTRO
 MAERCIO FRANKEL DE ABREU SAMPAIO E OUTRO

E M E N T A

RECURSO ESPECIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA. AUTONOMIA DAS DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES.

As deliberações societárias são autônomas e soberanas, não sujeitas a atos praticados **ultra vires societatis**, isto é, atos não razoavelmente vinculados à sociedade.

A preferência para o aumento de capital não pode ser levada além do seu raio de ação, para assim ampliar o privilégio legal e isso por força de simples acordo ou negócio feito entre acionistas.

Negativa de vigência do art. 171, Lei 6404/76. Dissídio (CF, art. 105, III, **a e c**).

Recurso conhecido e provido.

A C Ó R D ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, após o voto-vista do Sr. Ministro NILSON NAVES, à unanimidade, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

Brasília, 12 de setembro de 1989 (data do julgamento)

[Assinatura]
 Ministro GUEIROS LEITE
 Presidente-Relator

089000770
 034113000
 000000180

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 ARQUIVO GERAL - DIV. DE ACÓRDÃO
 12/09/1989 - Pub. no DJ

12.39.010.28/46



Primeiro Recurso Especial interposto junto ao STJ

First Special Appeal brought before the STJ

Para buscar a uniformização da lei federal, o principal tipo de processo julgado pelo STJ é o Recurso Especial (REsp), que, em linhas simples, permite que o Tribunal resolva interpretações divergentes sobre determinado dispositivo de lei. A decisão do STJ sobre aquela determinada questão passa a orientar todos os demais tribunais do País. Desse modo, o STJ proporciona solução definitiva aos casos cíveis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a Justiça especializada.

O STJ julga crimes comuns praticados por governadores, desembargadores estaduais, federais, eleitorais e trabalhistas, conselheiros de tribunais de contas e procuradores da República, entre outros. Julga também *habeas corpus*, *habeas data* ou mandados de segurança, quando o ato ilegal for praticado por governadores, desembargadores ou conselheiros de tribunais de contas, entre outras autoridades. Os *habeas corpus* e mandados de segurança também chegam ao Tribunal em recursos, quando o pedido é negado pelos Tribunais Regionais Federais (TRFs) ou pelos Tribunais de Justiça (TJs) dos estados.

É igualmente responsabilidade do STJ resolver conflitos de competência entre os tribunais. Isso ocorre, por exemplo, quando um tribunal trabalhista julga matérias que também estão afeitas a uma Vara de Falências. O STJ julga ainda mandados de injunção e reclamações para preservação de sua própria competência e autoridade e homologa sentenças estrangeiras. Ademais, cabe ao STJ a administração da Justiça Federal, por meio do Conselho da Justiça Federal, e a gestão da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Ao longo de 30 anos, devido à grande repercussão de suas decisões, o STJ vem se destacando no cenário jurídico do País. Pela diversidade e abrangência de matérias, seus julgados têm reflexos na vida de todos os cidadãos brasileiros. Tais decisões encampam questões de família, direito do consumidor, aspectos da proteção ao meio ambiente, temas

To seek to standardize federal law, the STJ's main type of case is the Special Appeal (REsp), which, in simple lines, allows the Court to resolve divergent interpretations of a particular law. The decision of the STJ on that particular issue will guide all other courts in the country. Thus, the STJ provides definitive solution to civil and criminal cases that do not involve constitutional matter nor specialized justice.

The STJ deems common crimes inflicted by governors, state, federal, electoral and labor debtors, audit offices' counselors and prosecutors of the Republic, among others. It also adjudicates habeas corpus, habeas data or writs of mandamus, when the illegal act is practiced by governors, judges, or court advisors, among other authorities. Habeas corpus and writs of mandamus also come to the Court in appeals, when the request is denied by the Federal Regional Courts (TRFs) or the Courts of Justice (TJs) of the states.

It is also the responsibility of the STJ to resolve conflicts of jurisdiction between different courts. This occurs, for example, when a labor court judges matters that are also affected by a bankruptcy bill. The STJ also orders injunctions and claims to preserve its own competence and authority and homologates foreign judgments. In addition, the STJ is responsible for the administration of the Federal Justice, through the Federal Justice Council, and for the management of the National School for the Training and Improvement of Magistrates (Enfam).

For 30 years, due to the great repercussion of its decisions, the STJ has been standing out in the legal scenario of the country. Due to the diversity and scope of matters, its judgments have impact on the life of all Brazilian citizens. Such decisions address family issues, consumer rights, environmental protection aspects, health and social security issues, as well as different types of business relationships. Consecrated as the "Court of Citizenship", the STJ, through its valued human capital, its ministers and servants, fulfills

O Superior Tribunal de Justiça, contudo, transcende suas atribuições constitucionais específicas ao promover iniciativas que contribuem para os desenvolvimentos socioeconômico e cultural dos cidadãos
The Superior Court of Justice, however, transcends its specific constitutional attributions by promoting initiatives that contribute to the socioeconomic and cultural development of citizens

relativos à saúde e à previdência social, bem como diferentes tipos de relações comerciais. Consagrado como o “Tribunal da Cidadania”, o STJ, por meio de seu valoroso capital humano, seus ministros e servidores, cumpre a plenitude de sua missão constitucional, garante a defesa do Estado Democrático de Direito e oferece ao jurisdicionado prestação da justiça acessível, rápida e efetiva.

O Superior Tribunal de Justiça, contudo, transcende suas atribuições constitucionais específicas ao promover iniciativas que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos cidadãos, como diferentes projetos que visam promover – de forma responsável, ética e eficaz – a plena participação do cidadão na vida pública. Essas ações do “Tribunal da Cidadania” buscam influenciar todas as demais instituições públicas e, desta forma, ampliar a consciência da população em termos de inclusão social, igualdade de gênero, acessibilidade e gestão consciente de recursos naturais.

its complete constitutional mission, guarantees the defense of the Democratic State of Law and offers the court an accessible justice service, fast and effective.

The Superior Court of Justice, however, transcends its specific constitutional attributions by promoting initiatives that contribute to the socioeconomic and cultural development of citizens, such as different projects aimed at promoting - in a responsible, ethical and effective manner - the full participation of the citizen in public life. These actions of the “Citizenship Tribunal” seek to influence all other public institutions and, in this way, broaden the population’s awareness in terms of social inclusion, gender equality, accessibility and conscious management of natural resources.

Informação ao cidadão

Para reafirmar seu compromisso com a cidadania, além de manter uma atenta Ouvidoria, o STJ mantém vários canais de relacionamento com a sociedade, nos quais são publicizadas as principais decisões do Tribunal, reportagens especiais e notícias diárias, e disponibilizados outros serviços *online*. Além do portal na Internet e dos perfis oficiais nas redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter), o STJ produz programas para a Rádio Justiça e para a TV Justiça, que também são veiculados em emissoras parceiras e nos canais do Tribunal no YouTube e no SoundCloud. São disponibilizados ainda materiais informativos específicos, em formato impresso ou eletrônico. Um exemplo é a cartilha “Conhecendo o STJ: Guia de Orientação ao Cidadão”, que contém informações sobre a estrutura organizacional do Tribunal, orientações quanto aos serviços oferecidos e explicações simplificadas sobre os caminhos que um processo percorre até o julgamento, incluindo indicações sobre como consultar processos, acessar decisões, peticionar e pagar custas, por exemplo.

O Tribunal mantém ainda atualizada a página do Portal da Transparência, na qual estão demonstrados dados sobre gestão orçamentária, auditorias de controle interno, relatórios de gestão, planos estratégicos e estatísticas de produtividade, dentre outros informes de interesse público.

Inclusão social e acessibilidade

Promover iniciativas contínuas de inclusão social, por meio de ações que possibilitem a participação igualitária de diferentes grupos sociais, com suas distintas necessidades, também faz parte das atribuições de instituições públicas. Neste sentido, para o STJ é prioritário garantir pleno acesso e efetiva participação social, em igualdade de condições, aos portadores de

Information to citizens

To reaffirm its commitment to citizenship, in addition to maintaining an attentive Ombudsman’s Office, the STJ maintains several channels of relationship with society, in which the Court’s main decisions, special reports and daily news are publicized, and other online services are made available. In addition to the Internet Portal and official profiles on social networks (Facebook, Instagram and Twitter), the STJ produces programs for *Rádio Justiça* and *TV Justiça*, which are also broadcast on partner stations and on court channels on YouTube and SoundCloud. Specific information materials are also available in print or electronic format. An example is the booklet “Getting to Know the STJ: Guidance for Citizens”, which contains information on the Court’s organizational structure, guidelines on services offered and simplified explanations of the pathways that a trial goes through, including consulting processes, accessing decisions, petitioning and paying costs, for example.

The Court also maintains the Transparency webpage, which shows data on budgetary management, internal control audits, management reports, strategic plans and productivity statistics, among other public interest reports.

Social inclusion and accessibility

Promoting continuous initiatives of social inclusion, through actions that allow the equal participation of different social groups, with their different needs, is also part of the attributions of public institutions. In this sense, it is a priority for the STJ to guarantee full access and effective social participation, under equal conditions, to persons with disabilities, as well as the Statute of Persons with Disabilities (Law 13.146 / 2015), whose objective is to reduce or



Desafio do Judiciário na Era Virtual - Programa Semear inclusão

Judiciary challenge in the Age of Virtuality - Sowing the seeds of inclusion Program

deficiência, assim como preceitua o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), cujo objetivo é reduzir ou eliminar as desvantagens que estas pessoas podem encontrar, por exemplo, para adentrar prédios públicos, ter acesso à Educação ou conquistar oportunidades de emprego e renda.

O STJ mantém programas e projetos concebidos para promover a plena acessibilidade às suas dependências e aos serviços que presta à sociedade. A Política de Inclusão do Tribunal atende as exigências da Constituição Federal e segue as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mantendo-se em conformidade tanto com a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD), quanto com a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (PNIPD).

Desde 2014, o STJ realiza o Programa Semear Inclusão, que tem como público-alvo magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e visitantes do Tribunal. O Programa segue as diretrizes da CIDPD e da Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência, foi normatizado internamente¹ e está vinculado ao Plano Estratégico institucional. Tais regulamentações estabelecem e definem a estrutura da Comissão de Inclusão, vinculada à Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, que é responsável pelo Programa e inclui em seu quadro de pessoal servidores com diferentes tipos de deficiência – auditiva, visual e física – para que se faça a melhor abordagem das questões de acessibilidade no Tribunal.

Desde que foi criado, o Programa Semear Inclusão tem realizado campanhas de conscientização e ações em diferentes âmbitos da acessibilidade. Em setembro de 2015, foi instituída a Política de Inclusão do STJ², que estabelece as diretrizes para assegurar acesso universal às dependências, informações e serviços prestados. Entre as iniciativas empreendidas no as-

eliminar desvantagens que essas pessoas possam encontrar, por exemplo, entrando em prédios públicos, tendo melhor acesso à educação ou a empregos e outras oportunidades.

O STJ mantém programas e projetos destinados a promover a plena acessibilidade às suas instalações e aos serviços que presta à sociedade. A Política de Inclusão do Tribunal atende aos requisitos da Constituição Federal e segue as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em conformidade com tanto a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPD) quanto a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (PNIPD).

Desde 2014, o STJ realizou o Programa Semear Inclusão, que tem como público-alvo magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e visitantes do Tribunal. O Programa segue as diretrizes da CIDPD e da Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência, foi normatizado internamente¹ e está vinculado ao Plano Estratégico institucional. Tais regulamentações estabelecem e definem a estrutura da Comissão de Inclusão, vinculada ao Departamento de Serviços de Saúde Integrados, que é responsável pelo Programa e inclui em seu quadro de pessoal servidores com diferentes tipos de deficiência – auditiva, visual e física – para que se faça a melhor abordagem das questões de acessibilidade no Tribunal.

Desde que foi criado, o Programa Semear Inclusão tem realizado campanhas de conscientização e ações em diferentes áreas de acessibilidade. Em setembro de 2015, a Política de Inclusão do STJ² foi instituída, que estabelece as diretrizes para assegurar acesso universal às dependências, informações e serviços prestados. Entre as iniciativas empreendidas na área de mobilidade estão a instalação

¹ Pelas Portarias nº 118, de 10 de março de 2014, e nº 119 e nº 156, ambas de 11 de março de 2014.

² Por meio da Instrução Normativa STJ/GDG nº 21.

¹ Through Ordinances n. 118, from 2014, March 10, and 119 and 156, both from 2014, March 11.

² Through STJ/GDG Normative Instruction n. 21.

pecto da mobilidade estão a instalação de piso tátil em toda a área externa do Tribunal; a aplicação de faixa antiderrapante nas escadas; bem como a aquisição de equipamentos de trabalho específicos para deficientes auditivos e visuais.

No que se refere à inclusão no mercado de trabalho, o STJ mantém contratos de prestação de serviços terceirizados com diversas entidades voltadas à assistência de pessoas com deficiência. Em 2015, foi lançada a Ação Síndrome de Down, que oficializou a parceria entre o Tribunal e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (Apae/DF) para a contratação de portadores da síndrome, que hoje atuam no Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (Lacor) do Tribunal e em gabinetes de Ministros.

Outra ação relevante da Comissão de Inclusão naquele mesmo ano foi a prioridade conferida ao intercâmbio de conhecimentos e práticas com outros órgãos públicos, como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJFT). Nesta frente de atuação, por meio de reuniões de grupos de trabalho entre as instituições, houve discussões de casos concretos relevantes no que se refere à inclusão e à acessibilidade, a partir das quais foram firmados acordos de cooperação técnica entre os órgãos partícipes.

Em parceria com a Secretaria Judiciária, a Comissão de Inclusão também realizou duas turmas do Projeto Surdo Foto e organizou exposições dos trabalhos desenvolvidos no projeto, que tem por intuito desenvolver outras habilidades profissionais nas pessoas com deficiência auditiva. A primeira edição da mostra foi realizada em dezembro de 2015, em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, ao Dia Mundial do Cego e ao Dia da Inclusão Social. Em 2018, o Projeto alcançou grande repercussão quando duas colaboradoras do STJ, uma com deficiência auditiva e outra com síndrome

of tactile floor throughout the Court's external area; the application of the non-slip ladder on the stairs; as well as the acquisition of specific work equipment for the hearing and visual impaired.

With regard to inclusion in the labor market, the STJ maintains contracts for the provision of outsourced services with various entities dedicated to the assistance of persons with disabilities. In 2015, the Down Syndrome Action was launched, which officialized the partnership between the Court and the Association of Parents and Friends of Disabled of the Federal District (APAE / DF) in order to hire patients with the syndrome, who now work in the Laboratory of Documents Conservation and Restoration (Lacor) of the Court and in cabinets of Ministers.

Another relevant action by the Inclusion Commission in that same year was the priority given to the exchange of knowledge and practices with other public institutions, such as the Federal Court of Audit (TCU), the Chamber of Deputies, the Federal Senate, the Federal Supreme Court STF) and the Federal District and Territorial Court (TJFT). Regarding that, through working group meetings between the institutions, there were discussions of concrete cases relevant to inclusion and accessibility, from which technical cooperation agreements were signed between the participating entities.

In partnership with the Judiciary Department, the Inclusion Commission also held two groups of the *Surdo Foto* Project and organized exhibitions of the works developed in the project, which aims to develop other professional skills in the hearing impaired. The first edition of the show was held in December 2015, in commemoration of the International Day of Persons with Disability, World Sight Day and Social Inclusion Day. In 2018, the project reached a high impact when two STJ collaborators, one with hearing impairment and another with Down syndrome, presented

de Down, expuseram seus trabalhos no Brasília Photo Show, festival realizado pelo Ministério da Cultura, considerado uma das maiores mostras fotográficas coletivas do mundo.

their work at Brasilia Photo Show, a festival organized by the Ministry of Culture, considered one of the largest collective photographic exhibitions in the world.

PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

O STJ desenvolve diversos programas e projetos institucionais voltados à Educação, a exemplo do Museu-Escola, criado em 2001, que tem o objetivo de difundir entre alunos de escolas públicas e privadas do Distrito Federal e entorno a importância da preservação da memória do País, com destaque para a relevância dos valores e atitudes necessárias ao pleno exercício da cidadania. Para tanto, o programa leva estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio para conhecer as atividades e a história da Corte, documentadas no Museu do STJ. Além do contato com novo conceito de aprendizagem, baseado na liberdade pedagógica e na criatividade didática, os estudantes recebem material de apoio para desenvolver atividades artísticas ou literárias que abordem o conteúdo do Projeto. Anualmente, o Tribunal premia com *smartphones*, *tablets* ou *notebooks* os dez melhores trabalhos produzidos.

O Projeto Museu-Escola resulta do Programa O Despertar Vocacional Jurídico, criado em 2002 e destinado a estudantes do Ensino Médio. A iniciativa proporciona visitas guiadas, nas quais o Tribunal se transforma em autêntico laboratório para esses alunos, que têm a oportunidade de acompanhar sessões de julgamento de Turma, Seção ou da Corte Especial. Ao acompanhar de perto a atuação dos ministros, representantes do Ministério Público e advogados, eventualmente os jovens identificam se possuem aptidão ou potencial para o estudo do Direito. Para facilitar o processo de escolha profissional, servidores do

SOCIO-EDUCATIONAL PROJECTS

The STJ develops several programs and institutional projects focused on Education, such as the School Museum, created in 2001, which aims to disseminate among students of public and private schools in the Federal District and surroundings the importance of preserving the country's memory, with emphasis on the relevance of the values and attitudes necessary for the full exercise of citizenship. Therefore, the program takes students from the 5th year of elementary school to the 3rd year of high school to learn about the activities and history of the Court, documented in the STJ Museum. In addition to the contact with a new concept of learning, based on pedagogical freedom and didactic creativity, students receive support material to develop artistic or literary activities that address the content of the Project. Each year, the Court rewards the best 10 works with smartphones, tablets or notebooks.

The Museum-School Project results from the Legal Vocational Awakening Program, created in 2002 and intended for high school students. The initiative provides guided tours, in which the Court becomes an authentic laboratory for them, who have the opportunity to follow Class, Section or Special Court trial sessions. When closely monitoring the activities of ministers, representatives of the Public Ministry and lawyers, eventually the young people identify if they have aptitude or potential for the study of Law. To make easier the process of professional choice, STJ servants act to clarify and inform the

STJ atuam para esclarecer e informar os estudantes, para que a decisão possa acontecer de forma autônoma e segura.

A iniciativa traz benefícios para o conjunto da sociedade e não apenas para os estudantes, uma vez que as visitas às sessões de julgamento possibilitam que o Tribunal tenha maior contato com o público e favorecem a divulgação do seu papel institucional. O Despertar Vocacional Jurídico é também uma forma do STJ cumprir com seriedade o preceito constitucional que prevê a corresponsabilidade de todas as instituições públicas na formação educacional e cidadã dos brasileiros.

Outra relevante iniciativa voltada à Educação, realizada desde 2004, é o Projeto Sociedade para Todas as Idades, que proporciona visitas guiadas quinzenais para grupos da terceira idade. Ao cumprir a orientação preconizada pela Constituição Federal relativa aos compromissos outorgados a todos os atores sociais, o STJ entende que é também sua responsabilidade enfrentar as questões que dizem respeito ao envelhecimento da população brasileira. O Projeto tem por objetivo proporcionar às pessoas da terceira idade conhecimentos acerca do Poder Judiciário brasileiro, de forma a contribuir para a geração de respostas e soluções às dificuldades jurídicas encaradas pelos idosos.

Por sua vez, o Projeto Saber Universitário da Justiça oferece a alunos de Direito a oportunidade de conhecer de perto o funcionamento do Tribunal. O STJ atende pedidos de estudantes e professores de todo o Brasil, seja com finalidade turística ou de pesquisa e aprendizagem. Durante as visitas guiadas, os alunos conhecem a estrutura organizacional e o papel do Tribunal na sociedade. Em seguida, assistem sessões de julgamento e podem vivenciar a realidade do mundo jurídico. Ao término, recebem certificado de participação.

Também criado em 2004, o programa de visitação técnica Conhecendo o STJ, tem o objetivo de proporcionar a estudantes de Direito conhecimento ainda mais profundo sobre o funcionamento do Tribunal, com complementação

students, so that when the decision comes, it can happen in an autonomous and safe way.

The initiative brings benefits to society as a whole and not only to students, since the visits to the judging sessions make it possible for the Court to have greater contact with the public and to promote the dissemination of its institutional role. The Legal Vocational Awakening is also a way for the STJ to comply with the constitutional precept that provides the co-responsibility of all public institutions in the educational and citizenship of Brazilians.

Another relevant initiative for education, held since 2004, is the Society for All Ages Project, which provides biweekly guided tours for senior citizens. In compliance with the orientation established by the Constitution regarding the commitments granted to all social actors, the STJ understands that it is also its responsibility to address issues related to the aging of Brazilian population. The purpose of the Project is to provide the elderly with knowledge about the Brazilian judicial Power, in order to contribute to generating answers and solutions to the legal difficulties faced by old people.

On the other hand, the Academic Knowledge of Justice Project offers Law students the opportunity to get a closer look at how the Court works. The STJ receive requests from students and teachers from all over the country, whether for tourism or for research and learning purposes. During guided tours, students are aware of the organizational structure and role of the Court in society. Then, they attend trial sessions and can experience the reality of the legal world. At the end, they receive a certificate of attendance.

Also created in 2004, the technical visitation program, Knowing the STJ, aims to provide law students with an even deeper knowledge of the Court's routine, complementing teaching, learning and professional development. The Program lasts five days and accepts the participation



Estudantes visitam o STJ como parte do projeto Museu-Escola
Students visit the STJ as part of the School Museum project



Sociedade para Todas as Idades

Society for all ages



de ensino, aprendizagem e aperfeiçoamento profissional. O Programa tem duração de cinco dias e aceita a participação de estudantes de todas as unidades da Federação que estejam cursando, no mínimo, o 5º semestre do curso, regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas de Ensino Superior reconhecidas pelo Ministério da Educação. Os alunos participam de sessões de julgamento, assistem palestras sobre a jurisprudência do Tribunal, conhecem o funcionamento das unidades judiciárias e órgãos julgadores e visitam as dependências da Corte.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A redução dos impactos ambientais gerados pelas atividades humanas deve ser o objetivo de qualquer entidade pública e privada seriamente comprometida com o desenvolvimento sustentável. Para cumprir seu papel social neste âmbito, o STJ desenvolve programas que contemplam a responsabilidade socioambiental em todo o seu espectro. Vinculado à Diretoria-Geral, o Programa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) foi instituído em 2008 para criar ações de sustentabilidade, a exemplo do uso consciente de recursos naturais, gestão sustentável de resíduos e sensibilização para questões ambientais. Tais metas estão alinhadas aos eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que objetiva estimular órgãos públicos do País a implantar práticas de sustentabilidade. O STJ aderiu formalmente à A3P em 2010 e, desde 2017, mantém acordo de cooperação técnica com o MMA para desenvolver projetos relacionados a esta Agenda.

of students from all the units of the Federation who are attending at least the 5th college semester, regularly enrolled in public or private institutions of higher education recognized by the Brazilian Ministry of Education. Students attend trial sessions, lectures on the jurisprudence of the Court, learn about the working days of judicial units and judges, and visit the premises of the Court.

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY

The reduction of the environmental impacts generated by human activities should be the objective of any public and private entity seriously committed to sustainable development. To fulfill its social role in this field, the STJ develops programs that consider socio-environmental responsibility throughout its spectrum. The Social and Environmental Responsibility Program (PRSA) was established in 2008 to create sustainability actions, such as the conscious use of natural resources, sustainable waste management and awareness of environmental issues. These goals follow the guidelines of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) of the Ministry of the Environment (MMA), which aims to stimulate public agencies in the country to implement sustainability practices. The STJ formally joined the A3P in 2010 and, since 2017, has signed a technical cooperation agreement with MMA to develop projects related to this Agenda.

In 2009, one of the first PRSA initiatives, in line with the implementation of the Document Management Program at

Assim como nas licitações, as compras de insumos e matérias de trabalho do Tribunal passaram a atender critérios de sustentabilidade
As in the bids, the purchases of production inputs and work materials of the Court began to meet sustainability criteria

Em 2009, uma das primeiras iniciativas do PRSA, alinhada à implementação do Programa de Gestão Documental no STJ, foi a completa digitalização de todos os documentos e processos administrativos do Tribunal. Os documentos passaram a ser gerados por meio de sistema informatizado, com trâmite eletrônico, que resultou em significativa redução no consumo de papel e de outros materiais de expediente.

Durante o ano de 2010, o PRSA promoveu diversas ações e campanhas educacionais para sensibilização dos servidores e funcionários terceirizados, com foco especial na logística de coleta de resíduos e no uso consciente de recursos. Desde então, mantém a Campanha “Consumo Consciente”, de realização contínua. Apenas naquele ano, o STJ atingiu a marca de 8% de redução do impacto ambiental, bem como a redução da ordem de 4% no uso de papel e de 5% no consumo de água. No mesmo ano, foi reduzido em 24% o consumo *per capita* de energia, telefone, papel, água e combustível.

Em 2011, quando teve seu escopo modificado e o nome atualizado para “Política de Sustentabilidade”, o PRSA estabeleceu como diretriz a harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos para a preservação dos recursos renováveis e limitação do uso de recursos não renováveis. Com

the STJ, was the complete digitization of all the documents and administrative processes of the Court. The documents began to be generated through a computerized electronic system, which resulted in a significant reduction in the consumption of paper and other records.

During 2010, PRSA promoted several actions and educational campaigns to sensitize the servants and outsourced employees, with a special focus on the logistics of waste collection and the conscious use of resources. Since then, it has maintained the “Conscious Consumption” campaign, of continuous realization. Just that year, the STJ achieved an 8% reduction in environmental impact, as well as a reduction of 4% in the use of paper and 5% in water consumption. In the same year, the energy, telephone, paper, water and fuel consumption per capita was reduced by 24%.

In 2011, when its scope was changed and the Program was renamed as “Sustainability Policy”, the PRSA established as a guideline the harmonization of social, environmental and economic goals for the conservation of renewable resources and limiting the use of non-renewable resources. In order to adopt administrative procedures compatible

Semana do Descarte

Disposal Week



o objetivo de adotar procedimentos administrativos compatíveis com as políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentável, passaram a fazer parte do escopo dessa Política ações como a inclusão de metodologia de licitações sustentáveis e *benchmarking* com instituições públicas e privadas.

A Política de Sustentabilidade foi formalmente publicada em 2012³, ano em que foram ampliadas as iniciativas de promoção da inclusão social, com ações socioeducativas realizadas em ambientes acessíveis. Com a regulamentação da Comissão de Licitações Sustentáveis (CLS) passaram a ser inseridos critérios especiais nas licitações do Tribunal, como a verificação do consumo em conjunto com as unidades demandantes, especificações de materiais sustentáveis e orientação quanto ao descarte adequado dos materiais consumidos.

Uma série de ações educativas para sensibilização dos servidores quanto aos impactos ambientais foi realizada em 2013, por meio dos programas STJ Ambiental e STJ Solidário, norteados pela Política de Sustentabilidade. Assim como nas licitações, as compras de insumos e matérias de trabalho do Tribunal passaram a atender critérios de sustentabilidade. Outras medidas incluíram coleta seletiva, doação de recicláveis para cooperativas parceiras, realização de feira orgânica semanal, ações solidárias com visitas a instituições carentes, palestras e seminários de educação ambiental e parcerias com órgãos federais para promover a preservação ambiental. Foram promovidas ainda palestras customizadas para cada uma das unidades do STJ, com a apresentação de dados reais de consumo daquela determinada unidade e a proposição de ações para melhorar a gestão de recursos.

O ano de 2014 foi marcado pelo trabalho de consolidação da sustentabilidade como valor institucional do STJ, conforme definidos no Plano STJ 2020. Para tanto, o Tribunal instituiu a

with public policies aligned to sustainable development, the inclusion of a sustainable bidding methodology and benchmarking of public over private institutions became part of the Policy.

The Sustainability Policy was formally published in 2012³, year in which initiatives to promote social inclusion were expanded, with socio-educational actions carried out in accessible environments. With the regulation of the Sustainable Procurement Commission (CLS), special criteria were included in the Court's bids, such as verification of consumption together with the applicant units, specifications of sustainable materials and guidance on the proper disposal of the materials consumed.

A series of educational actions to raise awareness among employees about environmental impacts was carried out in 2013, through STJ Environmental and STJ Solidarity programs, guided by the Sustainability Policy. Other measures included selective collection, donation of recyclables to partner cooperatives, weekly organic fair, solidarity actions with visits to underprivileged institutions, lectures and seminars on environmental education and partnerships with federal agencies to promote environmental conservation. There were also lectures tailored for each of the units of STJ, with the presentation of real data of consumption of each particular unit and the proposition of actions to improve resource management.

The year of 2014 was highlighted by the work of consolidating sustainability as an institutional value of STJ, as defined in the 2020 STJ Plan. Thus, the Court established the Environmental Management Office (AGS), a unit subordinated to the Office of the President and responsible for promotion of environmental sustainability actions.

3 Por meio da Portaria nº 293/2012.

3 Through the Ordinance 293/2012.

Assessoria de Gestão Ambiental (AGS), unidade subordinada ao Gabinete da Presidência e responsável pelas ações de promoção de sustentabilidade ambiental do Tribunal. Além dessas medidas, a AGS coordena o Programa STJ Solidário, de incentivo ao voluntariado. Todo o conjunto de medidas adotadas desde que a PRSA foi instituída, somado aos efetivos resultados obtidos, resultou na conquista do Prêmio Melhores Práticas da A3P pelo STJ em 2014, na categoria Inovação na Gestão Pública.

Com o objetivo de atender às exigências da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 201/2015, a AGS foi responsável pela elaboração, publicação e implantação do Plano de Logística Sustentável do STJ (PLS-STJ⁴). Como pilar do gerenciamento ambiental no Judiciário brasileiro, a adoção do PLS é cobrada pelo Tribunal de Contas da União para toda a administração pública federal.

Em essência, o PLS permite analisar os pormenores dos aspectos administrativos do Tribunal, em todos os seus níveis, para que seja possível compreender a realidade e nortear a tomada de decisões para reduzir ainda mais o impacto ambiental e otimizar a gestão de resíduos gerados pelo uso de recursos naturais, materiais e financeiros. O foco do PLS é o aperfeiçoamento da gestão pública rumo a um modelo mais responsável, sustentável e ético. Como parte das orientações do CNJ, o Tribunal publica anualmente o relatório de desempenho do PLS. Por meio do Programa de Logística Sustentável, a Assessoria de Gestão Ambiental tem adotado medidas cada vez mais específicas e objetivas para ampliar os resultados de seus programas, o que inclui os cursos de capacitação que foram levados a cabo nos três últimos anos.

In addition to those measures, AGS coordinates the STJ Solidarity Program, to encourage volunteering. The whole set of measures adopted since the PRSA was instituted, added to the effective results obtained, led to the achievement of the A3P Best Practices Award by STJ in 2014, in the category of Innovation in Public Management.

In order to meet the requirements of Resolution 201/2015, from the National Council of Justice, AGS was responsible for the preparation, publication and implementation of the Sustainable Logistics Plan of STJ (PLS-STJ⁴). As a pillar of environmental management in the Brazilian judicial Power, the adoption of PLS is demanded by the Federal Audit Court for the entire federal public administration.

In essence, the PLS allows to analyze the details of the administrative aspects of the Court at all levels, so that it is possible to understand the reality and guide the decision making to further reduce the environmental impact and optimize the waste management generated by the use of natural, material and economical resources. The focus of PLS is to improve public management towards a more responsible, sustainable and ethical model. As part of CNJ guidelines, the Court annually publishes the PLS performance report. Through the Sustainable Logistics Program, the Environmental Management Advisory Board has adopted increasingly specific and objective actions to increase the results of its programs, which includes the courses that have been carried out in the last three years.

⁴ Estabelecido no Tribunal por meio da Resolução STJ/GP nº 17/2015.

⁴ As established by the Court through the STJ/GP Resolution n. 17/2015.







EDUCAÇÃO E CULTURA

EDUCATION AND CULTURE

O STJ NOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO E DA ARTE

Para que possam exercer com eficiência as atribuições que lhes competem enquanto operadores do Direito, bem como possam ampliar continuamente a consciência sobre a importância de seu papel na sociedade, os magistrados e demais membros da comunidade jurídica devem desenvolver competências específicas e buscar constante atualização de conhecimentos e técnicas. Esta convicção se torna ainda mais firme quando consideramos o rápido movimento de evolução das tecnologias e as frequentes mudanças sociais, que multiplicam os caminhos a serem percorridos em busca da aplicação da Justiça. Ciente de seu papel como integrante do Poder Judiciário nacional, o Superior Tribunal de Justiça, por meio de suas unidades, realiza diversas ações, programas e projetos voltados a promover a capacitação continuada de seus servidores, de maneira a incentivar a eficiência e, conseqüentemente, o pleno atendimento das demandas da sociedade.

Da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, fonte reconhecida de informação para a comunidade jurídica, à Escola Nacional de Formação de Magistrados, que promove a capacitação teórica e prática do operador do Direito, o STJ contribui, de maneira efetiva e em larga escala, para a formação de profissionais competentes, especializados e preparados para enfrentar os desafios que o fazer justiça traz, necessariamente, embutidos em seu escopo. Ao longo dos anos, o Tribunal vem obtendo consistentes e expressivos resultados positivos em suas iniciativas educativas. Isto funciona como um incentivo adicional para que siga expandindo seus acervos, aprimorando suas atividades e ampliando a abrangência de seus projetos, bem como busque desenvolver novas propostas voltadas à educação, promoção e divulgação do conhecimento jurídico.

STJ IN EDUCATION AND ART PATHS

In order to be able to exercise effectively their duties as legal operators, and to continuously increase their awareness of their role importance in society, magistrates and other members of the legal community must develop specific competences and seek constant updating of knowledge and techniques. This conviction becomes even stronger when we consider the rapid evolution of technologies and the frequent social changes that multiply the paths to be followed in search of justice. Aware of its role as a member of the national Judiciary, the Superior Court of Justice, through its units, carries out several actions, programs and projects aimed at promoting the continuous training of its employees, in order to encourage efficiency and, consequently, the full satisfaction of society's demands.

From the Minister Oscar Saraiva Library, a recognized source of information for the legal community, the National School of Magistrates Training, which promotes the theoretical and practical training of the legal operator, the STJ contributes, in an effective and large scale, to training of competent, specialized and prepared professionals to face the challenges that "doing" justice brings, necessarily, embedded in its scope. Over the years, the Court has been obtaining consistent and expressive positive results in its educational initiatives. This works as an additional incentive for it to continue expanding its collections, improving its activities and expanding the scope of its projects, as well as seeking to develop new proposals aimed at education, promotion and dissemination of legal knowledge.



AUBRY & RAU
DROIT CIVIL
FRANÇAIS

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

LAURENCE
COURS DE
DROIT CIVIL

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200



ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) é um órgão do Poder Judiciário, criada pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, e instituída em 30 de novembro de 2006, por meio da Resolução nº 3 do Superior Tribunal de Justiça. Sua estrutura orgânica é composta pelo Conselho Superior e a Direção-Geral, órgãos que estão sob a responsabilidade da Presidência do STJ. O diretor-geral e o vice-diretor são eleitos pelo Pleno para mandatos de dois anos, exercendo suas atividades sem prejuízo para as atividades judicantes.

Como Escola de Governo, nos termos do art. 39, § 2º, da Constituição Federal, a instituição promove, regulamenta e fiscaliza a formação e o aperfeiçoamento de magistrados, sob a premissa de que a Justiça deve estar em sintonia com a demanda social. Por meio de seus programas, elaborados a partir da avaliação das necessidades presentes na sociedade e, conseqüentemente, no dia a dia dos Tribunais, a Enfam contribui para aproximar ainda mais o Judiciário da realidade dos brasileiros. Tendo como cerne de suas atividades a formação teórica e prática do operador do Direito, a Escola atua também no fomento de pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento de serviços do âmbito judiciário. Estabelece, ainda, uma padronização mínima entre todas as escolas da magistratura, respeitando as peculiaridades e necessidades de cada região do País, promovendo a cooperação entre escolas federais e estaduais da magistratura na oferta e na execução de treinamentos e cursos.

NATIONAL SCHOOL FOR TRAINING AND IMPROVING JUDGES

The National School for the Training and Improvement of Magistrates (Enfam) is a Judiciary institution, created by Constitutional Amendment 45, dated 2004, December 30th, and instituted on 2006, November 30th, through Resolution n. 3 of the Superior Court of Justice. Its organic structure is composed of the Superior Council and the General Directorate, entities that are under the responsibility of the STJ Presidency. The director general and the deputy director are elected by the plenary for two-year terms, exercising their activities without prejudice to judicial activities.

As a School of Government, under the terms of art. 39, §2, of the Federal Constitution, the institution promotes, regulates and supervises the training and improvement of magistrates, under the premise that Justice must be in tune with social demand. Through its programs, based on the evaluation of the needs present in society and, consequently, in the day-to-day Courts, Enfam contributes to bring the Judiciary closer to the reality of Brazilians. Having as the center of its activities the theoretical and practical training of the operator of Law, the School also works in the foment of research, studies and debates on subjects relevant for the improvement of services of the judicial scope. It also establishes a minimum standardization among all schools of the Judiciary, respecting the peculiarities and needs of each region of the country, promoting cooperation between federal and state schools of magistracy in the provision and training and courses realization.

Enfam also contributes to the optimization of judicial performance, making it faster and more efficient, as well



Formação de Formadores na Enfam
Enfam Train the Trainers

À Enfam compete também contribuir para a otimização da prestação jurisdicional, tornando-a mais veloz e eficiente, além de promover a consolidação, no âmbito do Poder Judiciário, de um órgão central e diretivo do processo de formação e aperfeiçoamento de juízes. A relevância da Escola no cenário de formação dos magistrados exige uma expressiva atuação regulamentar, estabelecida por um processo contínuo de elaboração, aperfeiçoamento e comprometimento, fatores fundamentais ao cumprimento de sua missão institucional.

Por esta razão, os anos recentes foram marcados por um crescente aprimoramento das atividades no sentido de alcançar a excelência nas metas sob o escopo deste órgão. Diversas transformações positivas ocorreram em 2014, com o aperfeiçoamento de turmas de Formação Inicial e Formação de Formadores, trazendo maior aplicação de atividades práticas e interação entre alunos e professores. Nesse período, os cursos de Formação de Formadores tornaram-se prioridade da Enfam, devido ao seu compromisso com a multiplicação do conhecimento e o melhor preparo para o exercício da função jurisdicional.

A criação do banco nacional de magistrados, também em 2014, possibilitou o cadastro de mais de 11 mil profissionais brasileiros, e o incentivo às atividades de pesquisa culminou na concepção, pelo Conselho Superior, do Comitê Técnico de Formação e Pesquisa (CTAF) da Enfam, composto por juízes de primeiro grau indicados pelas escolas judiciais e da magistratura federal para um mandato de dois anos. Por fim, ainda no mesmo período, visando à promoção social, foram realizados programas como o “Sociedade para Todas as Idades”, que contemplou grupos de idosos em dinâmicas, relatos e apresentações cênicas. Visitas solidárias ao STJ e campanhas de capacitação para colaboradores terceirizados também foram promovidas. Completaram as iniciativas a alfabetização de jovens e adultos e a promoção da inclusão digital.

as promoting the consolidation, within the Judiciary, of a central and directing institution of the training and improving judges process. The importance of the School in the training of magistrates requires an expressive regulatory action, established by a continuous process of elaboration, improvement and commitment, fundamental factors to the fulfillment of its institutional mission.

For this reason, recent years have been marked by a growing improvement of activities in order to achieve excellence in the goals under the scope of this body. Several positive transformations occurred in 2014, with the improvement of Initial Formation and Train the Trainers classes, bringing greater application of practical activities and interaction between students and teachers. In this period, the Train the Trainers courses have become a priority of Enfam, due to its commitment to multiplying knowledge and better preparation for the exercise of the judicial function.

The creation of the national bank of magistrates, also in 2014, enabled the registration of more than 11 thousand Brazilian professionals, and the encouragement of research activities culminated in the conception, by the High Council, of the Enfam Technical Training and Research Committee (CTAF), composed of first-degree judges appointed by the judicial schools and the federal judiciary for a two-year term. Finally, in the same period, with a view to social promotion, programs such as the “Society for All Ages” were held, which included groups of elderly people in dynamics, reports and scenic presentations. Solidary visits to the STJ and training campaigns for outsourced employees were also promoted. The initiatives for youth and adult literacy and the promotion of digital inclusion have been completed.

In 2015, Enfam had its team increased to attend to educational actions, in addition to investing in the training and guidance of trainers. There was also an approximation to the Judiciary and

Em 2015, a Enfam teve sua equipe aumentada para atender à realização de ações educacionais, além de ter investido na formação e orientação de formadores. Houve também uma aproximação do órgão às Escolas Judiciais e da Magistratura e investimentos em avanços tecnológicos para o aprimoramento da comunicação com o público. Somente no primeiro semestre daquele ano, foram realizados oito cursos, totalizando 19 turmas e 640 vagas ofertadas e totalmente preenchidas. No segundo semestre foram oferecidos 13 cursos, totalizando 33 turmas e 1.120 vagas ofertadas, das quais 1.023 foram preenchidas.

A Escola comemorou seus 10 anos de fundação em 2016, destacando sua contribuição para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional mediante a atuação de magistrados mais bem preparados. Apenas naquele ano, foram capacitados 2.966 magistrados, o que representou um aumento de 16,4% em relação a 2015. Em linha evolutiva contínua, no ano seguinte foram realizadas 158 ações que resultaram na capacitação de 2.825 magistrados, o que corresponde a 94% da meta física estabelecida no planejamento de gestão. No período, a Enfam ampliou a quantidade de visitas para a fiscalização de cursos oficiais realizados pelas escolas judiciais e da magistratura, bem como promoveu a atualização de material didático utilizado nos cursos presenciais e a distância, realizados no período subsequente. Contando com grupos de trabalho compostos por magistrados, a instituição também editou normas relacionadas ao contínuo aperfeiçoamento das diretrizes pedagógicas e das regras para o desenvolvimento de cursos oficiais voltados ao ingresso e à promoção na carreira.

Os resultados positivos dos últimos anos refletem nos esforços empreendidos para ampliar o número de magistrados capacitados e assegurar que os cursos oficiais promovidos pelas escolas judiciais e da magistratura sejam desenvolvidos em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Enfam no que se refere à formação e aperfeiçoamento de

Judiciary Schools and investments in technological advances to improve communication with the public. Only in the first semester of that year, eight courses were held, totaling 19 classes and 640 vacancies offered and fully filled. In the second semester, 13 courses were offered, totaling 33 classes and 1,120 vacancies, of which 1,023 were filled.

The School celebrated its 10 years of foundation in 2016, highlighting its contribution to the improvement of the jurisdictional provision through the performance of better prepared magistrates. In that year alone, 2,966 magistrates were trained, representing an increase of 16.4% over 2015. In a continuous evolutionary line, 158 actions were carried out in the following year, resulting in the training of 2,825 magistrates, corresponding to 94% of the physical goal established in management planning. In the period, Enfam increased the number of visits for the inspection of official courses carried out by the judicial schools and magistrature, as well as promoted the updating of didactic material used in face-to-face and distance courses, carried out in the subsequent period. With working groups composed of magistrates, the institution also issued rules related to the continuous improvement of pedagogical guidelines and the rules for the development of official courses aimed at joining and promoting career.

The positive results of recent years reflect on efforts to increase the number of trained magistrates and ensure that official courses promoted by judicial schools and the Judiciary are developed in line with the guidelines established by Enfam for judges training and further training at national level. In addition, it should be noted that the School's performance is in line with the STJ 2020 Plan, which establishes the strategic guidelines of the Court as a whole.

Enfam stands out nationally as an institution of excellence in teaching and research, as it continues to

Cerimônia que celebrou a primeira década de instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam)

Celebration ceremony of the first decade of Minister Sálvio de Figueiredo Teixeira National School for Magistrates' Training and Improving (Enfam)



magistrados em âmbito nacional. Ademais, cabe notar que a atuação da Escola está alinhada ao Plano STJ 2020, que estabelece as diretrizes estratégicas do Tribunal como um todo.

A Enfam destacar-se nacionalmente como uma instituição de excelência em ensino e pesquisa, pois segue promovendo a permanente formação acadêmica e humanística do operador do Direito. Nacionalmente, a Escola conta com mais de 20 parceiros de cooperação técnica. Não obstante, diante das constantes oscilações dos cenários nacional e internacional e da certeza das potencialidades do Brasil e demais países da comunidade ibero-americana, o Tribunal também atua na ampliação das ações de parceria com os países do grupo. Desta forma, a instituição toma como uma de suas prioridades o desenvolvimento da cooperação judiciária entre as escolas judiciais e da magistratura no Brasil. A proposta é buscar a união para enfrentar desafios nas interações entre governos e cidadãos, reforçando a necessidade do fortalecimento de uma rede judiciária articulada.

Os protocolos de cooperação internacional permitem o intercâmbio de estratégias metodológicas empregadas por outros centros de estudos de capacitação jurídica, proporcionando uma relação bilateral de transmissão de conhecimentos e aprimoramento de práticas judiciais. Em termos de acordos internacionais, a Enfam conta atualmente com 12 parcerias, com países como Espanha, Portugal, França e China, o que permite à Escola difundir suas práticas e dar visibilidade ao Poder Judiciário brasileiro em âmbito global.

Em janeiro de 2018, com o propósito de otimizar a gestão e o compartilhamento de dados entre a Enfam e as escolas judiciais de todo o País, foi criado o EducaEnfam, sistema integrado de gestão educacional, desenvolvido pela equipe de Tecnologia de Informação (TI) do órgão. A plataforma, que moderniza o sistema de solicitação de credenciamento em cursos oferecidos, vem permitindo que gestores cadastrados

promote the permanent academic and humanistic training of the operator of the Law. Nationally, the School has more than 20 technical cooperation partners. However, given the constant fluctuations of the national and international scenarios and the certainty of the potentialities of Brazil and other Ibero-American countries, the Court also acts in the expansion of partnership actions with the countries of the group. In this way, the institution takes as one of its priorities the development of judicial cooperation between judicial schools and the Brazilian Judiciary. The purpose is to seek unity to face challenges in the interactions between governments and citizens, reinforcing the need to strengthen an articulated judicial network.

The international cooperation protocols allow for the exchange of methodological strategies employed by other centers for legal training studies, providing a bilateral relationship of knowledge transmission and improvement of judicial practices. In terms of international agreements, Enfam currently has 12 partnerships with countries such as Spain, Portugal, France and China, which allows the School to disseminate its practices and give visibility to the Brazilian Judiciary at a global level.

In January 2018, the aim was to optimize the management and data sharing between Enfam and judicial schools throughout the country. EducaEnfam was created, an integrated educational management system developed by the Information Technology (IT) team, of the institution. The platform, which modernizes the system of requesting accreditation in courses offered, has allowed registered managers to follow all stages of the procedure until the publication of the ordinance. The platform also offers a bank of accredited courses and simplified accreditation functionality, which allows to edit and reuse information from courses already accredited by official schools in order

possam acompanhar todas as etapas do procedimento até a publicação da portaria. A plataforma oferece ainda um banco de cursos credenciados e a funcionalidade de credenciamento simplificado, que permite editar e reutilizar informações de cursos já credenciados por escolas oficiais na solicitação de iniciativas similares por outras instituições. Flexível em seu funcionamento, a ferramenta pode ser utilizada em iniciativas realizadas pelas demais escolas judiciais de todo o País.

Para promover a melhoria da prestação jurisdicional e dar mais celeridade aos processos, o STJ e a Enfam assinaram, em junho de 2018, um acordo de cooperação técnica para unir a *expertise* das duas instituições no desenvolvimento de ferramentas de automação e de inteligência artificial. A ideia é ampliar cada vez mais o alcance do sistema de tecnologia e comunicação Corpus927, que reúne decisões vinculantes do STF e do STJ, além de conter toda a jurisprudência do Tribunal da Cidadania. O sistema utiliza dois algoritmos: um leitor de referências legislativas, que identifica os dispositivos legais; e outro responsável pela análise e comparação dos textos, agrupando acórdãos por semelhança. Assim, a equipe do Tribunal passou a utilizar o Corpus927 para promover correções e melhorias nos códigos, nas ferramentas e nas bibliotecas de uso comum, além de compartilhar técnicas e tecnologias que permitem a extração de texto de documentos no formato PDF, especialmente nos casos que necessitam de reconhecimento ótico de caracteres (OCR, na sigla em inglês). O sistema exibe todos os processos julgados desde janeiro de 2009, trazendo praticidade de acesso e facilitando o cotidiano dos órgãos do Poder Judiciário e de toda a comunidade jurídica. Após apenas um mês de funcionamento, o Projeto Corpus927 já contava com cerca de 60 mil usuários únicos, além de mais de 250 mil visualizações.

Projetar e moldar a magistratura do futuro por meio da educação judicial é um objetivo que exige extrema responsabilidade.

to request similar initiatives by other institutions. Flexible in its operation, the tool can be used in initiatives carried out by other judicial schools throughout the country.

In order to promote better judicial performance and speed up processes, the STJ and Enfam signed a technical cooperation agreement in June 2018 to unite the two institutions' expertise in the development of automation and artificial intelligence tools. The idea is to extend the scope of the Corpus927 technology and communication system, which brings together STF and STJ binding decisions, as well as containing all the jurisprudence of the Court of Citizenship. The system uses two algorithms: a reader of legislative references, which identifies legal devices; and another responsible for the analysis and comparison of texts, grouping judgments by similarity. Thus, the Court's staff began using Corpus927 to promote corrections and improvements to common-use codes, tools and libraries, as well as sharing techniques and technologies that allow extracting text from PDF documents, especially in cases where optical character recognition (OCR) is need. The system shows all the cases deemed since January 2009, bringing practicality of access and facilitating the daily life of the Judiciary entities and of the entire legal community. After only a month of operation, Project Corpus927 already had about 60 thousand sole users, in addition to more than 250 thousand views.

Designing and shaping the Judiciary of the future through judicial education is a goal that demands extreme responsibility. With that on focus, in December 2018 Enfam signed a cooperation agreement with the Escola Paulista de Magistratura (São Paulo State School of Magistration) to create a center of excellence in legislative follow-up. Priority areas include the fight against corruption and organized crime, domestic violence, jury, criminal enforcement, special criminal court, criminal prosecution and the

Com este foco, em dezembro de 2018 a Enfam firmou acordo de cooperação com a Escola Paulista da Magistratura para criar um centro de excelência em acompanhamento legislativo. As áreas de prioridade incluem os temas do combate à corrupção e ao crime organizado, violência doméstica, júri, execução criminal, juizado especial criminal, prescrição penal e meio ambiente. Este é o primeiro de uma série de acordos para a criação de centros de excelência temáticos, que serão voltados ao aperfeiçoamento legislativo, consolidando a missão da Enfam – e do STJ como um todo – de promover o desenvolvimento do Poder Judiciário brasileiro.

BIBLIOTECA MINISTRO OSCAR SARAIVA

Especializada na área jurídica, a Biblioteca do Supremo Tribunal de Justiça foi inaugurada em 1948 e nomeada em homenagem ao Ministro Oscar Saraiva, que dedicou sua vida ao estudo do Direito. O Ministro atuou no Tribunal Superior do Trabalho, no Tribunal Federal de Recursos e no Tribunal Superior Eleitoral. Foi professor de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Público Interno, Economia Política e autor de inúmeros trabalhos publicados.

O fato de a biblioteca existir a mais tempo que o próprio STJ tem explicação: quando foi criada, atendia ao extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR), então sediado no Rio de Janeiro. Em 1969, quase uma década após a transferência do TFR para Brasília, a biblioteca seguiu o mesmo caminho, recebendo o atual nome em 1972. Posteriormente, com a efetiva instalação do STJ, em abril de 1989, a instituição foi transferida de modo permanente para o edifício sede do Tribunal.

A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva é reconhecida por ser uma excepcional fonte de informação à comunidade

environment. This is the first of a series of agreements for the creation of thematic centers of excellence, which will focus on legislative improvement, consolidating the mission of Enfam - and the STJ as a whole - to promote the development of the Brazilian Judiciary.

MINISTER OSCAR SARAIVA LIBRARY

Specialized in the legal area, the Library of the Supreme Court of Justice was inaugurated in 1948 and named in honor of Minister Oscar Saraiva, who dedicated his life to the study of Law. The Minister acted in the Superior Labor Court, the Federal Court of Appeals and the Superior Electoral Court. He was professor of Constitutional Law, Administrative Law, Internal Public Law, Political Economy and author of numerous published works.

The fact that the library exists longer than the STJ itself has an explanation: when it was created, it served the former Federal Court of Appeals (TFR), then headquartered in Rio de Janeiro. In 1969, almost a decade after the transfer of the TFR to Brasilia, the library followed the same path, receiving the current name in 1972. Subsequently, with the effective STJ installation in April 1989, the institution was transferred permanently to the Court's headquarters building.

The Minister Oscar Saraiva Library is recognized for being an exceptional source of information to the legal community due to the plurality and preciousness of the books that are in its custody. Its collection covers all areas of Law, with emphasis on Civil and Civil Procedural Law, Criminal Law and Criminal Procedure. There are more than 170 thousand documents, books, periodicals and special collections. The collection is organized according to the Universal Decimal



jurídica devido à pluralidade e preciosidade dos livros que estão sob sua guarda. Seu acervo abrange todas as áreas do Direito, com destaque para o Direito Civil e Processual Civil, Direito Penal e Processual Penal. São mais de 170 mil documentos, livros, artigos de periódicos e coleções especiais. O acervo está organizado de acordo com o Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU) e o acesso é aberto ao público interno e externo, e as consultas podem ser presenciais ou online. O espaço também dispõe de um conjunto de aproximadamente 2.200 obras raras, que alcançam grande importância devido às circunstâncias em que foram recolhidas ou mesmo em razão de seu tema específico, de raridade ou grande relevância para o Direito nacional. Muitas dessas coleções pertenceram a expoentes do meio jurídico brasileiro, personalidades que são referência para a área do Direito. A Coleção José Frederico Marques, por exemplo, foi adquirida em 1996 e é composta de mais de 3.000 títulos do renomado processualista, contendo 146 obras raras.

Seguindo rigorosamente os termos da Lei de Direitos Autorais, o usuário pode solicitar os serviços de fornecimento de cópias de artigos de periódicos e de trechos de livros, no formato impresso ou digital, por meio da Seção de Atendimento ao Usuário. Além de dispor de uma equipe de bibliotecários e bacharéis em Direito capacitados para atender a solicitações específicas de pesquisas jurídicas, a Biblioteca cumpre as normas trabalhistas de inclusão de pessoas com deficiência e mantém contrato de prestação de serviços com colaboradores encaminhados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), que atuam em serviços auxiliares diversos.

A estrutura física e administrativa da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva recebem constantes melhorias, também para atender as expectativas de seus usuários. Em 2016 foi realizado um levantamento de satisfação que revelou índices bastante positivos, com os usuários considerando “ótimo” ou “bom” os

Classification System (CDU) and the access is open to the internal and external public, and the consultations can be made face-to-face or online. The space also has a set of approximately 2,200 rare works, which are of great importance due to the circumstances in which they were collected or even because of their specific theme, of rarity or great relevance to national law. Many of these collections belonged to exponents of the Brazilian juridical environment, personalities that are reference for the area of Law. José Frederico Marques Collection, for example, was acquired in 1996 and is made up of more than 3,000 renowned procedural specialist titles, containing 146 rare works.

By strictly following the terms of the Copyright Law, the user may request the services of periodicals and book excerpts copies’ providers, in printed or digital format, through the User Attention Section. In addition to having a team of librarians and law graduates trained to meet specific requests for legal research, the Library complies with the labor standards of inclusion of persons with disabilities and maintains a service contract with employees sent by the Association of Parents and Friends (Apae), who work in various auxiliary services.

The physical and administrative structure of the Minister Oscar Saraiva Library receives constant improvements, also to meet the expectations of its users. In 2016 a survey of satisfaction was performed, which revealed very positive indexes, with users naming the following aspects as “great” or “good”: research service of doctrine and legislation (for 96.5% of respondents); attendance in person or non-person attendance (95.4%); and about the collection quality (90.2%).

In June 2018, when it was its 70th anniversary, the Library celebrated the date with a great event in the Cultural Space of the STJ, led by the then STJ President, Minister Laurita Vaz, who publicly reaffirmed the main and most

seguintes aspectos: serviço de pesquisa de doutrina e legislação (para 96,5% dos consultados); atendimento presencial ou não presencial (95,4%); e qualidade do acervo (90,2%).

Em junho de 2018, quando completou seu septuagésimo aniversário, a Biblioteca comemorou a data com um grande evento no Espaço Cultural do STJ, conduzido pela então Presidente do STJ, Ministra Laurita Vaz, que reafirmou publicamente a principal e mais nobre missão da instituição: *informar para transformar*. De fato, desde 1948 até os dias atuais, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva tem prestado um serviço de qualidade, proporcionando acesso ao seu acervo de valioso conteúdo histórico e cultural – algo extremamente significativo para o Tribunal e para o Poder Judiciário brasileiro como um todo.

Biblioteca Digital Jurídica

Tão importantes quanto o acervo físico da Biblioteca são os mais de 100 mil documentos jurídicos disponíveis em formato digital na plataforma online da Biblioteca Digital Jurídica (BDJur). Idealizada pela bibliotecária Teresa Basevi em 2004, a biblioteca online tem como proposta o acesso livre à informação, uma ação pioneira na área do Poder Judiciário. Sua principal missão é coletar, armazenar, preservar e difundir documentos elaborados pelas unidades do STJ ou mantidos pelo Tribunal, com destaque para as coleções de atos administrativos, produção intelectual dos ministros, artigos jurídicos e obras raras.

Em 2007, a BDJur passou a disponibilizar obras raras na íntegra – novamente, uma iniciativa inédita entre as bibliotecas jurídicas do País, por promover o livre acesso a livros de renomados juristas brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento da ciência jurídica. São obras que datam desde 1657 até o início do século XX, com destaque para publicações como “À Margem do Direito: Ensaio

noble mission of the institution: to inform to transform. In fact, from 1948 until today, the Minister Oscar Saraiva Library has provided a service of quality, providing access to its collection of valuable historical and cultural content – something extremely significant for the Court and the Brazilian Judiciary as a whole.

Legal Digital Library

As important as the Library physical collection are the more than 100 thousand legal documents available in digital format in the online platform of the Digital Legal Library (BDJur). Designed by the librarian Teresa Basevi in 2004, the online library has as its goal to guarantee free access to information, a pioneering action in the Judicial field. Its main mission is to collect, store, preserve and disseminate documents prepared by the STJ units or maintained by the Court, with special emphasis on collections of administrative acts, intellectual production of ministers, legal articles and rare works.

In 2007, BDJur began to offer rare works in its entirety – again, an unprecedented initiative among the country’s legal libraries, for promoting free access to books by renowned Brazilian and foreign lawyers who contributed to the development of legal science. They are works that date from 1657 until the beginning of the 20th century, highlighting publications such as “On the Margin of Law: Essay on Legal Psychology”, dated 1912 and authored by the renowned jurist Pontes Miranda, and “Duality of Justice in the Federal District; Brazilian, Argentinean, and American Judicial Confrontation”, by Enéas Galvão, published in 1907. In addition, since a large portion is currently in the public domain, the system allows the full download of these books by anyone interested.

In recent years, the collection of legal journals has grown in such a way that it was necessary to create a system for

da *Psychologia Jurídica*”, datada de 1912 e de autoria do renomado jurista Pontes Miranda, e “Dualidade da Justiça no Distrito Federal; confronto judiciário brasileiro, argentino e americano”, de Enéas Galvão, publicada em 1907. Além disso, uma vez que grande parcela se encontra atualmente em domínio público, o sistema permite o *download* integral desses livros por qualquer pessoa interessada.

Nos últimos anos, o acervo de periódicos jurídicos cresceu de tal modo que foi necessária a criação de um sistema próprio para armazenar os conteúdos digitais. A “Estante Virtual de Periódicos” disponibiliza 125 títulos de revistas e cerca de 9.000 fascículos, permitindo aos ministros e servidores da Corte acesso à íntegra de milhares de artigos jurídicos. Aliado à iniciativa, a Biblioteca possui, ainda, um serviço de divulgação dos novos livros e artigos inseridos em seu acervo. O usuário cadastrado recebe diariamente, por e-mail, as publicações mais recentes das áreas do Direito de seu interesse.

Entre outros importantes serviços, destaque também para o Clipping de Legislação, que divulga diariamente ao público interno os atos normativos publicados pelo STJ, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e pelo Conselho Nacional de Justiça. O serviço de Pesquisa de Doutrina e Legislação também contribui também para aperfeiçoar a plataforma especializada de pesquisa, que seleciona a informação específica e pontual sobre o tema demandado pelo usuário.

Por prestar serviços pioneiros, e devido à qualidade de ser acervo, a Biblioteca Digital Jurídica do STJ ocupa a 17ª posição entre os 400 principais repositórios institucionais do mundo, segundo classificação publicada em 2011 pelo Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), da Espanha. No ranking, que reúne 1.120 repositórios digitais de todo o mundo, a BDJur ocupa a segunda posição entre os países da América Latina. Além disso, desde o início de suas atividades, o sistema

storing digital content. The “Virtual Shelf of Periodicals” offers 125 titles of magazines and about 9,000 fascicles, allowing to the ministers and servants of the Court access to the integral of thousands of legal articles. Allied to the initiative, the Library also has a service of dissemination of the new books and articles inserted in its collection. The registered user receives daily, by e-mail, the most recent publications of the Law areas of interest.

Among other important services, it is also worth mentioning the Legislation Clipping, which daily discloses to the internal public the normative acts published by the STJ, the National School of Training and Improvement of Magistrates and the National Council of Justice. The Doctrine and Legislation Research service also contributes to improve the specialized research platform, which selects the specific and timely information about the topic demanded by the user.

Due to its pioneering services and due to the quality of its collection, the STJ’s Legal Digital Library ranks 17th among the 400 largest institutional repositories in the world, according to a ranking published in 2011 by the Spanish Council for Scientific Research (CSIC). In the ranking, which brings together 1,120 digital repositories from around the world, BDJur ranks second among Latin American countries. In addition, since the beginning of its activities, the system has developed partnerships with different institutions focused on teaching, such as the University of São Paulo (USP) and the University of Minho, Portugal. The exchange of knowledge also goes beyond borders: by month, BDJur accounts for an average of 500 thousand accesses, attracting users from all over the world. China, Portugal, Mozambique, the United States, Angola, Mexico, Colombia, Spain, the United Kingdom and Peru are the ten countries that most access BDJur content, after Brazil.

mantém parcerias com diferentes instituições voltadas ao ensino, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Minho, em Portugal. O intercâmbio de conhecimentos também extrapola as fronteiras: por mês, a BDJur contabiliza, em média, 500 mil acessos, atraindo usuários do mundo inteiro. China, Portugal, Moçambique, Estados Unidos, Angola, México, Colômbia, Espanha, Reino Unido e Peru são os dez países que mais acessam o conteúdo da BDJur, depois do Brasil.

ARTE NO TRIBUNAL

A sede do Superior Tribunal de Justiça pode ser considerado um patrimônio cultural brasileiro. Assinado por Oscar Niemeyer, o projeto arquitetônico da sede do STJ compreende um complexo de 140 mil metros quadrados, pelos quais circulam diariamente cerca de 6 mil pessoas. O conjunto de edifícios foi o primeiro a ser instalado no Setor de Administração Federal Sul de Brasília, seguido da posterior construção do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Até junho de 1995, quando a atual sede foi inaugurada, o STJ funcionou em um prédio do Setor de Autarquias Sul, que antes era ocupado pelo extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR).

Caracterizado pelas curvas e as retas modernistas, que integram o estilo único do grande expoente da arquitetura brasileira, a sede atual do STJ se estende por um complexo padronizado de prédios. Imponente, a estrutura de concreto aparente possui fachadas de vidro e largos vãos nos pavimentos térreos, destacando-se, nesse conjunto, outra marca do trabalho de Niemeyer: os pilotis, sistema construtivo que sustenta a edificação por meio de uma grelha de pilares no pavimento térreo.

Procurando adaptar sua linguagem arquitetônica às necessidades do Tribunal, Niemeyer também setorizou os

ART IN THE COURT

The Superior Court of Justice headquarters may be considered a Brazilian cultural heritage. Signed by Oscar Niemeyer, the architectural project of the headquarters of the STJ comprises a complex of 140 thousand square meters, which circulates around 6 thousand people daily. The set of buildings was the first to be installed in the Federal South Administration Sector of Brasília, followed by the later construction of the Superior Labor Court (TST) and the Superior Electoral Court (TSE). Until June 1995, when the current headquarters were inaugurated, the STJ operated in a building of the Southern Autarchies Sector, formerly occupied by the former Federal Court of Appeals (TFR).

Characterized by curves and modernist lines, which integrate the unique style of the great exponent of Brazilian architecture, the current STJ headquarters extends through a standardized complex of buildings. Imposing, the apparent concrete structure has glass façades and wide gaps in the ground floors, standing out, in this set, another mark of the work of Niemeyer: the pilotis, constructive system that supports the building by means of a grid of pillars in the pavement ground floor.

In an attempt to adapt his architectural language to the Court's needs, Niemeyer also sectorized the various types of activities, separating the main activities, support activities, cabinets and rooms of judgment in distinct blocks. The buildings were arranged in sequence, forming a backbone. The union between the concrete and the green areas is an important aspect in the construction of the complex that houses the STJ.

The Plenary building, right at the entrance of the complex, is one of the hallmarks of the STJ's headquarters, because it was executed as a large block, with few pillars. The

diversos tipos de atividades, separando as atividades-meio, as atividades-fim, os gabinetes e as salas de julgamento em blocos distintos. Os prédios foram dispostos em sequência, formando uma espinha dorsal. A união entre o concreto e as áreas verdes é um aspecto digno de destaque na construção do complexo que abriga o STJ.

O edifício dos Plenários, logo na entrada do complexo, é um dos diferenciais da sede do STJ, pois foi executado como um grande bloco, com poucos pilares. Os edifícios conhecidos como Ministros I e II seguem este padrão: as colunas foram colocadas a uma distância considerável entre si. O prédio da Administração, por sua vez, tem o diferencial em sua execução, realizada de cima para baixo, de maneira inversa da tradicional, no qual a construção é feita do primeiro para o último andar. Neste caso, a cobertura foi erguida antes dos andares inferiores, que foram suspensos por cabos de aço, colocados em trechos de 20 metros. A ideia do projeto, de execução meticulosa, era manter os espaços livres no nível dos pilotis.

Em 2013, foi realizada a revitalização de todo o concreto aparente dos edifícios do STJ. A preservação do patrimônio da Corte é tratada com bastante zelo, a fim de manter as características arquitetônicas da construção original do edifício sede. Esse trabalho de conservação e manutenção preventiva foi reconhecido na época em laudo do Escritório de Oscar Niemeyer, que considerou a sede do Tribunal como o prédio mais bem conservado de todo o acervo de obras do arquiteto.

Acervo artístico

A beleza imponente do complexo de prédios do STJ não se restringe ao projeto arquitetônico de Niemeyer, uma vez que a Corte abriga um abrangente acervo de obras produzidas por diferentes artistas plásticos, do Brasil e do exterior. Para instituições públicas como o STJ, o conceito de cidadania vai

buildings known as Ministers I and II follow this pattern: the columns were placed at a considerable distance from each other. The Administration building, on the other hand, has the differential in its execution, carried out from top to bottom, in reverse of the traditional one, in which the construction is made from the first to the last floor. In this case, the cover was erected before the lower floors, which were suspended by steel cables, placed in stretches of 20 meters. The idea of the project, of meticulous execution, was to keep the clearances at the level of the pilotis.

In 2013, all the apparent concrete of the STJ's buildings was revitalized. The preservation of the Court's patrimony is treated with great zeal in order to maintain the architectural features of the headquarters original building. This conservation and preventive maintenance work were recognized at the time in an Oscar Niemeyer Office report, which considered the Court's headquarters as the best-preserved building in the architect's entire collection of works.

Artistic collection

The majestic beauty of the STJ buildings complex is not limited to architectural design of Niemeyer, since the Court is home to a comprehensive collection of works produced by different artists from Brazil and abroad. For public institutions like the STJ, the concept of citizenship goes beyond the duty to do justice. Valuing history, heritage, art, culture and education are also part of its mission. For this reason, the Court also holds temporary exhibitions at its premises.

One of the highlights of the permanent collection is the large-scale panel of Franco-Brazilian artist Marianne Peretti, which is considered a postcard from Brasilia. Located on the facade of the central building, the work is inspired by tree trunks. Known for successful partnerships with Niemeyer,



“Santo Anjo”, escultura em madeira de Godofredo Thaler

“Holy Angel”, wooden sculpture by Godofredo Thaler

além do dever de fazer Justiça. Valorizar a história, o patrimônio, a arte, a cultura e a educação também fazem parte da sua missão. Por esse motivo, o Tribunal também realiza exposições temporárias em suas instalações.

Um dos destaques do acervo permanente é o painel de ampla escala da artista franco-brasileira Marianne Peretti, que é considerado um cartão-postal de Brasília. Localizado na fachada do edifício central, o trabalho é inspirado em troncos de árvores. Conhecida pelas parcerias de sucesso com Niemeyer, a artista aceitou o desafio de projetar uma estrutura de 840 metros quadrados, estendida em um vão livre de 60 metros de comprimento. Na obra, as colunas de diversas espessuras e vidros recuados, semelhantes a um vitral, transmitem privacidade e calma, condizentes com a seriedade do trabalho realizado no Tribunal.

Radicada em Pernambuco, Marianne conta com outra obra integrada ao STJ. Além da famosa fachada, o painel “A Mão de Deus” ganha espaço de destaque no Plenário. Em uma parceria com o artista brasileiro Athos Bulcão, a obra consiste na escultura de uma enorme mão, sustentada por vitrais ornamentados com placas metálicas em cor de bronze, além de um grande olho esculpido que, na concepção da artista, seria a metáfora da “Justiça, que tudo vê”. No edifício dos Plenários, o painel “O Homem é a Medida de Todas as Coisas”, pintado à mão pelo artista brasileiro Vallandro Keating, também é um elemento digno de destaque. Já o extenso painel de azulejos de Athos Bulcão, no nono andar do bloco Ministros I, decora o espaço de convivência dos servidores do Tribunal.

Além das grandes obras de arte que se harmonizam com a arquitetura de Niemeyer, o Tribunal dispõe de um acervo de cerca de 200 obras de artistas modernistas e contemporâneos. Entre estes, destaque para Tomie Ohtake, Volpi e Carlos Bracher. Mais do que apenas abrigar essas obras e conservá-las de maneira responsável, o Espaço Cultural do

the artist accepted the challenge of designing an 840-square-meter structure, extended into a 60-meter-wide free span. In the work, the columns of various thicknesses and stained glass, similar to a painted pane, convey privacy and calm, consistent with the seriousness of the work done in the Court.

Based in Pernambuco, Marianne has another work integrated with the STJ. Besides the famous façade, the panel “The hand of God” gains prominence in the Plenary. In a partnership with Brazilian artist Athos Bulcão, the work consists of the sculpture of a huge hand, supported by stained glass stained with metallic plates in bronze color, as well as a large sculpted eye that, in the artist’s conception, would be the metaphor of “Justice, who sees everything.” In the Plenary building, the panel “Man is the Measure of All Things”, handpainted by the Brazilian artist Vallandro Keating, is also an outstanding element, while Athos Bulcão’s extensive tile panel, on the ninth floor of the Ministers I block, decorates the hall of the Court’s servants.

In addition to the great works of art that harmonize with Niemeyer’s architecture, the Court has a collection of around 200 works by modernist and contemporary artists. Among these, highlight to Tomie Ohtake, Volpi and Carlos Bracher. More than just hosting these works and keeping them in a responsible manner, the STJ Cultural Space also promotes exhibitions of new artists, fulfilling an educational and social role of spreading art and encouraging access to cultural assets. The opportunities to occupy this space are democratically disseminated and analyzed so that a pre-defined schedule of exhibitions is elected, always published and disseminated at the beginning of each year. Throughout the year, the place is visited by thousands of people who want to know the collection. In this way, it also contributes to a closer approximation between the Brazilian citizens and the Judiciary.





STJ também promove mostras de novos artistas, cumprindo um papel educativo e social de divulgar a arte e incentivar o acesso aos bens culturais. As oportunidades de ocupação desse espaço são democraticamente divulgadas e analisadas para que seja eleito um cronograma pré-definido de exposições, sempre publicado e difundido ao início de cada ano. Durante todo o ano, o local é visitado por milhares de pessoas que desejam conhecer o acervo. Desta forma, também contribui para uma maior aproximação entre os cidadãos brasileiros e o Judiciário.

Inaugurado em 2001, o Espaço Cultural do STJ escolheu como sua primeira mostra uma coleção de obras fotográficas voltadas ao resgate das origens de Brasília, cidade que acolheu pessoas de diferentes regiões, agregando culturas distintas e criando sua própria identidade. Ao longo dos anos foram realizadas cerca de 160 mostras no local, em que se destacam algumas, pela excelente recepção alcançada. Uma delas foi a I Panorâmica da Arte Brasiliense, que exibiu mais de cem obras em diversos estilos e técnicas, como os mosaicos de José Carlos Menezes, as pinturas de Antônia Célia de Barros Silva, Betty Bettiol, Flavita e Hermínia Metzler, além das esculturas de artistas como Nem Soares.

Todos os anos são inscritos, em média, 60 projetos de exposições anuais que, depois de deliberados pela comissão julgadora, resultam em seis a dez mostras por ano. Em 2018, por exemplo, foram realizadas nove exposições, exibindo obras de artistas como Ana Olivier, Patrícia Costa e Nilton Franzoni. Destaque também para outras iniciativas que já ocuparam o Espaço, como o projeto “Salão de arte dos talentos do STJ”, cuja primeira edição foi realizada em 2002 para impulsionar e prestigiar os servidores do Tribunal que produzem trabalhos artísticos.

Inaugurado em 2001, the Cultural Space of the STJ chose as its first exhibition a collection of photographic works aimed at the rescue of the origins of Brasilia, a city that welcomed people from different regions, adding different cultures and creating their own identity. Over the years, there have been about 160 exhibitions in the area, in which some are highlighted by the excellent welcome achieved. One of them was the I Panoramic of Brasília’s Art, which exhibited more than one hundred works in various styles and techniques, such as the mosaics by José Carlos Menezes, the paintings by Antônia Célia de Barros Silva, Betty Bettiol, Flavita and Hermínia Metzler, as well as the sculptures of artists like Nem Soares.

Every year, 60 annual exhibition projects are registered, which, after being deliberated by the judging committee, result in six to ten exhibitions per year. In 2018, for example, nine exhibitions were held, exhibiting works by artists such as Ana Olivier, Patrícia Costa and Nilton Franzoni. Also noteworthy for other initiatives that have already occupied the Space, such as the project “STJ Art Talent Show”, whose first edition was held in 2002 to boost and honor the court’s servants that also produce artistic works.



Processo mais antigo do País trata da posse do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro

The oldest country procedural deals with the possession of Guanabara Palace, in Rio de Janeiro



MUSEU DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O STJ também reserva um espaço importante para a preservação de acervo museológico. Em 1990, foi criado o Museu do STJ, que mantém duas exposições permanentes voltadas à memória da Corte e do Judiciário brasileiro.

Os 42 anos de história da instituição que deu origem ao STJ são resgatados por meio de exposição fixa “Tribunal Federal de Recursos”, com peças do acervo do extinto órgão. Criado pela Constituição de 1946 e instalado em 1947, como segunda instância da Justiça Federal, o TFR é lembrado em documentos e objetos que revelam um pouco sobre a trajetória do Poder Judiciário brasileiro.

Como uma viagem no tempo, a exposição percorre momentos e cenários de um período durante o qual a Justiça funcionava de maneira quase artesanal. Ali está exposta, por exemplo, uma mesa de madeira com estrutura em ferro sobre a qual os processos eram montados. Utilizada até 1992, a mobília traz as marcas das perfurações dos documentos, que eram feitas com sovela, um tipo de agulha grossa, e depois com furadeira, para ali serem amarrados com barbantes. Também compõe a mostra a Mesa de Julgamento original da primeira sede do TFR, no centro do Rio de Janeiro. Além do mobiliário e de outros objetos, a exposição reúne processos, documentos, vestimentas e fotografias que retratam a forma como se operava a atividade judiciária no antigo tribunal.

O Museu do STJ mantém uma segunda exposição permanente, “Espaço Memória e Ação”, que conta a história do mais jovem Tribunal Superior do País. Localizada no segundo andar do Edifício dos Plenários do STJ, a mostra revela como se deu o desenvolvimento da Corte a partir do

MUSEUM OF THE SUPERIOR COURT OF JUSTICE

The STJ also reserves an important space for the preservation of museum collections. In 1990, the STJ Museum was created, which maintains two permanent exhibitions focused on the memory of the Court and Brazilian Judiciary.

The 42-year history of the institution that gave rise to the STJ is rescued by means of a permanent exhibition “Federal Court of Appeals”, with pieces from the collection of the extinct organ. Created by the 1946 Constitution and installed in 1947 as the second instance of the Federal Court, TFR is reminiscent of documents and objects that reveal a bit about the trajectory of the Brazilian Judiciary.

As time travelling, the exhibition goes through moments and scenarios of a period during which the Justice worked in an almost artisan way. There is exposed, for example, a wooden table with iron structure on which the processes were mounted. Used until 1992, the furniture bears the marks of the perforations of the documents, which were made with an awl, a kind of thick needle, and then with a drill, to be tied there with string. Also, the original Table of Judgment of the first TFR headquarters composes the exhibition, in Rio de Janeiro downtown. In addition to furniture and other objects, the exhibition brings together processes, documents, clothing and photographs that portray how the Judicial activity in the former Court operated.

The STJ Museum maintains a second permanent exhibition, “Memory and Action Space”, which tells the story of the country’s newest Superior Court. Located on the second floor of the STJ Plenary Building, the exhibition reveals how the Court development from the work of







trabalho de ministros e servidores que, ao longo dos últimos anos, tornaram a instituição mais célere e acessível ao cidadão brasileiro. Além de painéis explicativos, estão presentes documentos, objetos históricos e terminais multimídia a partir dos quais os visitantes podem, de forma interativa, conhecer as atividades e a memória do Tribunal.

O Museu promove também programas educativos que mostram a realidade do Tribunal e do Judiciário à comunidade local, especialmente para um público formado por idosos e estudantes do ensino fundamental e médio do Distrito Federal. Destaque para os projetos Museu Escola e Despertar Vocacional Jurídico, que premia estudantes de escolas públicas e privadas a partir de concursos artísticos e literários. O programa Museu Escola, direcionado aos estudantes do ensino fundamental, tem como objetivo divulgar a história e o funcionamento do Judiciário, em especial do STJ, bem como construir valores voltados à cidadania. Já o programa Despertar Vocacional Jurídico busca estimular alunos do ensino médio a refletir sobre a escolha profissional.

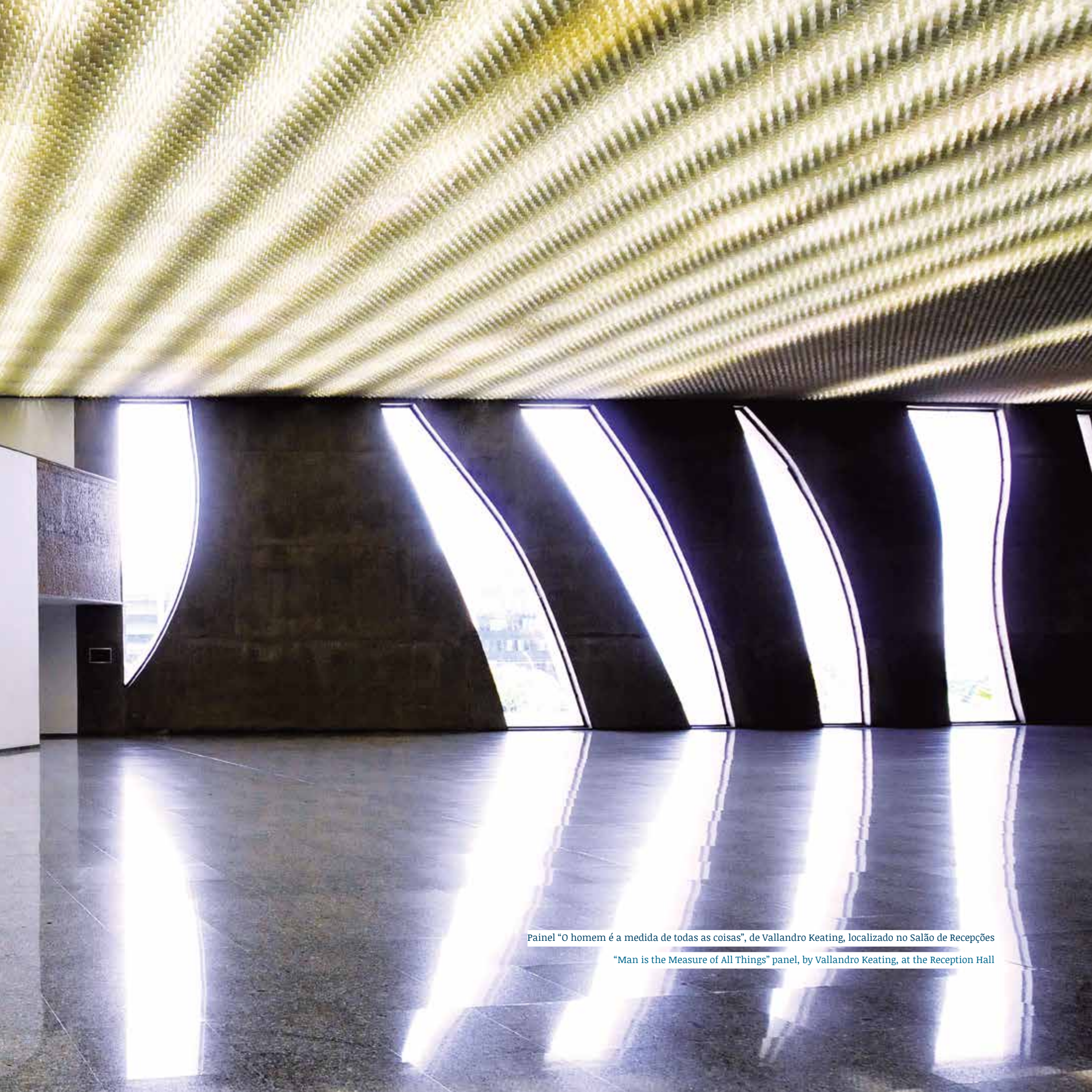
Cumprindo sua missão de promoção da cultura, além das mostras e projetos educativos e culturais, o Museu do STJ desenvolve também trabalhos de editoração cultural. A ação fica a cargo de uma equipe especializada que elabora publicações e material multimídia sobre as atividades e decisões do Tribunal. Projetos como “Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos e Magistrados do TRF e STJ” e “Presidentes do STJ: Dados Biográficos” são exemplos do trabalho da equipe de editoração do museu, que visa enriquecer a pesquisa no âmbito do Direito em todo o Brasil.

ministers and servants who, over the last few years, have made the institution faster and more accessible to the Brazilian citizens. In addition to explanatory panels, there are documents, historical objects and multimedia terminals from which visitors can interactively learn about the activities and the memory of the Court.

The Museum also promotes educational programs that show the reality of the Court and the Judiciary to the local community, especially for a public formed by seniors and students of elementary and middle school in the Federal District. Highlight for the projects School Museum and Legal Vocational Awakening, which rewards students of public and private schools after artistic and literary contests. The School Museum program, aimed at primary school students, wishes to disseminate the history and functioning of the Judiciary, especially the STJ, as well as to build values focused on citizenship. On the other hand, the Vocational Legal Awakening program seeks to stimulate high school students to reflect on their future professional choice.

In fulfillment of its mission of promoting culture, in addition to exhibitions and educational and cultural projects, the STJ Museum also develops cultural publishing works. The action is carried out by a specialized team that produces publications and multimedia material on the activities and decisions of the Court. Projects such as “Collection of Judges and Legal Moments and Magistrates of the TRF and STJ” and “Presidents of the STJ: Biographical Data” are examples of the work of the publishing team of the museum, which aims to enrich the Law research throughout Brazil.





Painel “O homem é a medida de todas as coisas”, de Vallandro Keating, localizado no Salão de Recepções

“Man is the Measure of All Things” panel, by Vallandro Keating, at the Reception Hall



Painel de azulejos de Athos Bulcão

Tile panel by Athos Bulcão



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos acadêmicos

CHAVES, Luciano Athayde. O Poder Judiciário brasileiro na Colônia e no Império: (des)centralização, independência e autonomia. Revista da AJURIS – Porto Alegre, v. 44, n. 143, dezembro, 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. O Poder Judiciário no Brasil. Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

DONATO, Verônica Chaves Carneiro. O Poder Judiciário no Brasil: estrutura, críticas e controle – Fundação Edson Queiroz – Universidade de Fortaleza – Fortaleza, maio – 2006.

GURGEL, I. Histórico da administração jurídica brasileira. R. CEJ, n. 30, p. 50-65. Brasília: 2005.

MATHIAS, Carlos Fernando. Notas para uma História do Judiciário no Brasil. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: 2009.

Diário da Justiça Eletrônico, edição n° 1475 – Brasília – Publicação: 13 de março de 2014.

SALOMÃO, Luis Felipe. Os 30 anos do STJ – Principais precedentes que marcaram sua evolução. Jota, 02/01/19. Disponível em <https://www.jota.info/especiais/os-30-anos-do-stj-principais-precedentes-que-marcaram-sua-evolucao-02012019>
Superior Tribunal de Justiça – 25 anos do Tribunal da Cidadania – Editora JC, 2013.

Publicações diversas do STJ

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGovTIC - 7/5/2018.

Guia do Advogado – STJ – Secretaria dos Órgãos Julgadores – Seção de Apoio aos Advogados – Sobre “Gabinete do Ministro Diretor da Revista”. Infográfico de Estatística Ouvidoria – junho de 2018.

Instrução Normativa STJ/GP n° 5 de 28 de março de 2017.

Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça – outubro/2018.

Metodologia de gestão de projetos do STJ, MGSTJ: guia metodológico/ STJ. Ed. rev. e atual. em julho/2016. – Brasília: STJ, 2016.

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – Revisão 2017 – Brasília – DF – abril de 2018.

Plano STJ 2020: a base para o futuro que queremos/ STJ. – Ed. rev. e atual. em setembro 2018. – Brasília: STJ, 2018.

Política de Gestão de Pessoas, janeiro de 2017, conforme Portaria STJ/GP n° 10 de 16 de janeiro de 2017.

Portaria STJ n° 118 de 10 de março de 2014.

Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça/organizado pelo Gabinete do Ministro Diretor da Revista – Brasília: STJ.

Relatório de Gestão da Ouvidoria 2017/2018.

Relatórios de Gestão do Superior Tribunal de Justiça – 2010 a 2017.

Relatórios estatísticos STJ 2002 a 2018.

Resolução STJ/GP n° 10 de 29 de agosto de 2018.

Resolução STJ/GP n° 103 de 24 de fevereiro de 2010.

Resolução STJ/GP n° 201 de 3 de março de 2015.

Resolução STJ/GP n° 16 de 23 de novembro de 2018.

Resolução STJ/GP n° 203 de 23 de junho de 2015.

Resolução STJ/GP n° 215 de 16 de dezembro de 2015.

Resolução STJ/GP n° 235 de 13 de julho de 2016.

Resolução STJ/GP n° 255 de 04 de setembro de 2018.

Resolução STJ/GP n° 274 de 18 de dezembro de 2018.

Resolução STJ/GP n° 70 de 18 de março de 2009.

STJ – Organograma – Estrutura Básica – agosto/2018.

Internet/ notícias

“Não podemos deixar cada tribunal decidir como quer”, diz presidente do STJ. <https://www.conjur.com.br/2019-fev-22/nao-podemos-deixar-cada-tribunal-decidir-noronha>

‘Alvo’ de mais de mil PECs, Constituição já foi alterada 99 vezes. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,alvo-de-mil-pecs-constituicao-ja-foi-alterada-99-vezes,70002514670>

A sobrecarga do STJ. <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-sobrecarga-do-stj,70002738523>

Aumentar eficiência é objetivo central da nova gestão. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Aumentar-efici%C3%Aancia-%C3%A9-objetivo-central-da-nova-gest%C3%A3o

CF 30 anos: Uma Constituição feita por intelectuais não seria melhor do que a de 1988, afirma presidente do STF. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391955>

Colaboradoras do STJ com deficiência expõem no maior evento mundial de fotografia. www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Colaboradoras-do-STJ-com-defici%C3%Aancia-exp%C3%94m-no-maior-evento-mundial-de-fotografia

Comunicação Social do STJ ganha prêmio nacional com programa de TV. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Comunica%C3%A7%C3%A3o-Social-do-STJ-ganha-pr%C3%AAmio-nacional-com-programa-de-TV

Constituição cidadã, 30 anos: direitos, amarras e desafios. <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2018/09/21/Constitui%C3%A7%C3%A3o-cidad%C3%A3-30-anos-direitos-amarras-e-desafios>

Desde a promulgação, em 1988, Carta Magna teve 105 emendas. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/05/confira-as-principais-mudancas-na-constituicao-em-30-anos-cjgs-m0ob605w401qon9s2svg0.html>

Do primeiro ao atual presidente, 30 anos de STJ. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Do-primeiro-ao-atual-presidente,-30-anos-de-STJ

Ferramenta de pesquisa de repetitivos traz mais transparência ao sistema de precedentes. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Ferramenta-de-pesquisa-de-repetitivos-traz-mais-transpar%C3%Aancia-ao-sistema-de-precedentes

Futuro presidente aposta na tecnologia para acelerar prestação jurisdicional. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Futuro-presidente-aposta-na-tecnologia-para-acelerar-prestac%C3%A7%C3%A3o-jurisdicional

Gestão de precedentes: STJ chega a mil temas repetitivos cadastrados. <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/88035-gestao-de-precedentes-stj-chega-a-mil-temas-repetitivos-cadastrados>

Implantação de inteligência artificial na rotina do STJ está mais perto. <https://juristas.com.br/2018/06/14/implantacao-de-inteligencia-artificial-na-rotina-do-stj-esta-mais-perto/>

Informativo de Jurisprudência aborda competência para julgamento de crimes de contrabando e descaminho. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Informativo-de-Jurisprud%C3%Aancia-aborda-compet%C3%Aancia-para-julgamento-de-crimes-de-contrabando-e-descaminho

Innovare no STJ: projeto premiado reduz em 70% distribuição de processos. <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84170-innovare-no-stj-projeto-premiado-reduz-em-70-distribuicao-de-processos>

Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça. <https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/manualst/article/view/1029/3460>

Ministro Noronha inaugura Escola Corporativa do STJ. <https://premioinnovare.com.br/pratica/assessoria-de-etica-e-disciplina-e-termo-de-ajustamento-de-conduta/print>

O Poder Judiciário através da história: reflexões sobre as principais transformações ocorridas na Nova República. http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17685&revista_caderno=9

Produtividade aumenta e STJ encerra primeiro semestre com redução de 44 mil processos no acervo. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Produtividade-aumenta-e-STJ-encerra-primeiro-semester-com-redu%C3%A7%C3%A3o-de-44-mil-processos-no-acervo

Produtividade aumenta e STJ encerra primeiro semestre com redução de 44 mil processos no acervo. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Produtividade-aumenta-e-STJ-encerra-primeiro-semester-com-redu%C3%A7%C3%A3o-de-44-mil-processos-no-acervo

Projeto Museu-Escola já atendeu mais de 45 mil estudantes do Distrito Federal. <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/2099278/projeto-museu-escola-ja-atendeu-mais-de-45-mil-estudantes-do-distrito-federal>

Projetos educativos aproximam STJ da sociedade. <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/393951256/projetos-educativos-aproximam-stj-da-sociedade>

Projetos socioeducativos abrem as portas do tribunal para o cidadão. <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/663128787/projetos-socioeducativos-abrem-as-portas-do-tribunal-para-o-cidadao?ref=serp>

Quarta Turma passa a usar plataforma virtual para julgamento de recursos. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Quarta-Turma-passa-a-usar-plataforma-virtual-para-julgamento-de-recursos

Referência da história contemporânea, Constituição completa 30 anos. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/referencia-da-historia-contemporanea-constituicao-completa-30-anos>

Relatório aponta avanços da Ouvidoria em um ano de gestão. <http://feedproxy.google.com/~r/STJNoticias/~3/0dVqimcjmog/Relat%C3%B3rio-aponta-avan%C3%A7os-da-Ouvidoria-em-um-ano-de-gest%C3%A3o>

Secretaria de Jurisprudência compartilha expertise do tribunal em banco de dados. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Secretaria-de-Jurisprud%C3%Aancia-compartilha-expertise-do-tribunal-em-banco-de-dados

STJ abre fórum voltado para aprimoramento profissional e inovação. <https://advrobertovillela.jusbrasil.com.br/noticias/339578389/stj-abre-forum-voltado-para-aprimoramento-profissional-e-inovacao>

STJ acelera julgamentos enquanto espera filtro para selecionar recursos. <https://www.conjur.com.br/2018-abr-28/stj-acelera-decisoes-enquanto-espera-filtro-selecionar-recursos>

STJ chega a mil temas repetitivos e reafirma papel de corte de precedentes. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-chega-a-mil-temas-repetitivos-e-reafirma-papel-de-corte-de-precedentes

STJ começa a julgar recursos de forma totalmente virtual. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-come%C3%A7a-a-julgar-recursos-de-forma-totalmente-virtual

STJ cria núcleo para consolidação do sistema de precedentes do novo CPC. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-cria-n%C3%BAcleo-para-consolidar-sistema-de-precedentes-do-novo-CPC

STJ cria núcleo para consolidação do sistema de precedentes do novo CPC. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-cria-n%C3%BAcleo-para-consolidar-sistema-de-precedentes-do-novo-CPC

STJ cria sistema de inteligência artificial para agilizar processos. <https://www.conjur.com.br/2018-jun-14/stj-cria-sistema-inteligencia-artificial-agilizar-processos>

STJ dá mais um passo na inclusão de portadores de síndrome de Down <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/237836042/stj-da-mais-um-passo-na-inclusao-de-portadores-de-sindrome-de-down>

STJ e Banco do Brasil firmam acordo de cooperação educacional. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-e-Banco-do-Brasil-firmam-acordo-de-cooperacao-educacional

STJ e Enap firmam acordo para aperfeiçoar formação profissional. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-e-Enap-firmam-acordo-para-aperfei%C3%A7oar-forma%C3%A7%C3%A3o-profissional

STJ entra na era da inteligência Artificial. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-d%C3%A1-primeiro-passo-para-implantar-intelig%C3%Aancia-artificial-na-rotina-do-processo

STJ está acima das metas para 2018, destaca ministro no Encontro Nacional do Poder Judiciário. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-est%C3%A1-acima-das-metas-para-2018,-destaca-ministro-no-Encontro-Nacional-do-Poder-Judici%C3%A1rio

STJ implementa teletrabalho com previsão de ganho de produtividade e redução de custos. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-implementa-teletrabalho-com-previs%C3%A3o-de-ganho-de-produtividade-e-redu%C3%A7%C3%A3o-de-custos

STJ institui política para inclusão de pessoas com deficiência. https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/noticias/236491221/stj-institui-politica-para-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia?ref=topic_feed
STJ investe na saúde do servidor. <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/112098620/stj-investe-na-saude-do-servidor>

STJ julga um processo por minuto e passa de meio milhão em 2018. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-julga-um-processo-por-minuto-e-passa-de-meio-milh%C3%A3o-em-2018

STJ lança Revista de Recursos Repetitivos. https://www.ieprev.com.br/conteudo/categoria/4/3977/stj_lanca_revista_de_recursos_repetitivosn

STJ recebe equipe da PGR para troca de experiências sobre inteligência artificial. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-recebe-equipe-da-PGR-para-troca-de-experi%C3%Aancias-sobre-intelig%C3%Aancia-artificial

STJ reformula e disponibiliza a sua nova página de recursos repetitivos. <http://www.portaljustica.com.br/noticia/444/stj-reformula-e-disponibiliza-a-sua-nova-pagina-de-recursos-repetitivos>

STJ regulamenta novos procedimentos relacionados aos recursos repetitivos. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-regulamenta-novos-procedimentos-relacionados-aos-recursos-repetitivos

Superior Tribunal de Justiça está acima das metas para 2018, diz Marco Buzzi. <https://www.conjur.com.br/2018-dez-05/stj-superou-metas-2018-ministro-marco-buzzi>

Tribunal destaca medidas adotadas para aumentar a produtividade no biênio. <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/374415270/tribunal-destaca-medidas-adotadas-para-aumentar-a-produtividade-no-bienio>

Tribunal destaca medidas adotadas para aumentar a produtividade no biênio. <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/374415270/tribunal-destaca-medidas-adotadas-para-aumentar-a-produtividade-no-bienio>

Tribunal institui grupo de trabalho para preservar participação feminina. http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Tribunal-institui-grupo-de-trabalho-para-preservar-participa%C3%A7%C3%A3o-feminina

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Books and academic articles

CHAVES, Luciano Athayde. O Poder Judiciário brasileiro na Colônia e no Império: (des)centralização, independência e autonomia. *AJURIS Journal* – Porto Alegre, v. 44, n. 143, December 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. O Poder Judiciário no Brasil. *Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos*. – Year 1, n. 1 – São Leopoldo: University of Vale do Rio dos Sinos, 2003.

DONATO, Verônica Chaves Carneiro. O Poder Judiciário no Brasil: estrutura, críticas e controle – Fundação Edson Queiroz – University of Fortaleza – Fortaleza. May 2006.

GURGEL, I. Histórico da administração jurídica brasileira. *R. CEJ*, n. 30, p. 50-65. Brasília: 2005.

MATHIAS, Carlos Fernando. Notas para uma História do Judiciário no Brasil. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: 2009.

Diário da Justiça Eletrônico, n. 1475 – Brasília – Published in: 2014 March 13.

SALOMÃO, Luis Felipe. Os 30 anos do STJ – Principais precedentes que marcaram sua evolução. *Jota*, 2019, Jan 2. Retrieved from <https://www.jota.info/especiais/os-30-anos-do-stj-principais-precedentes-que-marcaram-sua-evolucao-02012019>

STJ – 25 years of the Citizenship Court – *Editora JC*, 2013.

STJ Miscellaneous Content

Minute of the 1st Regular Meeting of the Information and Communication Technology Governance Committee – CGovTIC – 7/5/2018.

Lawyer’s Guide – STJ – Lawyers Support Section – About “Office of the Minister Director of the Journal”.

Ombudsman Statistics Infographic – June 2018.

Normative Instruction STJ/GP 5, 28th March 2017.

STJ Organization Manual – October/2018.

STJ Project Management Methodology, MGSTJ: methodological guide/STJ. Revised and updated edition. July/2016. – Brasília: STJ, 2016.

Strategic Plan for Information and Communication Technology – 2017 Revision – Brasília – DF – April 2018.

STJ 2020 Plan: the ground for the future we want / STJ. – Revised and updated edition. September 2018. – Brasília: STJ, 2018.

People Management Policy, January 2017, according to STJ/GP Ordinance 10, 16th January 2017.

STJ Ordinance 118, 10th March 2014.

STJ Internal Rules / organized by the Minister Director of the Journal Office – Brasília: STJ.

Ombudsman Management Report – 2017/2018.

STJ Management Reports – 2010/2017.

Statistical reports – STJ 2002/2018.

Resolution STJ/GP 10 – 29th August 2018.

Resolution STJ/GP 103 – 24th February 2010.

Resolution STJ/GP 201 – 3rd March 2015.

Resolution STJ/GP 16 – 23rd November 2018.

Resolution STJ/GP 203 – 23rd June 2015.

Resolution STJ/GP 215 – 16th December 2015.

Resolution STJ/GP 235 – 13th July 2016.

Resolution STJ/GP 255 – 4th September 2018.

Resolution STJ/GP 274 – 18th December 2018.

Resolution STJ/GP 70 – 18th March 2009.

STJ – Chart – Basic Structure – August/2018.

News on internet

“Não podemos deixar cada tribunal decidir como quer”, diz presidente do STJ. Retrieved from <https://www.conjur.com.br/2019-fev-22/nao-podemos-deixar-cada-tribunal-decidir-noronha>

‘Alvo’ de mais de mil PECs, Constituição já foi alterada 99 vezes. Retrieved from <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,alvo-de-mil-pecs-constituicao-ja-foi-alterada-99-vezes,70002514670>

A sobrecarga do STJ. Retrieved from <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-sobrecarga-do-stj,70002738523>

Aumentar eficiência é objetivo central da nova gestão. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Aumentar-efici%C3%Aancia-%C3%A9-objetivo-central-da-nova-gest%C3%A3o

CF 30 anos: Uma Constituição feita por intelectuais não seria melhor do que a de 1988, afirma presidente do STF. Retrieved from <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391955>

Colaboradoras do STJ com deficiência expõem no maior evento mundial de fotografia. Retrieved from www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicação/noticias/Notícias/Colaboradoras-do-STJ-com-deficiência-expõem-no-maior-evento-mundial-de-fotografia

Comunicação Social do STJ ganha prêmio nacional com programa de TV. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Comunica%C3%A7%C3%A3o-Social-do-STJ-ganha-pr%C3%AAmio-nacional-com-programa-de-TV

Constituição cidadã, 30 anos: direitos, amarras e desafios. Retrieved from <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2018/09/21/Constitui%C3%A7%C3%A3o-cidad%C3%A3-30-anos-direitos-amarras-e-desafios>

Desde a promulgação, em 1988, Carta Magna teve 105 emendas. Retrieved from <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/05/confira-as-principais-mudancas-na-constituicao-em-30-anos-cjgsm0ob605w401qon9s2svg0.html>

Do primeiro ao atual presidente, 30 anos de STJ. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Do-primeiro-ao-atual-presidente,-30-anos-de-STJ

Ferramenta de pesquisa de repetitivos traz mais transparência ao sistema de precedentes. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Ferramenta-de-pesquisa-de-repetitivos-traz-mais-transpar%C3%Aancia-ao-sistema-de-precedentes

Futuro presidente aposta na tecnologia para acelerar prestação jurisdicional. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Futuro-presidente-aposta-na-tecnologia-para-acelerar-presta%C3%A7%C3%A3o-jurisdicional

Gestão de precedentes: STJ chega a mil temas repetitivos cadastrados. Retrieved from <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/88035-gestao-de-precedentes-stj-chega-a-mil-temas-repetitivos-cadastrados>

Implantação de inteligência artificial na rotina do STJ está mais perto. Retrieved from <https://juristas.com.br/2018/06/14/implantacao-de-inteligencia-artificial-na-rotina-do-stj-esta-mais-perto/>

Informativo de Jurisprudência aborda competência para julgamento de crimes de contrabando e descaminho. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Informativo-de-Jurisprud%C3%Aancia-aborda-compet%C3%Aancia-para-julgamento-de-crimes-de-contrabando-e-descaminho

Innovare no STJ: projeto premiado reduz em 70% distribuição de processos. Retrieved from <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84170-innovare-no-stj-projeto-premiado-reduz-em-70-distribuicao-de-processos>

Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça. Retrieved from <https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/manualst/article/view/1029/3460>

Ministro Noronha inaugura Escola Corporativa do STJ. Retrieved from <https://premioinnovare.com.br/pratica/assessoria-de-etica-e-disciplina-e-termo-de-ajustamento-de-conduta/print>

O Poder Judiciário através da história: reflexões sobre as principais transformações ocorridas na Nova República. Retrieved from http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17685&revista_caderno=9

Produtividade aumenta e STJ encerra primeiro semestre com redução de 44 mil processos no acervo. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Produtividade-aumenta-e-STJ-encerra-primeiro-semester-com-redu%C3%A7%C3%A3o-de-44-mil-processos-no-acervo

Produtividade aumenta e STJ encerra primeiro semestre com redução de 44 mil processos no acervo. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Produtividade-aumenta-e-STJ-encerra-primeiro-semester-com-redu%C3%A7%C3%A3o-de-44-mil-processos-no-acervo

Projeto Museu-Escola já atendeu mais de 45 mil estudantes do Distrito Federal. Retrieved from <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/2099278/projeto-museu-escola-ja-atendeu-mais-de-45-mil-estudantes-do-distrito-federal>

Projetos educativos aproximam STJ da sociedade. Retrieved from <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/393951256/projetos-educativos-aproximam-stj-da-sociedade>

Projetos socioeducativos abrem as portas do tribunal para o cidadão. Retrieved from <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/663128787/projetos-socioeducativos-abrem-as-portas-do-tribunal-para-o-cidadao?ref=serp>

Quarta Turma passa a usar plataforma virtual para julgamento de recursos. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Quarta-Turma-passa-a-usar-plataforma-virtual-para-julgamento-de-recursos

Referência da história contemporânea, Constituição completa 30 anos. Retrieved from <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/referencia-da-historia-contemporanea-constituicao-completa-30-anos>

Relatório aponta avanços da Ouvidoria em um ano de gestão. Retrieved from <http://feedproxy.google.com/~r/STJNoticias/~3/0dVqimcjmog/Relat%C3%B3rio-aponta-avan%C3%A7os-da-Ouvidoria-em-um-ano-de-gest%C3%A3o>

Secretaria de Jurisprudência compartilha expertise do tribunal em banco de dados. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Secretaria-de-Jurisprud%C3%Aancia-compartilha-expertise-do-tribunal-em-banco-de-dados

STJ abre fórum voltado para aprimoramento profissional e inovação. Retrieved from <https://advrobertovillela.jusbrasil.com.br/noticias/339578389/stj-abre-forum-voltado-para-aprimoramento-profissional-e-inovacao>

STJ acelera julgamentos enquanto espera filtro para selecionar recursos. Retrieved from <https://www.conjur.com.br/2018-abr-28/stj-acelera-decisoes-enquanto-espera-filtro-selecionar-recursos>

STJ chega a mil temas repetitivos e reafirma papel de corte de precedentes. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-chega-a-mil-temas-repetitivos-e-reafirma-papel-de-corte-de-precedentes

STJ começa a julgar recursos de forma totalmente virtual. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-come%C3%A7a-a-julgar-recursos-de-forma-totalmente-virtual

STJ cria núcleo para consolidação do sistema de precedentes do novo CPC. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-cria-n%C3%BAcleo-para-consolida%C3%A7%C3%A3o-do-sistema-de-precedentes-do-novo-CPC

STJ cria núcleo para consolidação do sistema de precedentes do novo CPC. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-cria-n%C3%BAcleo-para-consolida%C3%A7%C3%A3o-do-sistema-de-precedentes-do-novo-CPC

STJ cria sistema de inteligência artificial para agilizar processos. Retrieved from <https://www.conjur.com.br/2018-jun-14/stj-cria-sistema-inteligencia-artificial-agilizar-processos>

STJ dá mais um passo na inclusão de portadores de síndrome de Down. Retrieved from <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/237836042/stj-da-mais-um-passo-na-inclusao-de-portadores-de-sindrome-de-down>

STJ e Banco do Brasil firmam acordo de cooperação educacional. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-e-Banco-do-Brasil-firmam-acordo-de-coopera%C3%A7%C3%A3o-educacional

STJ e Enap firmam acordo para aperfeiçoar formação profissional. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-e-Enap-firmam-acordo-para-aperfei%C3%A7oar-forma%C3%A7%C3%A3o-profissional

STJ entra na era da inteligência Artificial. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-d%C3%A1-primeiro-passo-para-implantar-intelig%C3%A4ncia-artificial-na-rotina-do-processo

STJ está acima das metas para 2018, destaca ministro no Encontro Nacional do Poder Judiciário. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-est%C3%A1-acima-das-metas-para-2018,-destaca-ministro-no-Encontro-Nacional-do-Poder-Judici%C3%A1rio

STJ implementa teletrabalho com previsão de ganho de produtividade e redução de custos. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-implementa-teletrabalho-com-previs%C3%A3o-de-ganho-de-produtividade-e-redu%C3%A7%C3%A3o-de-custos

STJ institui política para inclusão de pessoas com deficiência. Retrieved from https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/noticias/236491221/stj-institui-politica-para-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia?ref=topic_feed

STJ investe na saúde do servidor. Retrieved from <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/112098620/stj-investe-na-saude-do-servidor>

STJ julga um processo por minuto e passa de meio milhão em 2018. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-julga-um-processo-por-minuto-e-passa-de-meio-milh%C3%A3o-em-2018

STJ lança Revista de Recursos Repetitivos. Retrieved from https://www.ieprev.com.br/conteudo/categoria/4/3977/stj_lanca_revista_de_recursos_repetitivosn

STJ recebe equipe da PGR para troca de experiências sobre inteligência artificial. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-recebe-equipe-da-PGR-para-troca-de-experi%C3%A4ncias-sobre-intelig%C3%A4ncia-artificial

STJ reformula e disponibiliza a sua nova página de recursos repetitivos. Retrieved from <http://www.portaljustica.com.br/noticia/444/stj-reformula-e-disponibiliza-a-sua-nova-pagina-de-recursos-repetitivos>

STJ regulamenta novos procedimentos relacionados aos recursos repetitivos. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/STJ-regulamenta-novos-procedimentos-relacionados-aos-recursos-repetitivos

Superior Tribunal de Justiça está acima das metas para 2018, diz Marco Buzzi. Retrieved from <https://www.conjur.com.br/2018-dez-05/stj-superou-metas-2018-ministro-marco-buzzi>

Tribunal destaca medidas adotadas para aumentar a produtividade no biênio. Retrieved from <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/374415270/tribunal-destaca-medidas-adotadas-para-aumentar-a-produtividade-no-bienio>

Tribunal destaca medidas adotadas para aumentar a produtividade no biênio. Retrieved from <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/374415270/tribunal-destaca-medidas-adotadas-para-aumentar-a-produtividade-no-bienio>

Tribunal institui grupo de trabalho para preservar participação feminina. Retrieved from http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Tribunal-institui-grupo-de-trabalho-para-preservar-participa%C3%A7%C3%A3o-feminina

ICONOGRAFIA

Capa – Fachada STJ. Foto/STJ: Emerson Leal

4 e 5 – Prédio onde está instalado o STJ. Acervo do STJ/SCO

9 até 17 – Fotografias dos Ministros do STJ. Acervo do STJ/SCO

21 – Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Foto/STJ: Gustavo Lima

22 e 23 – Detalhe do prédio do STJ. Acervo do STJ/SCO

27 – Prêmio Metas Nacionais, concedido aos Ministros do STJ pelo alcance às metas do CNJ. Foto/STJ: Gustavo Lima

28 – Análise de matéria repetitiva antes da virtualização

34 e 35 – Vitral da fachada do Prédio dos Plenários, de Marianne Peretti. Foto/STJ: Luiz Antonio

38 – Marechal Deodoro da Fonseca. Acervo do STJ/SCO

39 – Primeira página da Constituição Federal brasileira de 1891. Acervo do STJ/SCO

40 – Getúlio Vargas. Acervo do STJ/SCO

42 e 43 – Constituição de 1934, 1937, 1946 e 1967. Acervo do STJ/SCO

43 – Constituição de 1988. Foto: Moreira Mariz

45 – Primeira sede do Tribunal Federal de Recursos. Acervo TRF Rio

51 – Ata da sessão de instalação do STJ. Arquivo Senado

53 – Maquete do STJ. Foto de Gustavo Lima. Acervo do STJ/SCO

53 – Foto da obra do prédio atual do STJ. Acervo STJ

58 – Processos antes e durante digitalização. Acervo STJ

60 – Revista do STJ. Acervo STJ

63 – Sala cofre. Foto/STJ: Gustavo Lima

64 e 65 – Detalhe do prédio do STJ. Acervo do STJ/SCO

68 – Ministro João Otávio de Noronha e Ministra Maria Thereza de Assis Moura assumem a presidência e vice-presidência do STJ. Foto/STJ: Gustavo Lima

71 – Fachada do Conselho da Justiça Federal. Foto: Sérgio Amaral

72 – Mesa principal do Plenário do STJ. Acervo STJ

75 – Reunião da Comissão Gestora de Precedentes. Acervo STJ

78 – Corte Especial. Foto/STJ: Lucas Pricken

80 – 1ª 2ª 3ª 4ª 5ª e 6ª turma. Acervo STJ

82 – 1ª 2ª e 3ª seção. Acervo STJ

87 – Coordenadoria de TV e Rádio (CRTV). Acervo STJ

97 – XV Corrida do Judiciário. Foto/STJ: Lucas Pricken

101 – Assinatura de Acordo de Cooperação entre o STJ – ONU. Foto/STJ: Lucas Pricken

103 – Equipe responsável pela Escola Corporativa do STJ. Foto/STJ: Gustavo Lima

104 – Vivenciando Valores no Tribunal da Cidadania. Foto/STJ: Lucas Pricken

106 – Lançamento do Plano STJ 2020. Acervo STJ

114 – Sala de Apoio aos Advogados. Foto/STJ: Lucas Pricken

118 – Sala-Cofre para proteção física dos processos digitais. Foto/STJ: Gustavo Lima

120 – “A mão de Deus”, vitral de Marianne Peretti no Tribunal Pleno. Foto/STJ: Luiz Antonio.

124 – Primeiro Recurso Especial interposto junto ao STJ. Acervo STJ

128 – Desafio do Judiciário na Era Virtual – Programa Semear inclusão.

Foto: Emerson Leal

133 – Estudantes visitam o STJ como parte do projeto Museu-Escola. Acervo STJ

134 – Sociedade para Todas as Idades Foto/STJ: Gustavo Lima e Lucas Pricken

137 – Semana do Descarte Foto/STJ: Gustavo Lima

140 e 141 – Detalhe do prédio do STJ. Foto/STJ: Luiz Antonio

144 e 145 – Obras raras. Acervo STJ

147 – Formação de Formadores na Enfam. Foto/STJ: Lucas Pricken

150 – Cerimônia que celebrou a primeira década de instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam). Acervo STJ

154 – 70 Anos da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.

Foto/STJ: Lucas Pricken

160 – “Santo Anjo”, escultura em madeira de Godofredo Thaler.

Acervo STJ

162 – Detalhe do prédio do STJ. Foto/STJ: Luiz Antonio

163 – Vitral “A Mão de Deus”, de Marianne Peretti. Acervo STJ

165 – Exposição Brasília. Arquitetura e Luz – STJ. Acervo STJ

166 – Processo mais antigo do País trata da posse do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro. Foto/STJ: Lucas Pricken

168 – Acervo STJ

169 – Museu. Acervo STJ

170 – Obras do Museu. Medalhas. Acervo STJ

172 e 173 – Painel de Vallandro Keating. Foto/STJ: Luiz Antonio

174 e 175 – Painel de Vallandro Keating. Foto/STJ: Luiz Antonio

ICONOGRAPHY

Cover – STJ Forefront. Photo/STJ: Emerson Leal

4 and 5 – STJ Headquarters. STJ/SCO collection

9 to 17 – Photographs of the STJ Ministers. STJ/SCO collection

21 – Minister João Otávio de Noronha, President of the Superior Court of Justice. Photo/STJ: Gustavo Lima

22 and 23 – STJ Headquarters detail. STJ/SCO collection

27 – National Goals Award, granted to the STJ Ministers for achieving the CNJ targets. Photo/STJ: Gustavo Lima

28 – Repetitive matter analysis before virtualization

34 and 35 – Stained glass of the Plenary Building facade, by Marianne Peretti. Photo/STJ: Luiz Antonio

38 – Marshal Deodoro da Fonseca. STJ/SCO collection

39 – Front page of the Brazilian Federal Constitution of 1891. STJ/SCO collection

40 – Getúlio Vargas. STJ/SCO collection

42 and 43 – Constitution of 1934, 1937, 1946 and 1967. STJ/SCO collection

43 – Constitution of 1988. Photo: Moreira Mariz

45 – First Federal Court of Appeals Headquarters. TRF Rio Collection

51 – Minutes of the STJ installation session. Senate Archives

53 – STJ Model. Photo by Gustavo Lima. STJ / SCO collection

53 – Photo of the STJ current headquarters construction. STJ collection

58 – Procedures before and during digital scanning. STJ collection.

60 – STJ Journal. STJ collection

63 – Safe room. Photo / STJ: Gustavo Lima

64 and 65 – Detail of STJ Headquarters. STJ/SCO collection

68 – Minister João Otávio de Noronha and Minister Maria Thereza de Assis Moura in their takeover ceremony, as the STJ president and vice-president.

Photo / STJ: Gustavo Lima

71 – Federal Justice Council Forefront. Photo: Sérgio Amaral

72 – Main Board of the STJ Plenary. STJ collection

75 – Meeting of the Predecessor Management Committee. STJ collection

78 – Special Court. Photo/STJ: Lucas Pricken

80 – 1st, 2nd, 3rd, 4th, 5th and 6th classes. STJ collection

82 – 1st, 2nd and 3rd sections. STJ collection

87 – Coordination of Radio and TV (CRTV). STJ collection

97 – XV Judiciary Foot Race. Photo/STJ: Lucas Pricken

101 – Signing of a Cooperation Agreement between the STJ and UN.
Photo / STJ: Lucas Pricken

103 – Team responsible for the STJ Corporate School. Photo/STJ: Gustavo Lima

104 – Experiencing Values in the Court of Citizenship. Photo/STJ: Lucas Pricken

106 – Launch of the STJ 2020 Plan. STJ Collection

114 – Lawyers Support Room. Photo/STJ: Lucas Pricken

118 – Safe room for physical protection of digital procedures. Photo/STJ: Gustavo Lima

120 – “The hand of God”, stained-glass work by Marianne Peretti at Full Court. Photo/STJ: Luiz Antonio.

- 124 - First Special Appeal brought before the STJ. STJ collection
- 128 - Judiciary challenge in the Age of Virtuality – Sowing the seeds of inclusion program. Photo: Emerson Leal
- 133 - Students visit the STJ as part of the School Museum project. STJ collection
- 134 - Society for All Ages. Photo/STJ: Gustavo Lima and Lucas Pricken
- 137 – Disposal Week. Photo/STJ: Gustavo Lima
- 140 and 141 - Detail of the STJ Headquarters. Photo/STJ: Luiz Antonio
- 144 and 145 - Rare works. STJ collection
- 147 - Enfam Train the Trainers. Photo / STJ: Lucas Pricken
- 150 - Celebration ceremony of the first decade of Minister Sálvio de Figueiredo Teixeira National School for Magistrates' Training and Improving (Enfam). STJ collection
- 154 - 70 Years of the Minister Oscar Saraiva Library. Photo/STJ: Lucas Pricken
- 160 - “Holy Angel”, wood sculpture by Godfrey Thaler. STJ collection
- 162 - Detail of the STJ Headquarters. Photo/STJ: Luiz Antonio
- 163 – Stained-glass work, “The Hand of God”, by Marianne Peretti. STJ collection
- 165 - Brasilia Exposition. Architecture and Light - STJ. STJ collection
- 166 - The oldest process of the Country deals with the possession of the Guanabara Palace, in Rio de Janeiro. Photo/STJ: Lucas Pricken
- 168 - STJ Collection
- 169 - Museum. STJ collection
- 170 - Museum Works. Medals. STJ collection
- 172 and 173 - Panel by Vallandro Keating. Photo/STJ: Luiz Antonio
- 174 and 175 - Panel by Vallandro Keating. Photo/STJ: Luiz Antonio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

STJ : 30 anos do tribunal da cidadania : 30 years
of citizenship court / [coordenação Erika
Branco, Tiago Salles ; versão para o inglês Carla
Branco]. -- Rio de Janeiro : Editora JC, 2019.

Edição bilíngue: português/inglês.
ISBN 978-85-62357-24-4

1. Brasil. Superior Tribunal de Justiça
2. Cidadania - Brasil 3. Cidadania - História
I. Branco, Erika. II. Salles, Tiago. III. Título:
STJ : 30 years of citizenship court.

19-24894

CDU-347.991(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Superior Tribunal de Justiça : História
347.991(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



